



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

PAULA MAÍRA ALVES CORDEIRO

**EDUCAÇÃO POPULAR E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES:
O QUE DIZEM AS EGRESSAS DO CURSINHO POPULAR PAULO FONTELES,
DA REDE EMANCIPA BELÉM**

BELÉM - PARÁ

2023

PAULA MAÍRA ALVES CORDEIRO

**EDUCAÇÃO POPULAR E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES:
O QUE DIZEM AS EGRESSAS DO CURSINHO POPULAR PAULO FONTELES,
DA REDE EMANCIPA BELÉM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, na Linha: Educação, Cultura e Sociedade, como requisito para a obtenção do Título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva.

BELÉM - PARÁ

2023

PAULA MAÍRA ALVES CORDEIRO

**EDUCAÇÃO POPULAR E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES:
O QUE DIZEM AS EGRESSAS DO CURSINHO POPULAR PAULO FONTELES,
DA REDE EMANCIPA BELÉM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, na Linha: Educação, Cultura e Sociedade, como requisito para a obtenção do Título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva – Orientadora
Universidade Federal do Pará – PPGE/UFPA

Prof.^a Dra. Ivany Pinto Nascimento – Examinadora Interna
Universidade Federal do Pará – PPGED/UFPA

Prof.^a Dra. Lucélia de Moraes Braga Bassalo – Examinadora Externa
Universidade do Estado do Pará – PPGED/UEPA

Prof.^a Dra. Adriane Raquel Santana de Lima – Examinadora Convidada
Universidade Federal do Pará – ICED/UFPA

Data de Aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C794e Cordeiro, Paula Máira Alves.
Educação Popular e Emancipação das Mulheres : o que dizem
as egressas do Cursinho Popular Paulo Fonteles, da Rede Emancipa
Belém / Paula Máira Alves Cordeiro. — 2023.
122 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Belém, 2023.

1. Educação Popular. 2. Rede Emancipa. 3. Cursinhos
Populares . 4. Emancipação das Mulheres. I. Título.

CDD 371.822098115

*À todas as mulheres que passaram pela Rede
Emancipa e tiveram suas vidas transformadas
pela Educação Popular.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Marilsa Lina e Paulo Cordeiro; à minha irmã, Mariana Lina e às minhas tias, por todo apoio e incentivo que me deram durante esses últimos anos para que eu pudesse seguir nos estudos após a graduação. Nada seria possível sem a presença de vocês.

À minha amada orientadora, Prof.^a Dra. Lúcia Isabel, pela disponibilidade em me orientar, pelo apoio, compreensão, estímulo e colaborações durante a pesquisa. Suas orientações foram imprescindíveis para a construção deste trabalho.

Ao GEPJUV, grupo de pesquisa que tenho a honra de participar e que é coordenado pela minha orientadora. Todas as aulas, debates, reuniões e eventos foram muito importantes para meu desenvolvimento acadêmico durante este mestrado.

Aos amigos que me acompanharam nessa caminhada e muito me ajudaram dentro do programa: Rodrigo Queiroz, Ítalo Laredo, Ingrid Louzeiro, Pania Pires, Isabell Neri, Ana de Luanda, Thaís Fiel, Cinthya Lima, Mateus Souza e Carlos Henrique.

Às minhas/meus companheiras/os de militância da Rede Emancipa, em especial às/aos que atuam em Belém e Ananindeua. Tenho a compreensão de que este trabalho não é só meu, ele é coletivo e pertence a todas e todos que dedicam parte da sua vida para a luta pela educação popular e por uma educação emancipadora, pública, gratuita e de qualidade.

Às/aos coordenadoras/es responsáveis pelos cursinhos em Belém e Ananindeua: Jorge Martins, Angélica Barros (ex-estudante), Marilene Guerreiro, Inêz Medeiros, Letícia Silva (ex-estudante), Ismael Miranda (ex-estudante), Sara Oliveira (ex-estudante), Larissa Santos (ex-estudante), Samara Sena (ex-estudante), Fatielly Silva (ex-estudante), Stefany Freitas (ex-estudante), Raissa Pimentel, Pietra Aguiar, Yuri Raiol, Hugo Lima, Carla Alessandra, Jean Silva, Pania Pires, Roberto Raiol e Socorro Raiol.

Às oito participantes desta pesquisa, Fatielly Silva, Jhenifer Coutinho, Jéssica Martins, Katharine Silva, Larissa Santos, Maria Sousa, Raquel Pontes e Samara Sena, egressas do Cursinho Popular Paulo Fonteles, que aceitaram compartilhar as suas experiências para a produção deste trabalho.

Ao meu companheiro de vida, Jorge Martins, por todo o apoio, amor e paciência que teve comigo durante esses anos. Obrigada pela preocupação e dedicação em me deixar sempre tranquila e focada na escrita deste texto.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, fundamental para a promoção da equidade no processo de desenvolvimento de pesquisas no país, sem ela não poderia ter desenvolvido esta pesquisa com qualidade.

RESUMO

CORDEIRO, Paula Maíra Alves. **Educação Popular e Emancipação das Mulheres: o que dizem as egressas do Cursinho Popular Paulo Fonteles, da Rede Emancipa Belém**, 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

Esta pesquisa de dissertação, com o título *Educação Popular e Emancipação das Mulheres: o que dizem as egressas do Cursinho Popular Paulo Fonteles, da Rede Emancipa Belém*, tem como objetivo geral investigar como as práticas educativas, presentes no cursinho, se relacionam com as lutas contemporâneas das mulheres, de forma a contribuir para um avanço de consciência sobre as opressões e possibilitar um processo de politização e emancipação social das mulheres. Os objetivos específicos são o de analisar de que forma a educação popular praticada no cursinho, contribuiu para a vida das egressas; discutir a relação entre feminismos contra-hegemônicos e educação popular numa perspectiva feminista na Rede Emancipa e compreender, a partir das falas das egressas, se a participação no cursinho contribuiu para um avanço de consciência sobre a luta das mulheres e se refletiu (ou não) no processo de politização, emancipação social e intervenção na realidade em suas vidas. A interseccionalidade foi utilizada como lente teórico-metodológica para a compreensão do objeto e a roda de conversa foi o instrumento de pesquisa. Os resultados mostram que as egressas identificam as práticas educativas de enfrentamento às opressões, reconhecem que houve um processo de avanço de consciência, politização e emancipação, algo que não se iniciou e nem se findou no Emancipa, mas que, a participação na Rede foi fundamental para que elas sigam na luta por uma vida mais justa, além de comprovar a importância das práticas educativas de luta contra as opressões e desigualdades nos espaços de ensino para a formação de sujeitos críticos, pensantes e que reconheçam e assumam um papel ativo no processo de transformação da realidade.

Palavras-chave: Educação Popular; Rede Emancipa; Cursinhos Populares; Emancipação das Mulheres.

ABSTRACT

This dissertation research, entitled “Popular Education and Women’s Emancipation: what the egresses of the Paulo Fonteles Popular Course, from the Belém Emancipa Network, say,” has as its general objective to investigate how the educational practices and discourses present in the course relate to women’s contemporary struggles, contribute to an increased awareness of oppression and enable a process of politicization and social emancipation of women. The specific objectives are to understand how the popular education practiced in the preparatory course has contributed to the lives of the egresses; to discuss the relationship between counter-hegemonic feminisms and popular education from a feminist perspective in Rede Emancipa, and to understand, through the egresses speeches, whether participation in the preparatory course has contributed to an increase in awareness of women’s struggle and whether this has been reflected (or not) in the process of politicization, social emancipation and intervention in reality in their lives. Intersectionality was used as a theoretical-methodological lens for understanding the object, and the Conversation Circle was the research instrument. The results shows that the egresses identify the educational practices for coping with oppression, recognize that there was a process of promoting awareness, politicization and emancipation, something that did not begin and did not end in the Rede Emancipa, but that participating in the Rede Emancipa was fundamental for them to continue in the struggle for a fairer life, besides proving the importance of educational practices to fight against oppression and inequalities in teaching spaces for the formation of critical, thinking subjects who recognize and assume an active role in the process of transforming reality.

Keywords: Popular Education; Rede Emancipa; Popular Courses; Women’s Emancipation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Logo de 2011.....	36
Figura 2: Logo de 2018.....	36
Figura 3: Rede Emancipa nos atos de Junho de 2013, em São Paulo.....	39
Figura 4: Rede Emancipa nos atos de Junho de 2013, em São Paulo.....	39
Figura 5: Rede Emancipa na Primavera Feminista em 2015.....	41
Figura 6: Rede Emancipa no "Ocupe pela Educação" em 2016.....	41
Figura 7: 1º Encontro Nacional da Rede Emancipa em 2017.....	48
Figura 8: 1º Encontro Nacional da Rede Emancipa em 2017.....	42
Figura 9: Rede Emancipa no #EleNão em Belém e Paraná em 2018.....	48
Figura 10: Rede Emancipa no #EleNão em Belém e Paraná em 2018.....	48
Figura 11: Rede Emancipa Belém e Ananindeua nos atos do Tsunami da Educação em 2019.....	49
Figura 12: Rede Emancipa Belém e Ananindeua nos atos do Tsunami da Educação em 2019.....	49
Figura 13: Debate sobre Racismo no Cursinho Popular Paulo Fonteles (2019).....	56
Figura 14: Rede Emancipa Belém na entrega de cestas básicas na Vila da Barca em 2020.....	61
Figura 15: Rede Emancipa organizando cestas básicas em 2021.....	64
Figura 16: Rede Emancipa organizando cestas básicas em 2021.....	64
Figura 17: Mapa da Rede Emancipa nos territórios em 2020.....	64
Figura 18: Rede Emancipa na Primavera Feminista em 2015.....	68
Figura 19: Rede Emancipa na 6ª Marcha das Mulheres Negras em Belém (2021).....	69
Figura 20: Rede Emancipa Belém ato do 8 de Março (2017).....	72
Figura 21: Fatielly Silva – Egressa de 2019.....	79
Figura 22: Jhenifer Coutinho – Egressa de 2019.....	80
Figura 23: Jéssica Martins – Egressa de 2018.....	80
Figura 24: Katherine Silva – Egressa de 2018.....	81
Figura 25: Larissa Santos – Egressa de 2019.....	81
Figura 26: Maria Sousa – Egressa de 2018.....	82
Figura 27: Raquel Pontes – Egressa de 2018.....	82
Figura 28: Samara Sena – Egressa de 2019.....	83

LISTAS DE SIGLAS

AMOJAS	Associação dos Moradores do Jardim Sevilha
AMOB	Associação dos Moradores do Bengui
AMVB	Associação dos Moradores da Vila da Barca
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COVID	Corona Vírus Disease
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
GEPJUV	Grupo de Estudos e Pesquisa em Adolescência, Juventude e Fatores de Vulnerabilidade e Proteção
ICED	Instituto de Ciências da Educação
IEB	Instituto Brasileiro de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual
MEC	Ministério da Educação
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PSOL	Partido Socialismo e liberdade
OMS	Organização Mundial da Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
USP	Universidade de São Paulo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
1.1	Trajetória da pesquisadora até a escolha do tema.....	11
1.1.2	Delimitação do tema, problemática e objetivos da pesquisa.....	17
2.	CAMINHOS DA PESQUISA E SEUS CRUZAMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
2.1	A Interseccionalidade como lente teórico-metodológica.....	22
2.2	A Roda de Conversa como instrumento metodológico.....	28
3.	REDE EMANCIPA: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR.....	33
3.1	Rede Emancipa: 15 anos de história e experiência de Educação Popular.....	33
3.1.1	As lutas sociais e a expansão do movimento: qual a relação?.....	37
3.1.2	Rede Emancipa na Amazônia: a atuação em Belém e Ananindeua.....	50
3.2	A pandemia de COVID-19 e a desterritorialização da Rede Emancipa.....	58
4.	EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES E EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA.....	67
4.1	Diálogos sobre feminismos contra-hegemônicos na contemporaneidade.....	67
4.2	“Pode entrar, a sala é sua”: apresentação das egressas do Cursinho Paulo Fonteles... 78	78
4.2.1	“O Emancipa não te prepara apenas para a prova do Enem”: a experiência das egressas como estudantes.....	83
4.2.2	“Ser mulher, além de ser desafiador, é cansativo: a experiência das egressas como mulheres amazônidas.....	91
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
	REFERÊNCIAS	113

1. INTRODUÇÃO

*Me levanto
sobre o sacrifício
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso:
O que é que eu faço
para tornar esta montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além?
(KAUR, Rupi, 2018, p.213).*

1.1 Trajetória da pesquisadora até a escolha do tema

Lembro de estar em uma atividade de mulheres, há alguns anos, quando alguém leu essa poesia da escritora e poeta indiana Rupi Kaur¹ (2018). Eu me senti tocada após escutar palavra por palavra do poema e fiquei muito reflexiva sobre o seu significado para a luta das mulheres². Essa poesia se tornou uma das minhas preferidas e acho que ela traduz, de forma poética, o que busco em minha atuação e formação contínua como militante e pesquisadora, a qual apresentarei brevemente nesta seção.

Esta pesquisa de mestrado acadêmico faz parte da minha trajetória pessoal e profissional e está diretamente entrelaçada com a minha vivência nos espaços de militância política a partir do movimento de mulheres e da educação popular na Amazônia, espaços de troca de saberes, formulação e práxis que tenho ajudado a construir ao longo dos últimos anos.

Em 2016, me formei em Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, pela Universidade do Estado do Pará - UEPA, na cidade de Vigia, localizada no nordeste do estado, na qual nasci, cresci e vivi por 22 anos. Durante os quatro anos de graduação só lembro de ter ouvido falar em Paulo Freire uma única vez, no primeiro ano do curso, quando fazíamos a disciplina de Metodologia Científica e minha turma teve que ler *Pedagogia da Autonomia* (1996) para fazer um resumo como um dos trabalhos da disciplina.

No decorrer do curso, esse livro se tornou uma referência quando o assunto era educação, sempre conseguia encaixar algum trecho famoso nas resenhas, artigos etc. Mas só fiquei na superficialidade, nunca de fato me interessei sobre o autor, sua história e seus outros livros. Também não lembro de ter escutado nenhuma palavra sobre educação popular durante

¹ Nesta dissertação, por opção política, todas as autoras serão mencionadas pelos seus nomes e sobrenomes, como forma de dar mais visibilidade a essas mulheres e de valorizar suas publicações acadêmicas-científicas.

² O termo “luta das mulheres”, no plural, será utilizado neste trabalho com objetivo de chamar atenção para a importância da não universalização das mulheres, uma vez que somos diversas nos espaços socioculturais em que vivemos.

aqueles quatro anos e sequer sabia que ela existia até o momento em que a militância me levou em sua direção e na de sua maior referência teórica.

Quando entrei na universidade, em 2012, lembro do meu pai dizendo para eu manter distância do movimento estudantil, que o meu foco deveria ser apenas os estudos. Mas, como diz Chico Buarque: *“A gente quer ter voz ativa e no nosso destino mandar”* e, quando vi, lá estava eu, indo para aquele caminho que ele tanto me queria longe. No primeiro ano da graduação eu já havia entendido a importância da luta estudantil dentro da universidade. Pela UEPA - Vigia ser um campus interiorizado, faltavam professoras/es e estrutura, não tínhamos projetos de pesquisa, de extensão ou grupos de estudos e vivenciei, na prática, essa luta contra a precarização do ensino público superior.

O movimento estudantil me apresentou um mundo totalmente diferente, tirou a venda dos meus olhos e a forma como eu observava a sociedade, as desigualdades, as opressões e as injustiças foi se transformando durante a graduação. Sem dúvida, a minha vivência na universidade não teria sido a mesma se eu não tivesse me organizado politicamente nesse espaço acadêmico e político.

Foi a partir desse movimento que tive contato com o movimento de mulheres, justamente num período em que os debates em torno dos feminismos do Sul e do Norte global estavam ganhando maior destaque nas mídias sociais, a partir da internet, e nas mobilizações políticas de rua pelo mundo. Em 2013, iniciei a minha militância no coletivo Juntas!³, que se estrutura nacionalmente, com núcleos em vários estados do Brasil. Este coletivo foi fundado em 2011, com a proposta de ser um espaço de formação e organização política de mulheres. Vale destacar que nessa fundação estavam presentes mulheres amazônidas de Belém e Santarém.

Como eu ainda morava em Vigia, sempre tinha que me deslocar até Belém para participar dos espaços formativos do coletivo e das mobilizações de rua, que, embora acontecessem na capital, foram de extrema importância para meu processo de formação como militante no interior. A partir da minha participação no coletivo, pude ajudar na construção de muitos espaços, dentro do meu campus, que tinham como temática a luta das mulheres, espaços esses que até então não existiam.

Desenvolvemos rodas de conversas, cine-debates e formações com o apoio de colegas do curso e da própria universidade, ao ceder sala e auditório para os eventos. Participei de eventos sobre feminismos e sempre contribuí, às vezes a pedido de professoras/es, nas aulas

³ <https://coletivojuntas.com.br/>

das disciplinas de Literatura, com análises críticas sobre o papel e os perfis das mulheres nos textos literários. Posso dizer, com muita humildade, que fui umas das referências políticas no campus durante a graduação e também após a minha saída, mesmo sem me dar conta disso, pois como afirma bell hooks⁴ (2019b) em seu livro *O Feminismo é para todo mundo*:

Feministas são formadas, não nascem feministas. Uma pessoa não se torna defensora de políticas feministas simplesmente por ter o privilégio de ter nascido do sexo feminino. Assim como a todas as posições políticas, uma pessoa adere às políticas feministas por escolha e ação. (hooks, 2019b, p. 25).

Sigo nessa formação, que não se finda e que exige sempre das feministas anticapitalistas e antirracistas, um estado de convencimento permanente, principalmente a cada contradição que nos atravessa dentro dos movimentos. Fiz uma escolha: a de ser essa militante feminista na Amazônia, assumindo o compromisso de ajudar a construir espaços políticos para que mais mulheres possam reconhecer a existência desse sistema machista, racista e colonial que, a partir de opressões que se interseccionam, nos oprimem de diferentes formas. Mas também reconheçam que é possível e urgente enfrentá-lo por meio de processos organizativos, subvertendo todos os paradigmas que não foram criados por nós, mulheres.

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduz no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos: de outro, exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres. (CARNEIRO, 2019b, p.274).

Nesse sentido, o processo de escrita do meu TCC foi muito simbólico por dois motivos: primeiro porque a partir da minha relação com os movimentos feministas, defini que meu trabalho seria sobre mulheres e literatura, e me dediquei a pesquisar a vida e obra de Ester Nunes Bibas, poeta, escritora e educadora nascida em Vigia, tendo como foco de análise a sua obra literária. Segundo porque foi quando me vi pela primeira vez como uma pesquisadora. No meu campus, assim como em muitos do interior, não havia projetos de pesquisa e extensão, então a pesquisa científica a partir de bolsas como PIBID⁵, PIBIC⁶ e PIBEX⁷ era uma realidade distante para nós.

⁴ Pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escolhido em homenagem à avó. A grafia é com letras minúsculas, pois, para a autora, “o mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu”. Informação disponível em: <https://www.livrariafricanidades.com.br/bell-hooks-pg-5f45d/>

⁵ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

⁶ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

⁷ Programa Institucional de Bolsas de Extensão

No início de 2016, após o término da graduação, mudei para Belém com o objetivo de dar continuidade aos estudos e por ser recém-licenciada, recebi o convite, a partir de amigos da militância estudantil da UFPA, para fazer parte como professora de Literatura, do Cursinho Popular Pré-universitário Paulo Fonteles, da Rede Emancipa Belém, que é um Movimento Social de Educação Popular. Foi na prática, isto é, na vivência direta e concreta dentro do movimento, que eu me encontrei com a educação popular e com Paulo Freire, ou talvez eles tenham me encontrado, uma vez que eu estava meio perdida após a formatura, sem saber se a docência seria mesmo o meu caminho.

Assim, iniciei uma nova fase na minha caminhada como militante, agora também da educação popular. O Emancipa, por meio do cursinho, me proporcionou a primeira experiência como docente depois de formada, mesmo não sendo um espaço formal de ensino. Pude exercer de forma real à docência, me ver como professora, uma imagem que era tão temida por mim, pude construir uma relação com educandas/os diferente do que havia aprendido na graduação e me compreendi também como educadora popular a partir das experiências, das vivências e das leituras dentro do movimento.

Minha atuação nesse movimento social de educação popular possibilitou uma nova forma de pensar e fazer educação, mais problematizadora, tendo como horizonte a emancipação da classe trabalhadora. E, como todas as nossas ações políticas interferem diretamente nas nossas vidas, essa nova perspectiva me fez também repensar sobre a minha atuação no movimento de mulheres, uma vez que debater feminismo anticapitalista e antirracista com mulheres universitárias ou que já passaram pela universidade é uma experiência diferente de quando fazemos esse debate com mulheres periféricas, principalmente mulheres negras, com idades e realidades diversas, que são a maioria nos cursinhos da Rede Emancipa.

Por meio da educação popular comecei a compreender que os debates sobre feminismos nos espaços universitários eram ainda muito limitados, pois, às vezes acabávamos falando para nós mesmas, não dialogando com aquelas que realmente deveriam ser o nosso objetivo e aqui trago para o debate as críticas feitas por autoras como Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2019a; 2019b), bell hooks (2019a; 2019b), Maria Lugones (2014; 2020), Ochy Curiel (2020) ao feminismo hegemônico, colonial e eurocentrado, que não deve ser o que devemos construir como mulheres latino-americanas.

Somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolúvelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor. Isso significa que o termo “mulher”, em si, sem especificação dessa fusão, não tem sentido ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante – as

mulheres burguesas brancas heterossexuais – e, portanto, esconde a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica. (LUGONES, 2020, p.60).

É necessário estar ao lado das mulheres que estão na base da pirâmide da nossa sociedade capitalista, racista e patriarcal, que são elas, mulheres negras e periféricas, mães, LGBTQIA+, nos subempregos, sem acesso à educação e saúde de qualidade. Tenho a compreensão de que, como mulher branca, pertencente à classe trabalhadora, latina, amazônida, vinda da escola pública e do interior do estado do Pará, também passo por processos de opressões relacionados ao gênero e à classe, mas a partir das minhas vivências nos movimentos, pude enxergar criticamente o processo de racialização, do qual a minha cor detém privilégios.

Diante dessas contradições, que fazem parte do processo de consciência de classe, sentia que existia uma lacuna na minha militância como feminista e educadora e, como aponta bell hooks (2019b, p.48), “Compartilhar pensamentos e práticas feministas sustenta o movimento feminista. O conhecimento sobre o feminismo é para todo mundo”. Então, a partir da minha experiência prévia, do contato cotidiano com as estudantes do Emancipa e da popularização dos debates sobre a luta das mulheres no Brasil e no mundo, pude contribuir com o cursinho na construção de vários espaços como aulas, rodas de conversa, cine-debates, palestras em que as temáticas giravam em torno das mulheres, suas lutas e opressões.

Estudantes homens e mulheres participavam ativamente dos debates que aconteciam ao longo do ano letivo dentro do Emancipa. Foram discutidos temas interseccionais como assédio, direitos reprodutivos, racismo, sexualidade, violência contra mulher, entre outros. Esses espaços são fundamentais para a reflexão, a troca de experiências, o reconhecimento das opressões e o engajamento para uma mudança na sociedade. Além de também serem necessários para se pensar e se fazer uma educação feminista por meio da educação popular.

Por conta dessas experiências com a pauta das mulheres dentro do cursinho, comecei a pensar sobre a possibilidade da existência de uma educação popular feminista no Emancipa e como ela influencia no avanço de consciência, principalmente das estudantes. Foi esse questionamento que veio a ser meu problema de pesquisa e para que fosse possível fazer um trabalho aprofundado, fiz a escolha de estar na Universidade Federal do Pará, como discente na linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação, referência na área de pesquisa em educação na Amazônia.

Como minha trajetória no Emancipa se inicia em 2016, primeiramente como professora e depois passando a compor também a coordenação regional e nacional do movimento, afirmo

que não estarei numa posição de neutralidade no decorrer desta pesquisa, uma vez que compreendo que todo discurso é político e está a serviço de interesses, sendo o deste trabalho, o de contribuir para a elaboração teórica do movimento e nos debates sobre a educação popular como ferramenta de transformação social.

Paulo Freire (1987) já dizia que teoria e prática devem andar juntas, por isso considero importante ser uma pesquisadora engajada nas lutas, que participa diretamente de ações coletivas. Não pretendo ser uma pesquisadora que está na condição de observadora, que não tem relação com os integrantes e nem vivência concreta com os movimentos sociais. Também não faço a crítica a quem busca assumir esse perfil, mas em se tratando da pesquisa que desenvolvo e do seu objetivo, acho importante e necessário me posicionar desta forma.

Entretanto, essa escolha também apresenta uma preocupação quanto ao nível de envolvimento emocional e afetivo com a pesquisa, de forma que me impossibilite analisar criticamente a realidade e suas contradições. Diante dessa preocupação busquei, durante todo o processo, assumir uma postura vigilante na produção deste trabalho, com rigor metodológico para reafirmar, sempre que necessário, as relações epistemológicas desta pesquisa, pois “se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa.” (FREIRE, 1979, p. 11).

Assim, compreendo que a minha entrada neste programa e o interesse no tema da minha pesquisa se entrelaçam diretamente com o caminho que venho percorrendo até aqui como mulher nortista, militante feminista anticapitalista e antirracista, educadora popular e pesquisadora na área da educação.

1.1.2 Delimitação do tema, problemática e objetivos da pesquisa

Segundo Lúcia Silva; Paula Cordeiro; Jorge Júnior (2022, p.62), a Rede Emancipa é um movimento social de educação popular presente em mais de 10 estados do Brasil e em três países do continente africano. Organiza-se por meio de diversas frentes, sendo a principal delas a atuação com cursinhos populares pré-universitários totalmente gratuitos nas periferias. Em Belém, a Rede Emancipa completou 11 anos de fundação em 2022 e possui sete unidades de cursinhos em Belém e uma unidade em Ananindeua, município da região metropolitana.

O público que frequenta os cursinhos é, em sua maioria, de negras e negros, moradoras/es de bairros periféricos, estudantes que vem da escola pública e são de baixa renda. Antes mesmo da minha entrada no Programa de pós-graduação e esta pesquisa se tornar uma

realidade, alguns fatores já me chamavam atenção dentro do movimento e foram fundamentais para que eu elaborasse meu problema de estudo. Primeiro que as mulheres, sobretudo as mulheres negras, constituem maioria dentro dos cursinhos; segundo que a partir da educação realizada pelo Emancipa, elas passam a ter uma outra perspectiva em relação a si mesmas e ao mundo em que vivem.

Essa mudança de posicionamento pode ser observada ao longo do ano letivo, principalmente durante os debates sobre as diversas opressões que se interseccionam e atravessam as mulheres, por exemplo. As estudantes que no início têm dificuldade de falar, algo comum entre as mulheres, uma vez que o espaço de fala não nos é incentivado, avançam a cada discussão e a timidez passa a dar lugar a afirmações, reflexões e questionamentos. bell hooks (2019b, p.47) nos aponta a importância de discutirmos o feminismo com todo mundo e para além da academia e de livros, algo que vem sendo feito no Emancipa e que merece ser melhor compreendido e sistematizado.

O contexto da pesquisa é o Cursinho Popular Paulo Fonteles, que foi escolhido por ser o segundo cursinho criado pela Rede em Belém, com fundação em 2014, na UFPA. (REDE EMANCIPA, 2017, p. 18). Este cursinho é o que está há mais tempo em funcionamento, há oito anos, trabalhando com a educação popular e sendo referência para o movimento quando pensamos em organização, estruturação e experiências com jovens e adultos que querem entrar numa universidade.

As sujeitas do estudo são as egressas desse cursinho. Inicialmente pensei em trabalhar com as estudantes de 2020, mas por conta da pandemia de COVID-19, que afetou a todos nós de diversas formas e impossibilitou as aulas presenciais, foi inviável a realização da pesquisa nessas condições. Por isso, a pesquisa tem como foco as egressas de 2018 e 2019, que participaram do cursinho durante todo o ano letivo, que geralmente vai de março a novembro.

A partir das experiências coletivas com a educação popular e das análises críticas ao feminismo hegemônico feitas por escritoras, pude fazer uma autorreflexão sobre meu papel como educadora. Assim, a construção de uma experiência de feminismo popular com e para as estudantes é o que me motiva e me orienta na escrita deste trabalho, ou seja, ajudar a pensar esse feminismo popular, anticapitalista, anticolonial e antirracista e que está sendo construído em muitos lugares a partir de diversas experiências, sendo a da Rede Emancipa, uma delas.

As mulheres que estudaram na Rede Emancipa, sujeitas dessa pesquisa, serão portavozes de suas próprias histórias, ao falarem, em primeira pessoa, das experiências vividas, da racialização, do gênero e da sexualidade em territórios periféricos da cidade, ao trazerem seus

processos de construção, da tomada de consciência dessas opressões que se cruzam e as atravessam, e do despertar (ou não) para o enfrentamento e luta pela libertação.

Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região – assim como para as ameríndias –, a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. (GONZALEZ, 2020, p.47).

Nacionalmente, são 15 anos atuando com a educação popular freiriana como ferramenta política para a emancipação das classes populares oprimidas e, assim como Paulo Freire (1981, p.118), a Rede também acredita que “uma tal separação entre educação e política ingênua ou astutamente feita, enfatizemos, não apenas é irreal, mas perigosa.”

Esta pesquisa também se faz relevante por ser necessário compreender, na academia, os processos de massificação das lutas das mulheres, que com a ajuda das redes sociais, importante espaço de comunicação e interação entre as pessoas, contribuiu consideravelmente para a tomada de consciência e de formação política das mulheres, ao alterar a forma de pensar e fazer as lutas na contemporaneidade. Pode-se dizer que, nas últimas décadas, as lutas protagonizadas pelas mulheres em sua diversidade, se ampliaram de forma que o debate sobre os direitos das mulheres começou a ocupar as escolas, os locais de trabalho, as mídias e a política, como nunca visto. E, durante os últimos anos, os feminismos continuam sendo uma pauta forte e presente nas lutas cotidianas.

Esse avanço de consciência das mulheres não é visto como positivo para as classes dominantes e como o ato da escrita também é um ato político, esse trabalho tem a intenção de contribuir não apenas para entender os fatores que estão na origem dos fenômenos, mas contribuir, como pesquisadora e militante, com a formulação política junto aos movimentos, concordando que “Precisamos nos colocar numa posição que nos permita rechaçar esse sistema, enquanto promovemos uma transformação das relações comunais.” (LUGONES, 2020, p.55).

Considero uma tarefa fundamental das feministas anticapitalistas e antirracistas que são militantes e que estão comprometidas com a luta por emancipação da classe trabalhadora, de pensarem estrategicamente sobre como superar esse sistema sustentado por opressões. Precisamos transformar a academia e, ao mesmo tempo, ocupar espaços para além dela, chegando em quem não faz parte desse meio ainda muito privilegiado, pois só assim será possível uma mudança real para uma sociedade que almejamos, sem opressões e desigualdades.

É nesse sentido que me proponho a estar no cotidiano de movimentos como a Rede Emancipa, sempre na tentativa de alinhar a teoria com a minha prática, para me distanciar do elitismo acadêmico, que apenas fala para si mesmo, como bem ensina bell hooks (2019b, p.161) “É necessária educação feminista de base para uma consciência crítica. Infelizmente, o elitismo moldou o pensamento feminista. A maioria das pensadoras/teóricas feministas desenvolve trabalhos no contexto elitizado da universidade.”

Como referenciais teóricos para embasar esta pesquisa, serão abordados apontamentos de autoras como Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2019a; 2019b), bell hooks (2019a; 2019b), Maria Lugones (2014; 2020), Ochy Curiel (2020) sobre a necessidade de romper com o feminismo hegemônico, branco, colonial e eurocêntrico. Também será feita a relação com a educação popular e suas pedagogias com viés da educação emancipadora a partir de Paulo Freire (1987; 1981; 1979) e com Maria da Glória Gohn (2010, 2011; 2013) que debate os movimentos sociais na contemporaneidade, ao analisar os novos sujeitos das lutas sociais.

A partir do que já foi exposto, as indagações que surgem são as seguintes: Como as práticas educativas no Cursinho Popular Pré-universitário e Gratuito Paulo Fonteles, do Movimento Social de Educação Popular - Rede Emancipa Belém, se relacionam com as lutas das mulheres na contemporaneidade, de forma a contribuir para um avanço de consciência sobre opressões que as atingem? Essas práticas políticas, realizadas dentro desse espaço, influenciaram no processo de politização, emancipação social e em forma de intervenção na realidade na vida das egressas?

Ademais, essa pesquisa possui, intencionalmente, um caráter acadêmico e político, com a pretensão de contribuir para os estudos sobre a temática da educação popular feminista e da luta pela emancipação das mulheres, também buscando fortalecer o movimento de educação popular na Amazônia e o feminismo popular pensado com e pelas mulheres que estão na base da pirâmide social capitalista e colonial.

Objetivo geral:

A partir das estudantes egressas de 2018 e 2019, do Cursinho Popular Pré-Universitário Paulo Fonteles, da Rede Emancipa Belém, o objetivo geral deste estudo é investigar como as práticas educativas, presentes no cursinho, se relacionam com as lutas contemporâneas das mulheres, de forma a contribuir para um avanço de consciência sobre as opressões e possibilitar um processo de politização e emancipação social das mulheres.

Objetivos específicos:

- Analisar de que forma a educação popular praticada no cursinho contribuiu na vida das egressas.
- Discutir a relação entre feminismos contra-hegemônicos e educação popular numa perspectiva feminista na Rede Emancipa.
- Compreender, a partir das falas das egressas, se a participação no cursinho contribuiu para um avanço de consciência sobre a luta das mulheres e se refletiu (ou não) no processo de politização, emancipação social e intervenção na realidade em suas vidas.

Com relação a organização deste texto, a presente dissertação está estruturada em quatro seções. A primeira, corresponde à introdução do trabalho, na qual apresento minha trajetória como pesquisadora até a escolha do tema, a justificativa e a relevância deste trabalho no que diz respeito aos eixos pessoais, sociais e acadêmicos, e por fim, abordo as questões referentes à investigação, a problemática, os objetivos gerais e específicos da pesquisa.

Na segunda seção está a metodologia, que tem a interseccionalidade como lente teórico-metodológica para compreender como as relações de poder intervêm, de forma significativa, nas relações sociais, ao considerar que categorias como raça, classe, gênero, sexualidade, faixa etária etc., estão intrinsecamente cruzadas e conectadas. A roda de conversa foi escolhida como um instrumento metodológico, pela facilidade das egressas se expressarem mais livremente nesse formato e trocar experiências e reflexões sobre o período em que estiveram no cursinho como estudantes.

Na terceira seção é desenvolvido um breve histórico da Rede Emancipa em seus 15 anos de fundação, as experiências construídas pelo movimento, os principais caminhos percorridos durante esses anos, seus processos de organização interna e metodologias, que tem como norte a pedagogia de Paulo Freire, em defesa da luta pelo direito à educação, levando em consideração os sujeitos amazônidas.

Na quarta seção são discutidas as questões referentes aos feminismos contra-hegemônicos, tendo como base teórica pesquisadoras que possuem um olhar voltado, principalmente, para as mulheres da América Latina e suas formas de resistência e enfrentamento ao racismo, o patriarcado e o colonialismo e de como essas lutas se cruzam com as práticas da educação popular feminista, presentes na Rede Emancipa e que são apresentadas a partir das egressas do Cursinho Popular Paulo Fonteles de 2018 e 2019. Nesta última seção, as egressas falam sobre suas experiências como estudantes do cursinho, rememorando os momentos mais marcantes para sua formação como sujeitas críticas e pensantes.

2. CAMINHOS DA PESQUISA E SEUS CRUZAMENTOS METODOLÓGICOS

Raça, classe, gênero, sexualidade, idade, deficiência, etnia, nação e religião, entre outros, constituem sistemas de poder interdependentes, interseccionais ou mutuamente construídos. (COLLINS; BILGE, 2020, p.278).

O processo de escolha da metodologia mais adequada para esta pesquisa foi difícil e exigiu da pesquisadora a paciência e o cuidado necessário para que os métodos e os instrumentos aqui utilizados não fossem definidos de forma aleatória, descontextualizada e sem relação direta com os três principais caminhos que se cruzam para dar sentido a esta dissertação: a trajetória da pesquisadora, o tema escolhido e os referências teóricas que darão sustentação para o trabalho.

Pode-se dizer que a metodologia é a lente pela qual as/os pesquisadoras/es observam, estranham, analisam e inferem durante o processo de produção de suas pesquisas. Por esse motivo, fiz a opção política de utilizar a interseccionalidade, a partir dos estudos de Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020), como a principal lente para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado, uma vez que esta se propõe a abordar o processo de avanço de consciência das egressas sobre as opressões que as atravessam, a luta das mulheres na contemporaneidade e possui a educação popular como *locus* do estudo, sendo as egressas da Rede Emancipa Belém as sujeitas da pesquisa.

2.1 A Interseccionalidade como lente teórico-metodológica

De acordo com Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020), a interseccionalidade surge no interior do movimento de mulheres negras, a partir do feminismo negro, embora já estivesse presente na vida das mulheres negras há muito tempo, antes mesmo de receber este nome. Essa ferramenta metodológica surgiu em resposta às invisibilizações que ocorriam dentro dos movimentos, quando cada um se voltava apenas para um tipo de opressão. O movimento negro destacava a raça, o movimento de mulheres tinha o foco no gênero e o movimento sindical apontava a classe como o centro do debate. Nenhum desses movimentos contemplava as mulheres negras em sua totalidade ou abordava todas as opressões que elas sofriam.

Há mais de 30 anos, as mulheres negras trouxeram a temática para a atenção pública, mas foi no início do século XXI que a interseccionalidade tornou-se amplamente divulgada e utilizada, principalmente nos EUA e na América Latina, por pesquisadoras/es na academia,

como Kimberlé Crenshaw, militantes e ativistas políticas/os e profissionais de diversas áreas. A partir do estudo sobre temáticas como feminismos, raça e cultura, a categoria começa a aparecer nos debates e também em livros, artigos e no campo da sociologia, da ciência política, da história e de outras disciplinas e áreas que abarcam as ciências humanas e da educação.

Para Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020), a interseccionalidade se propõe a investigar como as relações de poder intervêm, de forma significativa, nas relações sociais que são marcadas pela diversidade e por experiências individuais no cotidiano. Dessa forma, ela atua no campo teórico e prático, ao considerar que as categorias como raça, classe, gênero, sexualidade, faixa etária etc., estão intrinsicamente cruzadas e conectadas, atuando mutuamente nas relações em sociedade. A interseccionalidade é, portanto, uma ferramenta política e analítica que auxilia a compreender e a explicar as complexidades do mundo que vivemos, das pessoas que somos e com que nos relacionamos e das experiências humanas, que são sociais e individuais.

Essa definição prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social. (COLLINS; BILGE, 2020, p.17).

Segundo Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020, p.22), existem quatro domínios de poder na sociedade, que se diferenciam ao mesmo tempo que estão diretamente interligados. Esses domínios são o estrutural, o cultural, o disciplinar e o interpessoal. Para este estudo, que possui como sujeitas as egressas de um cursinho popular pré-universitário e gratuito da Rede Emancipa Belém, recorrer a esses domínios ajuda na compreensão de vários aspectos presentes nesta pesquisa.

O domínio estrutural diz respeito às estruturas que compõem as instituições sociais, como mercado de trabalho, educação e saúde, por exemplo. O domínio estrutural aqui pode ser representado pelas universidades e a luta das periferias pelo acesso ao ensino superior, a partir dos cursinhos populares, onde as mulheres estudam com o objetivo de conseguir uma vaga na universidade.

O domínio cultural está relacionado à importância das ideias e da cultura para a organização das relações de poder em sociedade que, a partir das mídias de massa, das mídias digitais e de eventos midiáticos, criam e disseminam narrativas sobre os mais diferentes temas, não apenas como entretenimento, mas também para garantir o bom funcionamento das

estruturas de poder. Aqui ele está presente na forma como a cultura, com o auxílio das mídias, está a serviço das estruturas de poder e possui a capacidade de disseminar narrativas sexistas, racistas, LGBTQIA+Fóbicas, estereótipos e perfis de mulheres considerados aceitáveis e não aceitáveis na sociedade.

Já o domínio disciplinar do poder atua a partir da aplicação de leis e regras, de forma justa ou injusta, tendo como base a raça, a classe, o gênero, a sexualidade, entre outros. Isso acontece porque indivíduos e grupos sociais são constantemente ensinados a se encaixar em determinados padrões ou a subvertê-los. “Em essência, as relações de poder interseccionais utilizam categorias de gênero ou raça, por exemplo, para criar canais para o sucesso ou a marginalização, incentivar, treinar ou coagir as pessoas a seguir os caminhos prescritos.” (COLLINS; BILGE, 2020, p.28).

Este se materializa na pesquisa a partir das regras sociais, históricas e culturais que são impostas às mulheres com base na cor da pele, na classe social, na sexualidade, no lugar onde moram, no nível de escolarização que possuem e também nas tentativas de subversão dessas regras, que foram impostas durante séculos, na tentativa de coagi-las e reprimi-las para que exerçam um papel pré-definido antes mesmo de seu nascimento.

Por último, mas não menos importante, o domínio interpessoal é modo como os sujeitos vivenciam o cruzamento entre poder estrutural, cultural e disciplinar. Esse cruzamento produz identidades que se interseccionam a partir de categorias como raça, classe, gênero e sexualidade, sendo essas responsáveis por organizar as interações sociais cotidianas. O domínio interpessoal aqui é a forma como as mulheres vivenciam essas opressões, preconceitos e julgamentos que se cruzam e constroem as suas identidades, tanto como sujeitas, quanto como grupos. Vivências que influenciam, diretamente, nas suas interações sociais.

Pela lente da interseccionalidade, é possível compreender que o fato de pertencer a um grupo pode tornar os sujeitos vulneráveis a vários tipos de preconceitos e opressões, muitas delas criminosas como o racismo, por exemplo. E, por também pertencerem a muitos grupos sociais, essas violências podem ser vivenciadas de maneiras mais específicas e particulares, que se intensificam quando essas dimensões se conectam.

Por exemplo, homens e mulheres frequentemente sofrem o racismo de maneiras diferentes, assim como mulheres de diferentes raças podem vivenciar o sexismo de maneiras bastante distintas, e assim por diante. A interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber. (COLLINS; BILGE, 2020, p.31).

Nesse sentido, a interseccionalidade torna-se um instrumento para analisar e explicar como o cruzamento entre determinadas categorias como raça, classe, gênero, sexualidade e território são capazes de localizar os sujeitos de diferentes maneiras na sociedade, em vez de olhá-los como uma simples massa homogênea e indiferente. Para que essa análise seja realizada com mais rigor, Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020, p.48) apresentam seis ideias que são centrais para a interseccionalidade como teoria e método investigativo, sendo elas a desigualdade social, as relações de poder, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade.

Com relação à desigualdade social, é importante dizer que ela não é ocasionada por um único fator, são vários elementos que se cruzam para estruturá-la, entre eles estão o fato de que a desigualdade não se concretiza da mesma forma para mulheres, negros e negras, pessoas de cor, crianças, povos indígenas, entre outros, isso se dá porque de um lado existem determinados grupos que se tornaram historicamente mais vulneráveis às mudanças econômicas e do outro, há grupos que se beneficiam com essas mudanças.

A desigualdade também não pode ser explicada apenas sobre o viés da classe como se essa fosse a principal para análise, deixando categorias como raça, gênero e sexualidade em plano secundário, sendo que são tão importantes quanto a primeira. Assim, “ao sugerir que a desigualdade econômica não pode ser avaliada nem efetivamente resolvida apenas por meio da categoria de classe, as análises interseccionais propõem um mapa mais sofisticado da desigualdade social que vai além apenas da classe.” (COLLINS; BILGE, 2020, p.36).

Além disso, as políticas públicas também podem atuar para reduzir ou agravar as desigualdades sociais. O desemprego, a insegurança alimentar, a falta de moradia, preconceitos e outros problemas sociais são vistos como ameaças para o bem-estar social quando não solucionados, sendo dever do Estado estar comprometido com a eliminação das desigualdades.

Nesta pesquisa, as mulheres são a maioria nos cursinhos populares da Rede Emancipa e vivenciam em seu cotidiano a desigualdade social de diferentes formas, como na precariedade das escolas públicas, na família com baixa renda, na moradia em bairros periféricos, sem transporte, saneamento e serviço de saúde de qualidade, além de discriminações de raça, gênero ou sexualidade que também se fazem presentes. Por isso, “usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder.” (COLLINS; BILGE, 2020, p.48).

Para as autoras, as relações de poder como o racismo, o sexismo, a LGBTQIA+Fobia, o colonialismo e o capitalismo se interseccionam e estão diretamente ligadas aos quatro

domínios de poder, já abordados aqui anteriormente, não de forma aleatória, mas por possuírem uma origem, que está na perpetuação de um projeto capitalista, colonial, racista e patriarcal presente na sociedade. A desigualdade social mostra como as estruturas sociais, que atuam em prol da exclusão de determinados grupos historicamente desfavorecidos e da manutenção do poder nas mãos de um pequeno grupo dominante, se cruzam e se relacionam a partir das relações de poder.

Os movimentos sociais que utilizam a educação popular como instrumento de luta para a emancipação dos sujeitos e a transformação social, são um exemplo de como as pessoas comuns podem se organizar politicamente para se opor a essas relações de poder, mantidas para prejudicar aqueles e aquelas que se encontram na base da pirâmide social e econômica. Esses grupos sociais engajados e comprometidos com a luta contra as opressões resistem as várias formas de desigualdade social e trazem o ensinamento de como os movimentos sociais possuem papel importante nas análises e práticas interseccionais ao longo dos anos.

A Rede Emancipa, como movimento social de educação popular, pode ser entendida como esse espaço de organização política, que atua de forma teórica e prática contra as opressões e desigualdades existentes, principalmente a partir da luta pelo acesso ao ensino superior, possibilitando que as/os estudantes sonhem coletivamente com a universidade e subvertam as relações de poder que se estruturam para que elas/eles não ocupem esse espaço.

As relações de poder interseccionais permeiam fenômenos globais importantes: aqueles que oprimem (por exemplo, a violência e a desigualdade social), mas também os atos políticos que resistem ou se opõem a essa opressão (por exemplo, os protestos sociais que explodem em diferentes contextos nacionais, os movimentos sociais que evoluem à medida que envolvem fenômenos globais) e a mídia digital como novo recurso para fins opressivos e emancipatórios. (COLLINS; BILGE, 2020, p.278).

O contexto social é a terceira ideia central para a interseccionalidade, uma vez que não se pode falar sobre desigualdade social e relações de poder que estruturam essa desigualdade sem levar em consideração o contexto social em que os sujeitos estão inseridos. A contextualização se torna importante, principalmente para as experiências teóricas e práticas no Sul global, porque a utilização da interseccionalidade como ferramenta de análise não será a mesma em contextos diferentes, como Brasil e EUA. Assim, é necessário “contextualizar os argumentos da interseccionalidade, tanto por meio de nossa escolha de exemplos como pela consciência de que contextos históricos, intelectuais e políticos particulares moldam a investigação e a práxis da interseccionalidade.” (COLLINS; BILGE, 2020, p. 282).

A Amazônia se configura como o principal contexto social em que as mulheres, sujeitas dessa pesquisa, estão inseridas. Esse contexto é totalmente diferente do sul do Brasil, por exemplo, e possui particularidades culturais, sociais e econômicas específicas de quem vive na região norte do país. Importante também reafirmar que esta pesquisa é produzida e parte desse contexto amazônico, sendo, portanto, as mulheres amazônicas, o sul deste trabalho.

Com relação à relacionalidade, ela está presente em todos os aspectos que envolvem a interseccionalidade, pois, é a partir dela que categorias como raça, gênero e sexualidade vão se cruzar e estabelecer conexões de forma mútua. De acordo com Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020, p.287), a relacionalidade é importante para a “construção de corresponsabilidades entre várias lutas pela justiça social que, muitas vezes, parecem isoladas, mas na realidade podem ser fenômenos inter-relacionados”.

Neste texto, a relacionalidade se encontra na forma como as relações de poder estão diretamente relacionadas com a vida das egressas, no diálogo que a pesquisa constrói entre educação popular, luta das mulheres e no poder de engajamento da Rede Emancipa, como movimento social, estabelecendo o cruzamento interseccional entre teoria e prática, a partir do desafio de romper com certas tradições acadêmicas e abordar outras perspectivas de pensamentos e conhecimentos emancipatórios do Sul ou do Norte global, sem reproduzir padrões de hierarquias de conhecimento científico, como apontam as autoras no trecho abaixo.

Diante das urgências políticas, sociais, econômicas e ecológicas, a viabilidade dos movimentos sociais capazes de construir um futuro alternativo depende de quão bem pudermos praticar a relacionalidade radical e a reciprocidade profunda uns com os outros e com os seres não humanos, animados e inanimados, e trabalhar juntos na corresponsabilidade. (COLLINS; BILGE, 2020, p.288).

As quatro ideias fundamentais já citadas aqui no texto são importantes para destacar a quinta, a complexidade. Esta ocorre porque a interseccionalidade é multifacetada e se constitui como uma ferramenta de análise, investigação e práxis crítica que busca compreender e analisar o mundo a partir da sua complexidade. Assim, a complexidade presente na interseccionalidade não é uma consequência, mas um elemento que dá profundidade para a análise interseccional, ao estabelecer relações entre as ideias e contribuir de forma coletiva para a sua complexidade.

Por isso, para Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020, p.289) “observar como as relações de poder interseccionais moldam, de maneira contextualizada e histórica, identidades, práticas sociais, arranjos institucionais, ideologias e representações culturais acrescenta complexidade em tudo”. Essa tensão criativa é o que conecta a investigação crítica à prática crítica da interseccionalidade, produzindo a complexidade nos projetos interseccionais. Algo

que se pretende fazer também nesta pesquisa, ao trazer a interseccionalidade para o centro do debate, sendo as egressas as sujeitas do processo de reconhecimento e enfrentamento das opressões.

Por fim, a justiça social é a sexta e última ideia fundamental para a análise interseccional. Segundo as autoras, a responsabilidade com a justiça social influenciou de forma significativa para a sua conexão com a interseccionalidade, no que diz respeito à capacidade de investigação e à práxis crítica, pois o que faz um projeto ser interseccional é justamente o seu cruzamento com a justiça social.

Além disso, ainda faz parte do imaginário de muitos que “a crença na meritocracia, na justiça e na realidade da democracia, já foi alcançada. Para elas, não há crise global de desigualdade social, porque a desigualdade econômica é o resultado de uma competição justa e de instituições democráticas em pleno funcionamento.” (COLLINS; BILGE, 2020, p.51). Essas ideias excludentes mostram como a justiça social ainda está longe de se tornar uma realidade concreta e por isso a importância de sua luta. Cria-se a ilusão de que as regras são aplicadas de modo igualitário para todos, mesmo que com o passar dos anos, essas regras continuem a produzir resultados desiguais e injustos.

Nesta pesquisa, essa ilusão se faz presente quando ouvimos, por exemplo, que todas/os têm direito de entrar numa universidade, que podem conseguir realizar esse sonho e que o estudo é o único fator nesse processo. Entretanto, a realidade mostra que o acesso ao ensino superior não é o mesmo para todas/os, ele é essencialmente desigual, elitista e excludente, sendo elementos como a raça, classe social, gênero, sexualidade, território e idade importantes para dificultar ou facilitar a entrada nesse espaço, que é um “direito” da classe trabalhadora.

Segundo Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020, p.292), atuar pela justiça social “é visto, muitas vezes, como sinônimo de interseccionalidade, em especial porque as pessoas que a usam como ferramenta analítica e as pessoas que veem a justiça social como algo fundamental na vida, não como um acessório secundário, em geral são as mesmas”. Por isso, o ativismo pela justiça social da Rede Emancipa, que é um movimento social de educação popular e possui como principal objetivo a luta pelo acesso das periferias às universidades públicas do Brasil, também aparece nesta pesquisa como uma referência para a interseccionalidade.

2.2 A Roda de Conversa como instrumento metodológico

Na Rede Emancipa, as rodas de conversa fazem parte do cotidiano dos cursinhos desde a sua fundação. Tendo como principal inspiração os círculos de cultura⁸ de Paulo Freire (1987), as rodas de conversas são espaços onde o diálogo exerce seu protagonismo, ao proporcionar que as/os estudantes troquem informações sobre determinado tema e exercitem o poder da escuta e da fala, a partir de argumentos convergentes ou divergentes, sempre na presença de facilitadores, coordenadores ou mediadores, para que o espaço aconteça de forma organizada.

Para a construção de uma educação como prática para a liberdade, o diálogo torna-se uma ação política fundamental e indispensável para formar sujeitos críticos, pensantes, criativos e autônomos, capazes de refletirem sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Diferente da educação bancária, muito presente em escolas públicas, a educação problematizadora, “de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade. A primeira pretende manter a imersão; a segunda, pelo contrário, busca a emersão das consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade.” (FREIRE, 1987, p.45).

Sem a presença do diálogo, seria impossível pensar e praticar a educação popular, como afirma Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987). Por isso, o exercício do diálogo é sempre estimulado nos cursinhos, principalmente em sala de aula. As/os educadoras/os são incentivadas a dialogar com as/os estudantes de forma horizontal, abandonando a postura autoritária de que são as/os únicas/os detentoras/es do conhecimento, e as/os estudantes são incentivadas/os a serem protagonistas e exercerem o poder da fala, assim, o diálogo se torna cada vez mais presente no cotidiano de cada disciplina.

Foi pensando em ter um espaço mais específico para dialogar com as/os estudantes sobre temas gerais da sociedade, que se criou a disciplina *Atualidades*, no Cursinho Popular Paulo Fonteles, com o objetivo de colocar as rodas de conversa em um dia e horário fixo na grade de disciplinas do cursinho, garantindo que toda semana elas se realizassem, independente do tema, que poderia ser proposto por facilitadoras/es e também pelas/os próprias/os estudantes. Dessa forma, debates sobre racismo, violência contra a mulher, meio ambiente, saúde pública, direito à cidade, LGBTQIA+Fobia e entre outros passaram a ser mais frequentes dentro do cursinho.

A pesquisadora participou como facilitadora de alguns desses espaços dentro do cursinho, por isso, a partir dessa experiência anterior, a roda de conversa foi definida como o

⁸ “No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em “reciprocidade de consciências”; não há professor, há um coordenador, que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo, reduzindo ao mínimo sua intervenção direta no curso do diálogo.” (FREIRE, 1987, p.6)

instrumento metodológico ideal para esta pesquisa, pois diferente das entrevistas individuais e de questionários, ela estimula a participação e o diálogo em torno de um tema. Assim, as egressas foram entrevistadas numa roda de conversa, recurso já bastante conhecido por elas, e as suas falas foram usadas para as análises finais, proporcionando dados ricos em conteúdos e significados para serem utilizados no último capítulo desta dissertação.

A Roda de Conversa é um recurso que possibilita um maior intercâmbio de informações, possibilitando fluidez de discursos e de negociações diversas entre pesquisadores e participantes. Inicia-se com a exposição de um tema pelo pesquisador a um grupo (selecionado de acordo com os objetivos da pesquisa) e, a partir disso, as pessoas apresentam suas elaborações sobre ele, sendo que cada uma instiga outra a falar, argumentando e contra-argumentando entre si, posicionando-se e ouvindo o posicionamento do outro. (MÉLLO et al., 2008, p.5).

O processo de escolha das participantes se deu a partir dos grupos de *WhatsApp* do cursinho, que a cada ano seleciona 60 pessoas para estudar no Paulo Fonteles⁹. No início do ano letivo é feito um grupo com as/os estudantes e as/os educadoras/es para que possam receber informações, tirar dúvidas, conversar etc. Como inicialmente a proposta era entrevistar as estudantes de 2020, mas que não ocorreu por conta da pandemia de COVID-19, foi realizada uma busca das egressas nos grupos dos anos anteriores. No grupo de 2019, de 28 participantes, havia 9 egressos e no de 2018, de 22 participantes, havia 7 egressos.

Para que a roda de conversa fosse realizada com qualidade, uma vez que seria um espaço de revisitação, aprofundamento das memórias e suas reflexões sobre as aulas, debates, rodas de conversas e todas as atividades que participaram quando estudaram no cursinho, delimitou-se o número máximo de participantes em oito egressas, sendo quatro de 2019 e quatro de 2018, mulheres com diferentes perfis e que são atravessadas também por diferentes opressões. A partir disso, o contato foi feito pela pesquisadora por *WhatsApp* com as egressas que ainda possuía algum tipo de contato, com o objetivo de convidá-las para participar da roda, a ser realizada no melhor dia e horário para todas.

O local escolhido para a realização da roda foi a própria sala de aula do cursinho onde estudaram, que fica localizada no Campus Profissional da UFPA, no Bloco F do Curso de Pedagogia, Sala 205, espaço cedido pelo ICED para a realização das aulas, pelo fato do cursinho fazer parte do Programa de Extensão do Instituto. A ideia foi que o espaço, por já ser conhecido das egressas, colaborasse para que as memórias surgissem com facilidade, possibilitando maior acolhimento, interação e fluidez entre elas durante o diálogo.

⁹ Segundo as fichas *on-line* de estudantes matriculados da Rede Emancipa Belém dos anos de 2018 e 2019, documentos internos acessados pela pesquisadora em 2021.

As rodas de conversa, quando utilizadas como instrumento de pesquisa, uma conversa em um ambiente propício para o diálogo, em que todos possam se sentir à vontade para partilhar e escutar, de modo que o falado, o conversado seja relevante para o grupo e suscite, inclusive, a atenção na escuta. Nas rodas de conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e de fala, em que se agregam vários interlocutores, e os momentos de escuta são mais numerosos do que os de fala. As colocações de cada participante são construídas por meio da interação com o outro, seja para complementar, discordar, seja para concordar com a fala imediatamente anterior. (MOURA; LIMA, 2014, p.3).

O tema da roda foi *Educação Popular e Emancipação das Mulheres: o que dizem as egressas do Cursinho Paulo Fonteles*, mesmo título desta dissertação. A pesquisadora realizou a mediação do espaço, que teve a duração de 2h. Para a realização da roda também foram necessários alguns itens como bandeira da Rede Emancipa, notebook, roteiro detalhado e impresso para a pesquisadora, termos de consentimento impressos para a assinatura das participantes, canetas, câmera, gravador, doze cadeiras e lanche ao final da atividade.

A roda foi dividida em 3 eixos, sendo estes: *Cursinho Popular Paulo Fonteles e Educação Popular, Luta das Mulheres e Educação Popular e Avanço de Consciência e Emancipação das Mulheres*. Cada eixo temático possuía de duas a três perguntas, que serviram de guia para o desenvolvimento da roda. Cada participante teve de três a cinco minutos para falar a respeito de cada pergunta. Após a realização da atividade, as falas foram transcritas em documento Word, totalizando 32 laudas e utilizadas como dados para esta pesquisa.

Dessa forma, a roda de conversa, segundo Adriana Moura e Maria Lima (2014, p.7) se constitui como uma forma de produzir dados, a partir da troca de experiências e reflexões sobre o período em que as entrevistadas estiveram no cursinho como estudantes, constituindo um dos objetivos desta pesquisa. Um momento que de escuta e de fala, em que essas mulheres puderam interagir umas com as outras, fazer revelações, complementações e questionamentos por meio do diálogo fraterno e, também, do silêncio acolhedor e reflexivo.

Nesse período de pós-pandemia, em que os sujeitos sociais ficaram tantos meses distantes um dos outros, separados por telas virtuais, o diálogo presencial com o olhar, a escuta, o abraço, o sorriso, se torna ainda mais enriquecedor para esta pesquisa, pois, a partir dele, as egressas puderam expressar suas emoções e suas opiniões sobre o tema.

Também consta no corpo desta pesquisa dois pontos importantes, o primeiro é um breve histórico sobre a Rede Emancipa, apresentando sua forma de organização interna, seus princípios, seus documentos mais importantes, e seus processos educacionais e metodológicos a partir da educação popular freiriana presente nos trabalhos desenvolvidos pelo movimento, mas principalmente, nos cursinhos.

E o segundo, diz respeito às lutas sociais na contemporaneidade, com foco nas lutas protagonizadas por mulheres e das pesquisas referentes aos feminismos contra-hegemônicos, que constrói as pontes teóricas e práticas com a educação popular feminista. Esses textos terão o propósito de contextualizar, relacionar a Rede Emancipa com as lutas da última década, dar embasamento ao estudo aqui proposto e também contribuir na construção de questões norteadoras do estudo.

Por fim, nos dois textos também haverá a presença de imagens da Rede Emancipa, como fotografias em atos de rua, aulas e ações com estudantes, professoras/es e coordenadoras/es. Esse recurso visual será utilizado para auxiliar na compreensão dos textos e na visualização dos momentos descritos, que fazem parte da história da Rede Emancipa. As imagens foram previamente escolhidas pela pesquisadora e acessadas a partir dos arquivos virtuais da Rede, de 2011 até 2022, disponíveis na internet, como a página oficial da Rede Emancipa no *Facebook* e pastas com fotos *on-line*, em que coordenadoras/es nacionais tem acesso livre para uso e divulgação do movimento em redes sociais, pesquisas, entrevistas etc.

3. REDE EMANCIPA: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR

Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica. (FREIRE, Paulo, 1981, p.73).

3.1 Rede Emancipa: 15 anos de história e experiência de Educação Popular

Para haver uma melhor compreensão sobre o objeto de estudo desta pesquisa, primeiro é necessário fazer uma caracterização do contexto em que ela foi desenvolvida, tendo como *locus* previamente escolhido, a Rede Emancipa - Movimento Social de Educação Popular, fundada em 2007 e que atua por meio da Educação Popular em mais de 15 estados do Brasil e em 3 países do continente africano.

Em 2022 a Rede Emancipa completou 15 anos de fundação e seria impossível resumir o trabalho de um movimento social de uma década e meia e construído por centenas de pessoas, em poucas páginas. Por isso, aqui serão abordados os principais caminhos percorridos pela Rede durante esses anos, seus processos de organização interna e suas metodologias, que tem como norte a pedagogia de Paulo Freire, patrono da Educação Brasileira.

A Rede Emancipa foi criada em 2007 após a saída de um grupo de ex-professoras/es e ex-estudantes do Cursinho da Poli, este inicialmente idealizado pelo Grêmio Politécnico da Universidade de São Paulo - USP, em 1987, como mostra o seguinte trecho.

Desde 1987 o Cursinho da Poli tinha se constituído como espaço singular na preparação da juventude para o ingresso na universidade pública. Porém nos anos 2000 um grupo de ex-presidentes e diretores do Grêmio Politécnico, através de manobras jurídicas, capturaram o projeto social e converteram-no em um cursinho de mercado. (REDE EMANCIPA, 2017, p.9).

Segundo um dos fundadores da Rede, Roberto Goulart (2017, p.9), ainda em 2004 e 2005 houve um movimento de resgate do cursinho, para que ele mantivesse seu caráter social, mas dentre as várias discordâncias políticas e ideológicas, duas tiveram maior peso para o rompimento: a cobrança de taxas inacessíveis para as/os estudantes, que em sua maioria eram de baixa renda e uma visão de educação cada vez mais mercadológica e elitista.

Como o movimento não alcançou seu objetivo, o grupo decidiu então criar um novo espaço de educação para as periferias totalmente gratuito e que fosse para além do vestibular. A partir dessa luta por uma educação popular e contra-hegemônica, em 2007 o grupo iniciou seu processo de estruturação, aglutinação de mais pessoas e organização interna. Em 2008 é

criado o primeiro cursinho da Rede Emancipa, em Itapevi, cidade que fica na periferia da grande São Paulo.

O cursinho recebeu o nome de Chico Mendes, em homenagem ao seringueiro, sindicalista e maior ativista ambiental do país, que atuou em defesa da Amazônia e de seus povos, e que por causa da sua luta foi covardemente assassinado por latifundiários. Vale destacar que esse processo de dar um nome ao cursinho se tornou uma prática no movimento e é feito a partir do diálogo entre coordenadores/as e educadores/as. Assim, todos os cursinhos da Rede Emancipa recebem um nome, podendo homenagear militantes históricas/os dos movimentos sociais, escritoras/es, pessoas importantes da comunidade ou um nome que traduza o que o cursinho representa no território.

Em 2008, quando o primeiro cursinho da Rede Emancipa iniciou suas atividades, o capitalismo global vivenciava o pior momento de recessão desde a Segunda Guerra Mundial. A crise econômica, que começou nos EUA, foi um elemento importante para o avanço de uma outra crise, também diretamente ligada à econômica, a crise política, que mais adiante seria o principal combustível para grandes mobilizações de rua, protagonizadas principalmente pela juventude, que usava as redes sociais como ferramentas para informar e mobilizar as ações em diversos lugares pelo mundo.

Nesse período o Brasil também se encontrava em um contexto de lutas, especialmente na área da educação pública, por conta do governo que, apesar de progressista, priorizava a conciliação de classes. Segundo Maurício Costa (2017, p.10), outro importante fundador da Rede Emancipa, é nesse momento de ascensão das lutas sociais, quando “as universidades, os servidores públicos e a juventude foram protagonistas das mobilizações que enfrentaram as contrarreformas como a universitária e a previdenciária e também contra a corrupção.” que a Rede Emancipa inicia sua história, com o desejo de construir uma educação que fosse sinônimo de emancipação.

Também se faz necessário explicar sobre o nome *Rede Emancipa* e a logo escolhida para representar esse novo projeto de educação popular que estava nascendo. Inicialmente, a escolha da palavra *Rede* fazia referência à tecnologia, “a ideia no início era ser um portal na internet que disponibilizasse aulas, materiais e orientações de como construir os cursinhos, que também fizesse encontros de formação política e pedagógica.” (REDE EMANCIPA, 2017, p.7). A ideia que não andou, pois, a dificuldade do acesso à internet nas periferias é uma realidade constante.

Com as experiências no dia a dia do cursinho e a possibilidade de criação de novas unidades, o significado da palavra *Rede* se alterou, passando a representar a conexão entre os

cursinhos, que se interligam, atuam de forma ramificada e com autonomia, mas possuem um mesmo objetivo em comum, o de construir a educação popular nas periferias para que jovens e adultos acessem as universidades públicas e sejam sujeitos sociais ativos e pensantes. Uma *Rede* que conecta histórias, experiências e lutas movidas pelos princípios da educação popular freiriana, da coletividade e da solidariedade.

A palavra *Emancipa*, vem do verbo emancipar, isto é, tornar-se independente; libertar-se e faz referência a categoria *emancipação/libertação*, abordada por Paulo Freire, principalmente em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1987). Essa palavra transmite grande parte do que a Rede faz em seu cotidiano, durante esses 15 anos de atuação nas periferias do Brasil. Nos cursinhos, por exemplo, a partir de uma educação problematizadora, o processo de *emancipação* é construído lado a lado com estudantes e educadoras/es, como aponta Paulo Freire (1987).

Para a educação problematizadora, enquanto um que fazer humanista e libertador, o importante está, em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação. Por isto é que esta educação, em que educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador “bancário”, supera também a falsa consciência do mundo. (FREIRE, 1987, p.49).

Outro ponto importante com relação aos cursinhos populares da Rede Emancipa é que eles se intitulam *Pré-Universitários* e não Pré-Vestibular ou Pré-ENEM, como é comum ver entre os cursinhos populares e particulares, justamente por proporcionar um ensino para além das provas de vestibulares ou processos seletivos, um ensino crítico que prepara jovens e adultos para os desafios do ENEM e, também, para a vida na universidade. (REDE EMANCIPA, 2017, p.10).

As lutas pela educação pública e por direitos são exemplos que fazem com que as/os estudantes percebam que não basta apenas passar numa prova, é necessário lutar pela assistência e assistência estudantil, por mais bolsas, contra os cortes na área da educação etc.

Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. (...) Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo. (GOHN, 2011, p.336).

O logo do movimento era representada por um boneco de punho cerrado e tinha a intenção de “mostrar que o estudo para nós não seria algo passivo, mas que o estudante deveria

se empoderar, tomar em suas mãos as rédeas do próprio destino.” (REDE EMANCIPA, 2017, p.10). Em 2018 essa logo passou a ser de uma mulher negra, com punho cerrado e cabelo crespo. O desenho tem como inspiração Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, brutalmente assassinada e também em homenagem às mulheres negras, que compõem a maioria dos cursinhos da Rede. A mudança da logo pode ser visualizada nas duas imagens abaixo, a primeira corresponde a logo de 2011 e a segunda, a logo de 2018, respectivamente.

Figura 1: Logo de 2011



Figura 2: Logo 2018



Fonte: Arquivo virtual da Rede Emancipa (2018)

O verde, que convencionalmente simboliza o sentimento de esperança, foi a cor escolhida para identificar o movimento, mesmo que naquela época o vermelho fosse mais usado por movimentos sociais de esquerda; outra referência foi a lousa verde, que era usada pelas/os professoras/es em sala de aula junto com o giz. A esperança, para Paulo Freire (2002), possui um significado maior e mais bonito, pois está diretamente conectado às lutas sociais e o desejo de transformação em um mundo sem desigualdades e opressões.

Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico. Não quero dizer, porém, que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim, convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. (FREIRE, 2002, p.5).

Assim, a *Rede Emancipa* ao longo desses 15 anos de história, segue conectando pessoas a partir da luta por uma educação emancipadora, que segundo Paulo Freire (1987) deve

possibilitar que as/os oprimidas/os ocupem os espaços que historicamente lhes foram negados, para que novas narrativas sejam construídas a partir do olhar de quem está debaixo.

3.1.1 As lutas sociais e a expansão do movimento: qual a relação?

O ano de 2011 ficou marcado na história por conta das revoltas populares e mobilizações sociais que aconteceram no mundo todo. A crise política tomou conta do Oriente Médio e do norte da África, com a chamada *Primavera Árabe*¹⁰, movimento que gerou uma onda de protestos em vários países como Egito, Líbia, Tunísia, Marrocos, Síria e Arábia Saudita, e que tinham como objetivos a derrubada de ditadores que estavam há décadas no poder, a luta contra a desigualdade social, os conflitos religiosos e por melhores condições de vida em meio à crise econômica.

Os *Indignados da Espanha*¹¹ foi um movimento que mobilizou toda a Europa com multidões que ocuparam as praças públicas da Espanha, Grécia, Paris, Londres, Roma e entre outros, contra a crise que atingia os mais pobres, a retirada de direitos e as velhas formas de se fazer política. Nos EUA, o *Occupy Wall Street*¹², montou acampamento em Nova York, protestando contra a má distribuição de renda, a desigualdade social e o excessivo lucro dos bancos, que torna mais ricos aqueles que já detém o acúmulo de capital, como aponta o trecho abaixo.

O fato concreto é que as manifestações de jovens em 2011 por meio de atos públicos, ocupações e marchas, chegaram a derrubar ditaduras, como a Primavera Árabe, em 2011, abalaram governos europeus desestabilizados por crises econômicas e ondas de desemprego, como o Movimento dos Indignados, na Espanha, ou, ainda, questionaram o modelo econômico-financeiro vigente, como o Movimento Occupy Wall Street. (GOHN, 2013, p.26).

É importante destacar que os movimentos citados acima, assim como diversos outros pelo mundo, passaram a ser convocados com o auxílio de redes sociais como *Twitter* e *Facebook*, sendo a principal forma de mobilização para os atos, além de impulsionar e divulgar as ações dos movimentos, algo que segue presente até hoje, como afirma Maria da Glória Gohn (2013, p.21) “Marchas, manifestações e ocupações na atualidade são promovidas por coletivos organizados que estruturam, convocam/convidam e organizam-se *on-line*, por meio das redes sociais.”

¹⁰ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502>

¹¹ https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/15/internacional/1431679318_951340.html

¹² <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/513696-movimento-occupy-wall-street-faz-um-ano-protestando>

As mulheres também protagonizaram importantes mobilizações, o que colaborou com a massificação das pautas feministas em diferentes espaços da sociedade. A *Marcha das Vadias*¹³, que iniciou no Canadá e se expandiu para diversos países, mobilizou, nas ruas e nas redes sociais, mulheres do mundo todo em torno da pauta da liberdade do corpo feminino e contra a cultura do estupro. Segundo Paula Batista (2017, p.4-5), muitas críticas foram feitas a respeito da Marcha, principalmente por não contemplar as mulheres em sua diversidade, por seu caráter mais liberal, branco e elitista e por utilizar um slogan pouco politizado do “meu corpo, minhas regras”. Apesar disso, o movimento foi legítimo e é compreendido por muitos movimentos feministas e estudiosas da área como um marco na luta das mulheres na contemporaneidade.

Os ventos revolucionários que sacudiam o Oriente Médio, Europa e EUA chegaram na América Latina. No *Chile*¹⁴, estudantes secundaristas e universitários, organizaram protestos em defesa da educação pública, contra a financeirização e a precarização da educação no país. Em terras brasileiras, movimentos sociais e estudantis também construíram atos em solidariedade ao que estava acontecendo pelo mundo e aos ataques vivenciados no Brasil, colocando em pauta a luta contra Belo Monte¹⁵, onde a Amazônia e seus grandes projetos de “desenvolvimento” ganharam visibilidade, além das greves nas universidades federais, da luta pelas cotas sociais e raciais e dos cortes de verbas na educação pública.

É nesse contexto de lutas efervescentes, inspirados nas grandes mobilizações que aconteciam pelo mundo, que a Rede Emancipa inicia seu processo de expansão para novos territórios, saindo de São Paulo para outros estados do Brasil. Cresceu o sentimento de que era não só importante, mas urgente e necessário avançar com esse movimento, chegar em mais lugares e em mais pessoas. A Rede Emancipa seria um excelente instrumento de emancipação nas periferias, para construir a luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, pelo acesso ao ensino superior e contra as desigualdades, tão profundas no país.

No ano de 2011, a Rede, então, subiu em direção ao norte e desceu ao sul, criando duas novas regionais, a Rede Emancipa Belém, no estado do Pará, e a Rede Emancipa Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Ambas seriam importantes para o desenvolvimento do movimento de forma nacionalizada e só foram possíveis de serem concretizadas a partir do diálogo com militantes do movimento estudantil da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal

¹³ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/06/protesto-marcha-das-vagabundas-.html>

¹⁴ <https://sul21.com.br/ultimas-noticiasinternacionalnoticias/2011/12/protestos-no-chile-estimulam-movimentos>

¹⁵ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2011/09/movimentos-sociais-protestam-contrabelo-monte.html>

do Rio Grande do Sul, ligados ao Movimento Esquerda Socialista, tendência interna do PSOL, que aceitaram o desafio de construir esse novo movimento em seus territórios.

Em 2012, a Rede Emancipa, que desde a sua fundação, se automeava como um *Movimento Social de Cursos Populares*, chegou à conclusão de que esse subtítulo deveria ser substituído por *Movimento Social de Educação Popular*, pois a atuação já não se limitava apenas em fazer cursinhos, uma vez que também estabeleciam uma relação com as comunidades em que estavam, participavam de mobilizações importantes, levavam educadoras/es e estudantes às ruas, e debatiam em sala de aula sobre as lutas da classe trabalhadora, sempre tendo a educação popular o norte para todas as ações.

Ter um projeto social que ajude pessoas de baixa renda a acessar a universidade é algo muito positivo, mas sabíamos que as possibilidades seriam sempre reduzidas se não tentássemos transformar o sistema de ensino como um todo. O subtítulo Movimento Social de Cursos Populares, e agora Educação Popular, veio enfatizar que há espaço para jovens e adultos se envolverem em seu dia a dia na construção de seu conhecimento e de sua autonomia. (REDE EMANCIPA, 2017, p.10).

No ano de 2013¹⁶, o Brasil viveu um processo de explosão de lutas e foi inserido na rota dos indignados e dos países que se rebelaram. Os atos que antes aconteciam de forma tímida, ganharam uma proporção nunca vivenciada neste século. A Rede Emancipa, assim como diversos movimentos sociais, esteve presente nas mobilizações, carregando sua bandeira em defesa da educação, da saúde, do direito à cidade e contra toda política de austeridade que estava sendo aplicada, prejudicando a população mais pobre, como mostram as imagens a seguir, obtidas pela pesquisadora a partir dos arquivos virtuais do movimento.

Figura 3 e 4: Rede Emancipa nos atos de Junho de 2013 em São Paulo.



Fonte: Arquivo virtual da Rede Emancipa (2013).

¹⁶ <https://revistacult.uol.com.br/home/as-pautas-e-os-ecos-de-junho-de-2013/>

Nos atos de junho, as centrais sindicais perderam o protagonismo, ficando nas mãos da juventude, que era em sua maioria mulheres e estudantes. As velhas práticas de se fazer manifestação, com trio elétrico e longas falas, deu espaço para megafones, baterias, palavras de ordem e músicas que faziam a agitação. As pautas eram diversas e iam desde as mais gerais, como a luta por transporte público, saúde e educação de qualidade, até as mais específicas de cada estado ou cidade. Maria da Glória Gohn (2011) afirma que:

De fato, as novas mobilizações não são convocadas por partidos e sindicatos, ainda que muitos deles peguem carona como desenrolar das ações. A principal explicação é dada não apenas pelos rumos que partidos e sindicatos têm adotado na atualidade, mas sim pelo desencanto com a política, a indignação diante do cenário de corrupção, falta de ética, mau uso do dinheiro público e falta de vontade política dos dirigentes. (GOHN, 2013, p.20).

Como todo movimento de massa, os atos de 2013 tiveram muitas contradições e disputas ideológicas, inclusive de setores de direita e de extrema-direita, que souberam surfar no descontentamento da população com o governo para apresentar as suas alternativas. Apesar disso, seu maior legado foi proporcionar que novas narrativas e formas de construir política nas ruas fossem feitas por aqueles e aquelas que antes não se sentiam sujeitos desse processo político.

Ao final desse período, a Rede já estava com mais de 10 cursinhos no estado de São Paulo, no Pará abriu trabalhos nas cidades de Marabá e Santarém. Em Minas Gerais criou o primeiro cursinho na cidade de Montes Claros e no Rio de Janeiro iniciou a articulação para sua fundação no estado, que iria acontecer no ano seguinte, em 2014.

A explosão de junho de 2013 mostrou que o discurso de que a crise estava distante do Brasil era falso. Nas cidades, o drama do transporte público, o alto preço dos alugueis, a tragédia da saúde e da educação públicas mostravam os que saíam perdendo com a divisão do bolo do crescimento econômico. Nos círculos de cada cursinho a realidade falava mais alto que o discurso dos governantes. (REDE EMANCIPA, 2017, p.14).

Em 2014 a Rede esteve nas mobilizações nacionais contra a Copa do Mundo; que denunciavam os gastos exorbitantes para a realização do evento e dos despejos de dezenas de famílias de baixa renda que moravam próximos aos estádios. E na Primavera Feminista¹⁷, em 2015, com os atos “Ni Una a Menos”, o “Pílula fica, Cunha sai” que colocaram as mulheres

¹⁷ https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html

nas ruas pelo direito ao aborto legal, contra a violência machista, a cultura do estupro e o PL 5069, de autoria do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Ainda em 2015 e 2016 aconteceram as ocupações das escolas e das universidades, e a Rede Emancipa organizou rodas de conversas e aulas públicas contra a precarização da educação, a reforma do ensino médio, o PL da Escola Sem Partido, além de ser fazer presente nos atos contra o impeachment ex-presidenta Dilma Rousseff, pelo Fora Temer e contra a PEC 241¹⁸, que congelou os gastos públicos por 20 anos, como é possível visualizar nas imagens abaixo, feitas pela Rede durante dois atos importantes.

Figura 5: Rede Emancipa na Primavera Feminista (2015).



Figura 6: Rede Emancipa no Ocupe pela Educação (2016).



Fonte: Arquivo virtual da Rede Emancipa (2015 e 2016)

Segundo Maria da Glória Gohn (2011, p.336), os movimentos sociais são importantes agentes de mudanças sociais pois redefinem a esfera pública ao propor novas formas de se construir política. Esses movimentos possuem uma identidade, um opositor e se organizam e se fundamentam em um projeto de vida e de sociedade. Ao longo da história, é possível observar que eles têm contribuído para a organização e conscientização da sociedade; ao

¹⁸ <https://exame.com/brasil/o-mapa-das-ocupacoes-de-escolas-e-faculdades-contratemer/>

apresentarem conjuntos de demandas e práticas de pressão/mobilização que têm certa continuidade e permanência.

No ano de 2017, em meio a uma conjuntura difícil com o governo Temer, a Rede Emancipa completou 10 anos de história construindo educação popular pelos quatro cantos do Brasil. Esse marco, importante e simbólico, merecia uma comemoração, por isso, no dia 10 de março, aconteceu o primeiro encontro nacional com representações de todas as regiões do país, contando com a presença de mais duas novas regionais, Distrito Federal e Rio Grande do Norte.

Nesse encontro estiveram presentes as regionais São Paulo, Pará, Porto Alegre, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Rio Grande do Norte, e também foi lançada a Revista de 10 anos da Rede Emancipa e a Carta de Princípios, dois documentos que serviriam para formação e divulgação do trabalho desse movimento social. Abaixo estão dois registros desse momento.

Figura 7 e 8: 1º Encontro Nacional da Rede Emancipa em 2017.



Fonte: Arquivo virtual da Rede Emancipa (2017).

Faz-se importante explicar brevemente sobre a *Carta de Princípios* citada acima, pois com a expansão do movimento a partir do surgimento de novas unidades de cursinhos pelo país, tornou-se necessário a existência de um documento que resumisse a atuação da Rede Emancipa, seus objetivos, seus métodos, suas formas de organização e seus princípios políticos. É nesse sentido que a *Carta de Princípios* da Rede Emancipa é escrita, como uma espécie de orientação para todas as pessoas que quiserem fazer parte desse movimento social de educação popular na condição de educadoras/es, coordenadoras/es e também para quem tem interesse de criar um cursinho da Rede Emancipa no seu território.

Em primeiro lugar, como condição para que qualquer militante tenha uma atuação coerente dentro da Rede Emancipa, existem seis princípios de organização, que devem ser seguidos por todos dentro dos cursinhos ou outras frentes de atuação. Esses princípios são fundamentais para que as/os militantes estejam alinhadas/os politicamente com o que o

movimento defende e a forma como atua, evitando, assim, possíveis conflitos internos que possam aparecer quando se constrói algo que envolve muitas pessoas, sendo esses:

1. Unidade na ação e liberdade na discussão: os militantes devem ter o direito de se posicionar e debater suas propostas nos coletivos em que fazem parte. Mas, uma vez definida a posição coletiva (por consenso ou voto), têm que atuar de acordo com ela.

2. Decisão coletiva e responsabilidade individual: as decisões no Emancipa são tomadas coletivamente. Isso quer dizer que os militantes de cada coletivo podem e devem participar da discussão e definição das linhas, posições políticas e dos planejamentos e avaliações. Mas, divididas as tarefas, o(a) companheiro(a) que assumi-la tem a responsabilidade de realizá-la e prestar contas ao coletivo.

3. Só decide quem atua: todo militante do Emancipa tem que participar de algum coletivo e assumir alguma tarefa. Só há espaço no movimento para aquele que estiver comprometido com a execução das decisões tomadas, isto é, com alguma tarefa de construção.

4. Disciplina militante e valores: o militante do Emancipa precisa ser coerente em sua conduta com a proposta do movimento. Deve ser exemplo para o conjunto. Isso significa também não reproduzir as ideologias que combatemos, tais como, opressões, discriminações (machismo, racismo, LGBTfobia, etc), e também os valores individualistas como a competição e o divisionismo.

5. Transparências nas relações: é fundamental no Emancipa que as posições e diferenças sejam tratadas de forma clara e transparente. As perguntas devem ser feitas e ser respondidas claramente. Assim também deve ser nossa relação com a base social do movimento. Entendemos que a transparência, ao lado do respeito às diferenças, é a melhor maneira de evitar os divisionismos tão frequentes nos movimentos sociais.

6. Construção de poder popular: este princípio se expressa em duas questões fundamentais: autonomia e formação política. Autonomia significa que as decisões do Emancipa são tomadas pelo Emancipa, sem determinações de qualquer outra organização ou do Estado. A formação política – como princípio – significa a proposta de formar continuamente militantes na base do movimento para assumirem responsabilidades políticas e participarem das decisões. (REDE EMANCIPA, Carta De Princípios. 2017, p.1).

A Rede Emancipa, como um movimento nacional que está presente em vários estados do Brasil, também atua a partir de uma organização coletiva com três tipos de coletivos que funcionam como os alicerces do movimento. As coordenações são sempre orientadas a construir ativamente esses coletivos para que o movimento seja o mais nacionalizado possível, respeitando também as particularidades de cada território.

Quanto mais as regionais e suas/seus militantes estão incorporadas/os nesses coletivos, mais unificadas, coletivas e democráticas são as decisões, bem como mais representativo o movimento se torna em seu interior, possibilitando com que as tarefas do movimento sejam bem distribuídas nacionalmente, de forma que nenhum setor fique sem dinâmica. Os três coletivos organizativos são:

1. Coletivos Políticos (Coordenações Estaduais e Coordenação Nacional): tem a função de tomar decisões políticas gerais do movimento, no estado ou no país.

Composição das Coordenações Estaduais: 2 representantes de cada cursinho ou núcleo (sendo um destes também representante nacional) + 1 representante de cada um dos setores organizativos.

Composição da Coordenação Nacional: 1 representante de cada cursinho ou núcleo + setores organizativos.

2. Coletivos Organizativos (setores): tem a função de tomar decisões e executar tarefas em relação a diversas questões necessárias para a construção do Emancipa. São eles:

Formação Político-Pedagógica: responsável pela formação dos militantes.

Organização e autossustentação: responsável em garantir o funcionamento coletivo e em desenvolver iniciativas de financiamento e em desenvolver iniciativas de financiamento, organização dos recursos e prestação de contas.

Comunicação e simbolismo: responsável pelos canais de divulgação do Emancipa e pelo fortalecimento de identidades simbólicas próprias.

Trabalho comunitário: responsável pela relação com as comunidades.

3. Coletivos Territoriais (coordenações de cursinhos, de núcleos e coordenações regionais): tem a função de organizar o trabalho territorial do Emancipa, na relação com a base, decidindo e realizando as tarefas referentes ao seu espaço de atuação, seja o cursinho, o núcleo ou uma região mais ampla. Todos os que participam dos coletivos territoriais devem estar em constante diálogo com os coletivos políticos e organizativos, a fim de que as práticas no território estejam alinhadas com as diretrizes gerais do movimento. (REDE EMANCIPA. Carta de Princípios, 2017, p.2).

Como já foi explicado, os cursinhos pré-universitários e gratuitos constituem o principal trabalho da Rede Emancipa, entretanto, ele não é o único, uma vez que o movimento busca ampliar seu leque de atuação a partir da educação popular. As lutas sociais acontecem de várias maneiras, por isso, os cursinhos vão muito além da luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, esses espaços de educação não-formal se transformam em uma ferramenta política de emancipação da classe trabalhadora.

Cada regional possui suas experiências, especificidades e autonomia, mas também precisam estar conectadas a algumas metas, que devem ser comuns em todos os trabalhos e estar em seu horizonte tático, pois também é a partir delas que o movimento tem a possibilidade de crescer. Essas metas são:

1. Formação de novos militantes: os cursinhos são o momento em que o Emancipa amplia e qualifica sua militância, apostando na formação de coordenações de cursinhos que, ao assumirem as tarefas organizativas e políticas do cursinho, se integram ao Emancipa. Por isso é fundamental que em todas as nossas unidades, a presença estudantil seja reforçada e ampliada.

2. Organização e mobilização coletiva: os cursinhos devem representar a prioridade das soluções coletivas sobre as individuais, tanto através da mobilização popular como via para as conquistas, quanto na construção de espaços coletivos, tais como círculos, saraus, grêmios, coordenações e uma boa ocupação dos “tempos livres”.

3. Territorialização: o local onde fazemos um cursinho é algo determinante para a influência que pode ter. Fazer uma unidade do Emancipa próximo aos centros das cidades, ao prédio da prefeitura, ou ao lado de uma importante rodovia, terminal de ônibus ou ainda próximo de um grande porto ou aeroporto nos dá um poder de intervenção e uma visibilidade muito grandes. Em outros casos, fazer cursinhos em universidades nos dá possibilidades de intervir diretamente nas políticas daquelas instituições, atuar ao lado dos setores do movimento de educação organizados, trabalhar de dentro para fora contra seus muros. Cada local abre a possibilidades

próprias para a nossa luta, da escola pública às instituições religiosas. Por outro lado, os cursinhos que estão mais distantes, nas periferias urbanas podem ser exemplos de aglutinação e referência de trabalho de base comunitário com aqueles que mais necessitam, com a classe trabalhadora que é a matéria da transformação social.

4. Referência nas comunidades: para nós, um cursinho não deveria existir e lutamos para que a barreira do vestibular deixe de existir. Mas, mesmo que essa realidade distante fosse conquistada, nosso trabalho de educação popular emancipadora não terminaria aí. Por isso, a referência de nossa atuação tem que ir além dos cursinhos, ampliando-se para as comunidades próximas, dialogando com as demandas e lutas de cada território. (REDE EMANCIPA. Carta de Princípios, 2017, p.3-4).

Por fim, mas não menos importante, ao final do documento, há 10 princípios políticos que norteiam a Rede Emancipa. São 10 pontos, em referência a primeira década de fundação, que sintetizam as lutas travadas pelo movimento ao longo dos anos e as pautas das quais não abrem mão. Não existe trabalho político, social e pedagógico na Rede, de norte a sul do país, sem que esses princípios estejam presentes no cotidiano de cada trabalho e orientem as estratégias e as ações concretas do movimento na busca por um mundo mais justo, democrático, sem desigualdades e opressões.

1. Defesa da educação pública, gratuita e de qualidade como direito de todas e de todos.
2. A gratuidade como premissa na participação dos estudantes em nossos cursinhos.
3. Educar para a liberdade, desenvolver o pensamento crítico contra a doutrinação e promover o protagonismo estudantil.
4. Compromisso com a luta da classe trabalhadora por direitos e pela transformação social.
5. Defesa de um projeto anticapitalista para a sociedade.
6. Direito à cidade, entendido como o direito de usufruir dos serviços sociais básicos, dos espaços de lazer e de cultura.
7. Autonomia política e financeira, sem interferência de qualquer outra organização ou do Estado.
8. Promoção dos Direitos Humanos, contra qualquer forma de opressão e preconceito e para a realização da cidadania.
9. Aliança com outros setores a partir de acordos políticos, programáticos e táticos. Não temos e não teremos relações com organizações de direita e com organizações que atuem para nos dividir, cooptar ou instrumentalizar.
10. Promoção da solidariedade e do coletivismo como valores fundamentais. (REDE EMANCIPA. Carta de Princípios, 2017, p.5).

Esses princípios, assim como toda a Carta, têm por objetivo diferenciar a Rede Emancipa de outros movimentos educação popular, que muitas das vezes pensam e utilizam essa forma de educação tendo em vista apenas o assistencialismo direcionado para pessoas de baixa renda, sobressaindo o oportunismo e autopromoção, e não como uma ferramenta concreta de politização e emancipação dos sujeitos, como orienta Paulo Freire (1999, p.19):

Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa

organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito.

Após uma década de cursinhos pelo Brasil, era necessário alçar novos voos e desenvolver outras experiências que pudessem agregar ainda mais ao que já vinha sendo feito ao longo desses anos. Por isso, em 2017 também foram criadas importantes frentes de atuação da Rede para a construção de um trabalho com a educação popular para além dos cursinhos pré-universitários, carro chefe do movimento em todo país. Entre essas frentes é válido citar a Universidade Emancipa, o Emancipa Mulher e o Emancipa DEGASE.

A Universidade Emancipa nasceu em São Paulo com o objetivo de ser um centro de formação nacional com cursos livres e certificação sobre diferentes temas como Educação Feminista e Antirracista, Educação Popular e Formação de Professoras/es, Periferias e o Direito à Cidade. Além de proporcionar uma construção política e pedagógica para professoras/es da Rede, educadoras/es sociais, populares e estudantes das universidades em geral, e de aproximar as universidades públicas brasileiras da educação popular e suas lutas cotidianas e históricas.

O manifesto¹⁹ de criação da Universidade foi assinado por dezenas de professoras/es universitárias/os de todo o país, manifestando apoio a esse novo projeto. Segue abaixo o trecho inicial que apresenta brevemente o que é a Universidade Emancipa e seu objetivo político:

Por uma educação dos 99%

Em 2017 a Rede Emancipa completou 10 anos de existência. Ao longo desta década, suas iniciativas de educação popular avançaram e diversificaram, reforçando em seu cotidiano e horizonte de milhares de jovens a educação como prática para a liberdade. A Rede Emancipa sente-se parte viva de um projeto popular de emancipação para o Brasil.

Desde sua fundação, este movimento popular de educação se esforça para diminuir as distâncias entre as classes subalternas e a universidade brasileira. Para tal, promove a construção de um amplo movimento de cursinhos populares pré-universitários para que a juventude das periferias rurais e urbanas possam ingressar nas universidades, compartilhar e se apropriar do conhecimento aí desenvolvido e transformá-lo, dentro e fora deste espaço.

Com o tempo, contudo, ficou claro que este projeto precisava ir além dos exames para ingresso no sistema de ensino superior. Caso contrário, seria preciso deixar de lado uma ampla parcela da juventude pobre que conhece e se aproxima das iniciativas dos cursinhos populares. Queremos uma educação para os 99% da população brasileira e isso exige transformar a própria concepção de acesso ao ensino – ao ensino universitário, em particular – e conectá-la a uma nova visão de educação, capaz de superar o sentido excludente da cultura, do conhecimento, da economia e da política vigentes em nosso país.

Assim, entendemos e praticamos a educação popular como ferramenta político-pedagógica que tem como objetivo divulgar e recriar permanentemente o conhecimento como força material para transformar a sociedade. É, portanto, uma concepção de formação comprometida com as necessidades das classes populares. Nesse sentido, ela deve, ao mesmo tempo, ser instrumento de mobilização,

¹⁹ <https://sites.google.com/site/apoiouniemancipa/?pli=1>

capacitação e estratégia de organização da população em torno de seus próprios interesses.

Neste sentido, a Universidade Emancipa, projeto de conformação de um centro nacional de educação popular que ora apresentamos, se soma a outras iniciativas da Rede Emancipa que, além do ensino pré-universitário, abrangem o trabalho de educação em espaços de privação de liberdade, a alfabetização de jovens e adultos, a educação feminista, o ensino infantil e o ensino da prática esportiva. Estas iniciativas funcionam hoje em 10 estados do país, em mais de 30 cidades, mobilizando milhares de pessoas.

Este centro nacional de formação servirá como nó fundamental desta rede, ferramenta de formação político-pedagógica de nossas educadoras e educadores. Mas não apenas. Como um centro nacional de educação popular, a Universidade Emancipa se vê como parte de um movimento mais amplo de luta por uma nova sociedade brasileira, na qual a subalternidade possa se converter em verdadeira autonomia e solidariedade humanas. (UNIVERSIDADE EMANCIPA. Manifesto, 2017).

O Emancipa Mulher é uma escola de formação feminista e antirracista para mulheres e foi criada em Porto Alegre. Seu objetivo é desenvolver formações sobre diferentes temas que atravessam as mulheres a partir da perspectiva interseccional da classe, do gênero e da raça. Com as experiências positivas da escola, em 2020 foi lançada a *Cartilha Laudelina de Campos Melo*²⁰, este nome foi em homenagem a Laudelina, mulher negra e grande lutadora, que fundou o primeiro sindicato e a primeira associação para mulheres domésticas do Brasil. A cartilha é disponibilizada em material impresso e digital e pode ser usada em espaços de formação em qualquer lugar do Brasil, possibilitando a popularização do feminismo antirracista e anticapitalista, defendido pela Rede Emancipa.

No Rio de Janeiro é criado o Emancipa DEGASE, essa outra frente de atuação de destaque da Rede por ser desenvolvida dentro dos espaços do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), atuando a partir da educação popular com adolescentes e jovens em privação de liberdade. São desenvolvidas atividades como reforço escolar, arte-educação, alfabetização, círculos de cultura e orientação para o mercado de trabalho, além de formações político-pedagógicas para as/os educadoras/es que participam do movimento. Um espaço importante e que precisa ser cada vez mais ocupado por movimentos que acreditam na transformação social a partir da educação.

O ano de 2018 foi um dos períodos mais conturbados da história no Brasil. Ainda em março, Marielle Franco, militante negra e bissexual, nascida e criada na favela da Maré, socióloga, ex-estudante de um cursinho popular e vereadora do PSOL, no Rio de Janeiro, foi brutalmente assassinada após sair de uma atividade política. A notícia abalou a todos, em especial as/os militantes que se dedicam na luta pelos direitos humanos, como a Rede Emancipa

²⁰ <https://emancipamulher.com.br/a-escola/>

e tantos outros. Em sua homenagem, vários cursinhos passaram a se chamar Marielle Franco e o seu rosto foi estampado na nova logo e nas bandeiras do movimento. A sua história de luta se tornou inspiração e combustível para que mais mulheres negras e periféricas ocupassem os espaços de poder na política institucional a partir desse ano, como afirmam as autoras abaixo.

O assassinato político de Marielle Franco fez dela um ícone da resistência democrática e da luta pela justiça social no Brasil e no exterior. Defensora dos direitos humanos, sua vida e sua morte nos lembram a importância da interseccionalidade para os movimentos de justiça social.” (COLLINS; BILGE, 2020, p. 47).

A extrema direita, que vinha numa crescente no Brasil, principalmente a partir das mobilizações a favor do Impeachment de Dilma Rousseff, em 2015 e 2016, se consolidou no poder com a vitória de Bolsonaro nas eleições. Esse processo de polarização entre um candidato que flertava com o fascismo, contra o maior partido de esquerda do país, tornou a disputa eleitoral e o pós-eleição extremamente violento e preocupante, principalmente para os movimentos sociais, coletivos e organizações de esquerda, que vinham sendo constantemente ameaçados e perseguidos.

Apesar da grande ascensão do bolsonarismo, houve também muita luta e resistência a partir da esquerda e de progressistas, que uniram forças em defesa da democracia, dos direitos sociais e contra o fascismo. As mulheres, que já vinham sendo linha de frente dos atos nos últimos anos, organizaram e protagonizaram a maior mobilização de mulheres da história do Brasil, o #EleNão²¹ contra Bolsonaro.

Figura 9 e 10: Rede Emancipa no #EleNão em 2018



Fonte: Arquivo virtual da Rede Emancipa (2018).

²¹ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>

A Rede Emancipa, como movimento social de educação popular que entende a educação como ato político e se localiza sempre ao lado da classe trabalhadora, participou ativamente desse processo eleitoral, debatendo com as/os estudantes e educadoras/es sobre a importância de lutar contra todo tipo de opressão, de defender a democracia que estava sob ataque e esteve presente nos atos do #EleNão em todas as regionais que desenvolvia trabalho, como mostram as imagens acima. Para Maria da Glória Gohn (2011):

Os movimentos sociais pela educação abrangem questões tanto de escolas como de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, (...), meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais etc. Os movimentos sociais são fontes e agências de produção de saber. (GOHN, 2011, 347).

Em 2019, a Rede chega aos estados do Paraná e Maranhão, este último a partir do diálogo com comunidades quilombolas. Em paralelo a isso, Bolsonaro iniciava seu primeiro ano como presidente e demarcava seu lugar como inimigo número 1º das mulheres, da negritude, dos LGBTQIA+, dos povos tradicionais, dos trabalhadores e da educação pública.

A Rede Emancipa foi às ruas de todo Brasil pelo Fora Bolsonaro, lançou um Plebiscito Popular contra a Reforma da Previdência e os cortes na educação, com centenas de assinaturas de norte a sul do país e também esteve presente nos grandes atos nacionais e na Greve Geral da educação, chamados de Tsunamis da Educação, que mobilizaram milhares de professoras/es e estudantes secundaristas, universitários e da pós-graduação em defesa da educação pública.

As novas práticas constituem um novo tecido social denso e diversificado, tensionam as velhas formas de fazer política e criam novas possibilidades concretas para o futuro, em termos de opções democráticas. É importante registrar que os movimentos pela educação têm caráter histórico, são processuais e ocorrem, portanto, dentro e fora das escolas e em outros espaços institucionais. As lutas pela educação envolvem lutas por direitos e são parte da construção da cidadania. (GOHN, 2010, p.71).

Figura 11 e 12: Rede Emancipa no 1 ato do Tsunami da Educação em Belém (2019)



Fonte: Arquivo virtual da Rede Emancipa Belém e Ananindeua (2019).

A partir desse breve levantamento histórico, é possível afirmar que desde a sua fundação em 2007, as mobilizações de ruas fizeram parte da história da Rede Emancipa, compondo o pilar que fundamenta a educação popular, que é a participação e intervenção política dos oprimidos nas disputas de poder. Não há como se pensar em Rede Emancipa sem pensar em luta. Esse movimento é fruto desse contexto, ao se expandir a partir do entusiasmo que estava na América Latina e no mundo.

Também não há como se pensar no processo de expansão do movimento, sem relacioná-lo com as lutas que estavam e continuam sendo feitas cotidianamente. A Rede Emancipa, tendo a educação como a sua principal arma, cresceu e se fortaleceu conforme as ruas foram sendo novamente ocupadas pelo povo e toda sua diversidade. Não seria possível ser o movimento social que é hoje se não fossem esses processos de enfrentamento a um sistema que serve para a exploração e desumanização dos sujeitos no Brasil e no mundo.

3.1.2 Rede Emancipa na Amazônia: A atuação em Belém e Ananindeua

Segundo Angélica Barros et al. (2022, p.357), em 2011 a Rede Emancipa, criada em São Paulo no ano de 2007 e que ainda se intitulava como movimento social de cursinhos populares, se expande para outras regiões do país, entre elas a região norte, dando início ao seu trabalho em Belém, capital do estado do Pará. A partir do contato com militantes do movimento estudantil da UFPA, é fundado o primeiro cursinho da Rede em Belém. A aula inaugural ocorreu no dia 14 de maio de 2011, na Escola Estadual Amilcar Tupiassú, localizada no bairro da Cremação, local onde este funcionou, aos sábados, até 2012.

O cursinho recebeu o nome de Isa Cunha em homenagem à paraense, historiadora e militante que teve papel fundamental na solidificação de movimentos sociais no Pará e foi presa e torturada pela Ditadura Militar. Devido à pouca estrutura do cursinho, a grande evasão de estudantes e falta de educadoras/es para ministrar as aulas, em 2013 a coordenação decidiu paralisar as atividades a fim de que, durante esse período, a Rede pudesse se reorganizar em Belém, a partir de um planejamento estratégico mais eficaz para dar continuidade ao trabalho que havia sido iniciado.

Em 2014, a Rede Emancipa retornou suas atividades com uma turma na Universidade Federal do Pará, por meio da articulação com a Prof.^a Dra. Ana Tancredi, militante, educadora popular e referência nos movimentos de educação do Pará, à época, diretora do Instituto de Ciências da Educação/UFPA. Por estar em um novo espaço, com novas pessoas compondo a Rede, tanto na equipe de professoras/es, como na coordenação, essa unidade recebeu o nome

de **Cursinho Popular Emancipa Paulo Fonteles** em homenagem ao advogado e militante dos direitos humanos que foi preso, torturado durante a Ditadura Militar e assassinado, pós-ditadura, em 1987, por latifundiários de terra.

No ano de 2016, o movimento é aprovado como um projeto de extensão da Universidade Federal do Pará, pelo Instituto de Ciências da Educação - ICED, sob coordenação da Prof.^a Dra. Lúcia Isabel Silva, educadora popular e militante no campo da educação, que tem sido essencial para a relação dialógica da Rede junto com a universidade, as comunidades e os movimentos sociais. A partir dessa nova etapa, houve um avanço considerável na organização e estruturação interna do Emancipa, com maior suporte pedagógico para as/os estudantes e professoras/es nas aulas de segunda à sexta, no turno da tarde.

Com esse apoio institucional, político e pedagógico foi possível a expansão do movimento, em 2018, para territórios periféricos de Belém e, também, para a região metropolitana, na cidade de Ananindeua, construindo uma relação forte e consolidada com parceiros comprometidos, como associações de moradores de bairros, escolas públicas estaduais, comunidades católicas, movimentos culturais e organizações sociais que apoiam e fortalecem a luta em defesa da educação. Os trabalhos desenvolvidos pela Rede envolvem cerca de 500 estudantes e 150 docentes voluntárias/os, sendo a maioria, estudantes de cursos de graduação ou pós-graduação da UFPA e outras universidades.

Atualmente, o movimento está com oito unidades de cursinhos populares pré-universitários e gratuitos, destas, duas estão localizadas no Bloco de Pedagogia, do Instituto de Ciências da Educação da UFPA (Campus Guamá) e as demais nos bairros periféricos: Vila da Barca, Matinha, Condor, Sevilha, Bengui, na cidade de Belém e na Cidade Nova IV, em Ananindeua. Além de também atuar em parceria com o IEB no Curso de Português Instrumental para indígenas venezuelanos refugiados Warao, com duas turmas, uma em funcionamento no Abrigo do Tapanã e outra na Escola Helder Fialho, em Outeiro.

Com relação aos cursinhos, a primeira unidade a ser criada fora da universidade foi em Ananindeua, em 2018. De acordo com Angélica Barros et al. (2022, p.360), a cidade é vizinha de Belém e faz parte da região metropolitana, sendo o segundo maior município do Pará, depois da capital. A **Rede Emancipa Ananindeua** surge a partir da grande demanda de estudantes e educadoras/es que tinham que se deslocar de uma cidade para a outra, um trajeto cansativo e que se tornava ainda mais difícil pela precarização das linhas de ônibus.

Inicialmente, o cursinho começou na Escola Estadual Presidente Dutra, que fica na fronteira entre as cidades de Ananindeua e Marituba, no dia 24 de fevereiro. O nome que o cursinho recebeu foi de Dorothy Stang, em homenagem à missionária brutalmente assassinada

por latifundiários de terra, devido a sua luta como ambientalista, educadora popular, defensora dos direitos humanos e do direito à terra por comunidades tradicionais.

A unidade, que funciona aos sábados, atende não só a cidade de Ananindeua, mas também cidades próximas como Marituba e Benevides, na região metropolitana. A presença da Rede Emancipa em Ananindeua foi necessária para que o movimento pudesse extrapolar os limites da capital e reafirmar o compromisso com as periferias e a diminuição do sentimento de invisibilidade das zonas periféricas que não estão localizadas em Belém.

Ainda em 2018, foi criado o **Cursinho Popular Emancipa Marielle Franco**, na UFPA, no turno da manhã, em homenagem a militante e vereadora do PSOL, nascida e criada na Maré, mulher negra, bissexual, mãe e socióloga. Um exemplo na luta pelos direitos humanos que, assim como muitas/os ativistas políticas/os, teve a "punição" por representar as forças do povo. Já se passaram quatro anos de seu assassinato e seguimos perguntando: Quem mandou matar Marielle? (BARROS et al., 2022, p.360).

Para a Rede, a conquista de mais uma unidade dentro dos espaços da universidade foi importante, pois possibilitou acolher um maior número de estudantes, foi possível ter uma bolsa de extensão especificamente para quem fosse graduando da UFPA e ex-estudante do Emancipa e estreitou-se as relações de diálogo com a universidade. Em 2019, quatro novas unidades foram criadas ao longo do ano, foi o período em que a Rede Emancipa, em parceria com lideranças comunitárias, associações de moradores e grupos culturais, conseguiu se territorializar em importantes bairros periféricos de Belém, que possuem uma história de luta por direitos, principalmente por moradia digna.

Segundo Angélica Barros et al. (2022, p.362), o **Cursinho Popular Emancipa Fátima Bessa**, que antes se chamava Cursinho Popular Solidário da Matinha e existia desde 2016, entrou para a Rede Emancipa, a partir do diálogo com um morador do território, que faz parte de grupos culturais em Belém. O cursinho funciona na Comunidade Católica São Pio X e guarda uma representatividade histórica, visto que a irmã Dorothy Stang participou de ações de educação popular no bairro e na atuação da comunidade. A unidade funciona no período noturno, de segunda a sexta e durante aos sábados, pela parte da manhã.

O bairro da Matinha, como é conhecido popularmente o bairro de Fátima, possuía o nome Matinha por causa da vegetação e distância do centro da cidade no século XIX e XX. Parte do bairro continua precária, com habitações de madeira e sem saneamento básico, prejudicado ainda mais durante o período de chuva com o transbordamento do canal que corta o bairro. O nome do cursinho é em homenagem a uma educadora do bairro chamada Fátima

Bessa, que tem 71 anos. Dona Fátima é uma educadora aposentada, possui uma creche popular e participou de diversas mobilizações por melhorias da comunidade.

De acordo com Angélica Barros et al. (2022, p.363), o **Cursinho Popular Emancipa Sevilha** foi criado no dia 21 de janeiro, para atender estudantes de uma grande área de ocupação urbana, o Conjunto Habitacional Jardim Sevilha, no bairro do Parque Verde e, também, de bairros próximos. Ter um cursinho popular dentro do conjunto era um sonho antigo de alguns educadores e lideranças populares da área e isso se concretizou a partir da articulação com a Rede Emancipa.

Com funcionamento aos sábados, o cursinho iniciou as atividades Escola Estadual Dilma Catete, localizada em um conjunto adjacente ao Sevilha, o Pedro Teixeira, pelo fato de não haver espaço físico apropriado na própria comunidade. Atualmente a unidade funciona dentro do conjunto, na Escola ABC, em parceria com a Associação de Moradores do Sevilha - AMOJAS, onde um dos coordenadores do cursinho é o presidente da associação.

Diante da necessidade de homenagear os lutadores quando estes ainda estão vivos, como a Fátima Bessa, a unidade do Sevilha recebeu o nome de Elizabeth Teixeira, que possui 96 anos de idade e é um símbolo vivo da luta e da resistência camponesa na Paraíba. Foi perseguida pela ditadura, mas não se curvou diante as ameaças e continuou sua luta por reforma agrária, trabalho com dignidade e justiça no campo.

Para Angélica Barros et al. (2022, p.364), o **Cursinho Popular Emancipa Vila da Barca** foi criado na comunidade da Vila da Barca, pertencente ao bairro do Telégrafo, e carrega o nome da comunidade como forma de resistência e autoafirmação. A Associação dos Moradores da Vila da Barca - AMVB foi uma parceira nessa construção, uma vez que uma das coordenadoras do cursinho era presidente da associação. A aula inaugural ocorreu no dia 25 de maio de 2019, na Fundação Curro Velho, localizada no entorno da Vila.

No início, o cursinho funcionou aos sábados no Curro Velho e, posteriormente, na Escola Santo Afonso. Atualmente está na Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com aulas de segunda a sexta, no turno da noite. Os três lugares citados acima são próximos da Vila, que está situada às margens da Baía do Guajará. Por possuir um grande número de residências de madeiras suspensas por estacas acima da Baía do Guajará, é considerada uma das maiores comunidades sobre palafitas da América Latina.

As principais características da Vila são as ocupações precárias e em áreas de baixadas, residências construídas de maneira rústica e sem projetos de infraestrutura, além da ausência de políticas sociais e públicas que contemplem a comunidade. Por isso, construir de forma

coletiva um cursinho popular na área possibilita para as/os moradoras/es uma esperança e um maior engajamento na busca pelo acesso ao Ensino Superior.

O **Cursinho Popular Emancipa Bengui**, conforme Angélica Barro et al. (2022, p.365), foi criado no dia 28 de junho de 2019, por meio da articulação com a Associação de Moradores do Bengui - AMOB, que tem uma das coordenadoras do cursinho como integrante da associação. O bairro surgiu durante os processos de ocupações urbanas por moradia em Belém, entre os anos de 1960 e 1970, no entorno da rodovia Augusto Montenegro.

Por seus moradores terem protagonizado muitas lutas em defesa de seus direitos, o Bengui se construiu como um dos bairros periféricos mais importantes de Belém quando se pensa em processos de mobilização popular e aglutina movimentos e organizações sociais de relevância para a história da cidade, como o Movimento República de Emaús, que há mais de 40 anos atua com foco nas crianças e adolescentes do bairro.

As aulas do cursinho são aos sábados, na Escola Cidade de Emaús, que foi criada nos anos 80 pelo Padre Bruno Sechi, fundador do Movimento República de Emaús. Portanto, estar nesse espaço é muito simbólico para o Emancipa enquanto movimento social de educação popular. O nome da unidade não poderia ser outro, Emancipa Bengui, em respeito à toda história de luta do bairro e de seus moradores.

Por fim, em 2022 é criado o **Cursinho Popular Emancipa Condor**, em parceria com o Centro Comunitário Allan Kardec, na Condor, bairro que fica nas proximidades do rio Guamá, da UFPA e que faz divisa com Jurunas, ambos fazem parte de um conjunto de bairros periféricos da região central de Belém. O Centro Comunitário tem 50 anos de fundação e é considerado por muitos como um dos maiores do Brasil, no que diz respeito à estrutura física.

Segundo Jorge Júnior (2022), a aula inaugural do cursinho aconteceu no dia 10 de maio e o seu funcionamento é às terças e quintas no turno da noite e aos sábados de manhã, no Centro Comunitário. Vários membros da diretoria e o próprio presidente fazem parte da coordenação do cursinho, que é frequentado, em sua maioria, por pessoas do próprio território e de bairros vizinhos.

A Rede Emancipa, ao construir a educação popular na Amazônia, atua no enfrentamento aos estigmas e estereótipos criados sobre a região, configurados pela visão colonialista que sublinha o território como um vazio demográfico, sem gente, sem cultura, identidade, ciência, tecnologia, abandonada à própria sorte, e por isso, necessitando de desenvolvimento e progresso. A educação popular na Amazônia é a luta em si, como diria Paulo Freire (1987), para uma educação para a liberdade, para desconstruir e descolonizar junto

com os sujeitos sociais que aqui estão e que são construtores da resistência ao projeto capitalista exploratório em curso na região.

A construção de uma educação que não respeite os direitos humanos, os diversos modos de se viver e a pluralidade dos sujeitos, não pode ser entendida como um processo natural. Assim, para a Rede Emancipa, a educação deve ser um instrumento de emancipação das classes populares, essas que já possuem suas formas de viver, pensar, criar, e que, por meio da educação, podem avançar ainda mais como sujeitos sociais ativos e políticos, capazes de transformar suas realidades e de lutar pelos seus direitos, como afirma Paulo Freire (1987).

A sua grande luta vem sendo, através dos tempos, a de superar os fatores que o fazem acomodado ou ajustado. É a luta por sua humanização, ameaçada constantemente pela opressão que o esmaga, quase sempre até sendo feita — e isso é o mais doloroso — em nome de sua própria libertação. (FREIRE, 1987, p.42 e p.43).

Também não é de hoje que a educação no Brasil não é vista como prioridade para o desenvolvimento social e intelectual dos sujeitos. Paulo Freire (1987), durante a sua atuação no campo da educação voltada para as/os oprimidas/os, expõe a necessidade de a educação assumir o papel de ferramenta catalisadora que impulsione a transformação dos sujeitos e suas realidades. Uma educação que não mais estivesse ligada aos que detêm o poder hegemônico, mas que fosse pensada e construída por aqueles historicamente excluídos.

Dessa forma, pensar a educação popular na Amazônia tem sido um desafio, diante da diversidade de povos que nela vivem e que com ela constroem suas práticas culturais, sociais e educativas. Os sujeitos sociais da Amazônia, plurais, e que nesta análise, podem ser entendidos como os outros sujeitos, segundo Miguel Arroyo (2014), por possuírem suas próprias pedagogias, vivem nos campos, nas cidades, nas florestas e são protagonistas de suas histórias, vivências e experiências em seus territórios.

Em 2021, ano do centenário de Paulo Freire, a Rede Emancipa completou 10 anos de fundação em Belém. O público que frequenta os cursinhos são jovens e adultos, negras e negros, moradores de bairros periféricos, estudantes escola pública e de baixa renda, são sujeitos que ousam sonhar com a universidade e lutam por esse direito.

O processo de seleção de educadoras/es e de estudantes acontece em duas etapas, primeiro por uma inscrição *on-line* e depois por meio de entrevista presencial com as/os selecionadas/os na primeira etapa. Fatores socioeconômicos, culturais, sociais e políticos são levados em consideração durante a análise das/os selecionadas/os. Cada turma oferece em

média 40 a 60 vagas para estudantes nos cursinhos, não há cobrança de taxa pela permanência e pelo material, que é oferecido também de forma totalmente gratuita.

Os cursinhos populares têm um caráter multidisciplinar, pois há uma grade curricular que contém as diversas disciplinas exigidas no ENEM, além da disciplina de *Atualidades*. Um espaço de construção coletiva a partir de temas ligados aos direitos humanos, ao bem-viver e à luta contra as desigualdades e as opressões, que auxilia na formação social e crítica dos sujeitos, valorizando as vivências das/os educandas/os, ao trabalhar sob uma perspectiva e emancipadora e não bancária. Na imagem abaixo é possível visualizar como os debates são feitos, a partir dos círculos com professoras/es e estudantes.

Figura 13: Debate de Atualidades sobre Racismo no Cursinho Popular Paulo Fonteles (2019)



Fonte: Arquivo virtual da Rede Emancipa Belém (2019)

Na educação realizada pelo Emancipa, que tem Paulo Freire (1987) como sua maior inspiração, as/os estudantes passam a ter uma outra perspectiva com relação ao mundo em que vivem. Essa mudança de posicionamento é observada ao longo do ano letivo, principalmente durante os debates sobre as diversas opressões que atravessam a classe trabalhadora, como o racismo, a desigualdade social, o machismo, entre outros. A Rede Emancipa acredita que a educação é uma ferramenta de poder para as classes populares oprimidas. Também acredita que a educação e a política estão intrinsecamente ligadas, sendo impossível e, inclusive, perigoso a sua separação.

Enquanto a educação tradicional, comumente presente em instituições públicas e privadas, visa o aprendizado do que está no currículo escolar e formam as/os estudantes com rigidez e disciplina, para que saibam respeitar as normas e obedecer às regras impostas pela escola; a educação emancipadora, praticada na Rede Emancipa, caminha no sentido oposto, ao

propor o diálogo como principal método no espaço de ensino e entender as/os estudantes como sujeitos de direitos e que devem exercer plenamente sua criticidade, criatividade e liberdade.

Segundo Paulo Freire (1987), as oprimidas e oprimidos são protagonistas da sua história, que a partir da educação popular, entendem seu papel e se engajam politicamente contra seu verdadeiro opressor, que é o sistema em que vivem. As/os estudantes da Rede Emancipa são jovens e adultos, mulheres e homens, que de forma coletiva, fortalecem a luta para furar a barreira da exclusão educacional e pela democratização e transformação das universidades brasileiras marcadas pela exclusão, o elitismo e o racismo, para que todas/os tenham acesso à universidade e esse seja um espaço de produção de ciências e saberes populares.

A Rede Emancipa Belém e Ananindeua vem contribuindo para a educação popular na Amazônia, por meio de uma política ampla de educação e de mobilização nas lutas por direitos, uma vez que “precisamos de uma nova educação que forme o cidadão para atuar nos dias de hoje, e transforme culturas políticas arcaicas, arraigadas, em culturas políticas transformadoras e emancipatórias.” (GOHN 2010, p.72). Sua proposta se estrutura a partir da organização coletiva, da mobilização social, do ensino-aprendizagem dos conteúdos do ENEM e da formação sociopolítica, entendendo a educação como direito humano, fundamental para a democratização da sociedade.

Para Lúcia Silva; Paula Cordeiro; Jorge Júnior (2022, p.63), a atuação da Rede também inclui ações de formação de educadoras/es populares, por meio de cursos e debates, além da incidência política e posicionamentos públicos relacionados à defesa do direito à educação, à democracia e à justiça social. As ações se integram na proposta básica da Rede, que é a oferta de turmas de cursinhos populares com aulas/debates das disciplinas e componentes curriculares do ENEM, para que adolescentes, jovens e adultos das periferias, oriundos de escolas públicas, possam concorrer com maiores possibilidades de acesso e permanência nas universidades.

Ao longo desses anos, a Rede trabalha com uma concepção abrangente de aulas e de educação, que além das atividades em classes, inclui debates de questões contemporâneas, cine-debates, aulões interdisciplinares, visitas guiadas com debates em diferentes espaços da cidade, participação em atividades e eventos acadêmicos, culturais e políticos realizados nas universidades e demais instituições e atos públicos nacionais, estaduais e locais, construídos por diversos movimentos de esquerda. Potencializando a “capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a.” (FREIRE, Paulo, 1996, p. 35).

3.2 A pandemia de COVID-19 e a desterritorialização da Rede Emancipa

2020 foi um ano atípico e inimaginável para a população mundial, surpreendida por uma pandemia de COVID-19, que já matou mais de 6 milhões de pessoas no mundo e quase 700 mil no Brasil. A crise política, econômica e social que já existiam, se aprofundaram de forma significativa com a crise sanitária que se instalou por conta da pandemia. A população negra e periférica, que é majoritariamente composta por mulheres, foi atingida diretamente e com mais força não só pelo vírus, mas também pelo aumento desproporcional do empobrecimento e da fome, que voltaram a ser uma realidade agravante nos países do sul global.

Segundo Lúcia Silva; Eduardo Moraes; Mateus Santos (2020, p.311), o número de hospitalizações foi maior com pessoas brancas, entretanto foram as pessoas negras as que mais morreram desde o início da pandemia, “Um exemplo, é a primeira morte registrada no estado do Rio de Janeiro: de uma mulher negra, empregada doméstica, cuja patroa havia viajado para a Itália e que testou positivo para a doença, mas não morreu.”, o que evidencia as diferenças de raça e classe no Brasil também no que diz respeito ao acesso a atendimentos e serviços de saúde de qualidade.

A forma como a COVID-19 chega ao Brasil, o tratamento inicial dado à questão, a forma como avança rumo às periferias das grandes cidades e aos municípios mais pobres do interior, o crescimento avassalador da contaminação e do número de óbitos, são todos aspectos atravessados pelas desigualdades sociais racialmente determinados. (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020, p.314).

O distanciamento e o isolamento social eram algumas das medidas de combate e prevenção do vírus e a classe trabalhadora se viu ainda mais precarizada, principalmente aqueles e aquelas se enquadram no chamado *precarizado* que, para Maria da Glória Gohn (2013, p.7) “é um novo proletariado, do setor informal, trabalhando em empregos terceirizados, flexibilizados, sem garantias legais”. Estes, que são em sua maioria mulheres e homens negros e periféricos, não tiveram o privilégio de poder trabalhar em casa e continuaram com seus trabalhos durante a pandemia, sem nenhuma garantia de direito à vida.

Isto porque racialização, desigualdades e exploração capitalista são historicamente inseparáveis e, na pandemia, continuam a distribuir de forma desigual as oportunidades de viver e de morrer (...), oportunidades que se produzem no racismo, na exclusão, na desigualdade, na inserção social diferenciada. Junta-se a isso, a disseminação de uma mentalidade escravista, racista que discursa sobre igualdade fechando os olhos para as desigualdades concretas, que excluem e matam. (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020, p.314).

Outro ponto importante e que não se poderia deixar de mencionar neste estudo com relação à pandemia de COVID-19, diz respeito ao aumento da violência contra as mulheres no Brasil, que são em sua maioria negras, nos anos de 2020 e 2021, em que a pandemia foi mais intensa devido as medidas sanitárias de quarentena, isolamento e distanciamento social.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2022)²², de março a abril de 2020 houve redução de registros de crimes como lesão corporal e estupro, e também diminuíram o número de medidas protetivas concedidas às mulheres em vários estados. Entretanto, cresceram o número de denúncias telefônicas no 180 e de chamados para a polícia militar no 190, além do aumento de 22,2% de crimes de feminicídios, comparado ao mesmo período, em 2019.

Neste contexto, a redução dos registros de estupro e estupro de vulnerável nas delegacias de polícia no último bimestre é muito preocupante pois pode não indicar redução destas violações, mas, pelo contrário, que as vítimas não estão conseguindo chegar até a polícia para denunciar o crime. Os dados coletados junto aos estados indicam redução de 28,2% nos registros de ocorrência, com alta concentração no mês de abril, período em que todos os estados já viviam medidas de isolamento social. Apenas neste mês a redução foi de 39,3%. (FBSP, 2022, p.9).

Ainda de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022, p.2) “Apenas entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de covid-19 no país, e dezembro de 2021, último mês com dados disponíveis, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino”.

Vários fatores contribuíram para o crescimento da violência contra as mulheres, durante a pandemia, talvez o maior deles seja o fato de que, por conta da necessidade do isolamento e do distanciamento social como medidas de proteção para o combate a COVID-19, as vítimas passaram a conviver por muito mais tempo com seus agressores em casa, sem poder sair, o que possibilitou aos agressores maior liberdade para cometer diversas violências domésticas contra mulheres e meninas.

Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) confirmou a COVID-19 como uma pandemia, as aulas presenciais da Rede Emancipa foram suspensas em todos os estados, assim como aconteceu em escolas e universidades públicas e privadas do Brasil. Essa decisão se deu pelo fato de que, naqueles primeiros meses, não havia como medir o impacto do contágio do Coronavírus e os riscos seriam grandes para as/os estudantes, professoras/es, funcionárias/os e seus familiares.

²² https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contramulheres-em-2021/

Em virtude de a Rede Emancipa ser movimento essencialmente territorializado, com a pandemia houve uma perda da sua base popular mais sólida, em especial nos cursinhos, pois o contato direto e presencial nos bairros, a partir das aulas, reuniões e outras atividades foram suspensos e os espaços *on-line*, que são muito limitados e nem todos possuem acesso, passaram a ser usados como forma de manter, minimamente, o trabalho nesse período.

Mesmo com essa nova realidade, foi possível a permanência de uma base mínima nos cursinhos, com aulas e formações *on-line* na maioria dos estados, apesar da baixa participação de estudantes por conta da dificuldade de acesso à internet, assim como a construção de uma ampla campanha nacional de solidariedade ativa e também de uma nova base social a partir dos cursos *on-line* da Universidade Emancipa em parceria com diversas universidades públicas do Brasil.

Diante da necessidade do distanciamento e do isolamento social, o movimento saiu dos territórios e tendo as redes sociais como o principal meio de comunicação, a Rede Emancipa construiu um plano emergencial de exigências ao governo federal intitulado *Vidas nas Periferias Importam!*, com 15 medidas urgentes para o combate do Coronavírus no Brasil, medidas que seriam essenciais para a garantia do direito à vida da população mais pobre do país que, conseqüentemente, foi a mais afetada durante a pandemia em todos os níveis, a partir da política de morte implementada pelo então presidente Jair Bolsonaro.

1. REVOGAÇÃO imediata da Lei do Teto dos Gastos (EC95) que impede investimento público massivo na saúde pública;
2. REVOGAÇÃO imediata dos cortes no financiamento mínimo dos serviços de Atenção Básica (Portaria 2979/2019) que tiram dinheiro dos Postos de Saúde;
3. PRIORIZAR o investimento público nas áreas de favelas, periferias, grandes aglomerações e de concentração da população pobre do país.
4. AUMENTO SALARIAL e condições adequadas de trabalho para os/as profissionais da saúde que estão trabalhando em situação de risco, especialmente os que têm trabalho precário, os do SUS e que trabalham em favelas e periferias;
5. GARANTIR leitos para todos que precisarem de hospitalização na rede pública ou privada com prioridade para os mais pobres sempre. Na falta de leitos, priorizar idosos sem renda/renda baixa e que vivem em condições de moradia precárias;
6. PARAR agora para não morrer depois. Suspende as atividades de trabalho e transportes nas cidades brasileiras para garantir possibilidades de quarentena e isolamento especialmente nas periferias;
7. Assegurar a ESTABILIDADE dos empregos e proibir demissões por, ao menos, seis meses, sem perda salarial;
8. Proteger, por meio de SEGURO SOCIAL e RENDA ADEQUADA, trabalhadores informais, diaristas e desempregados. Não ao valor absurdo de 200 reais oferecido por Paulo Guedes!;
9. SUSPENDER despejos e garantir ABRIGO ADEQUADO e seguro para pessoas em situação de rua;
10. MANUTENÇÃO integral dos serviços de água, luz e telefone inclusive para inadimplentes;

11. GARANTIR o acesso à internet irrestrita para a população, especialmente nas periferias e favelas, como uma necessidade de acesso ao conhecimento e uma questão humanitária;

12. PROTEÇÃO das pessoas que estão em privação e restrição de liberdade a partir da suspensão das penas e das medidas, como forma de respeito à vida, saúde e direitos humanos;

13. PROTEÇÃO das comunidades indígenas potencialmente afetadas pelo Coronavírus, com equipes de saúde específicas;

14. PROTEÇÃO de imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade que pediram asilo no Brasil: aceleração da validação de suas documentações; garantia de moradia adequada e auxílio material para suas famílias;

15. GARANTIR assistência adequada, informação de qualidade e promover a solidariedade da população em relação aos problemas de saúde mental e situações de violência doméstica agravados pelo medo da doença e a situação de isolamento. (REDE EMANCIPA, 2020).

Assim como diversos movimentos sociais, a Rede Emancipa se viu diante da difícil tarefa de se reinventar para que pudesse seguir atuando nos territórios lado a lado dos sujeitos sociais que constroem o movimento. Com o avanço da pandemia, da crise econômica e da fome no Brasil, deliberou-se nacionalmente sobre a importância de organizar a luta a partir da Solidariedade Ativa, compreendendo que essa seria uma importante e necessária ação para seguir com a territorialização nos cursinhos e outras frentes.

Dessa forma, a Solidariedade Ativa foi uma das principais ações nacionais da Rede durante os anos de 2020 e 2021, de norte a sul do Brasil. Foram distribuídas milhares de cestas básicas, kits de higiene pessoal, materiais de limpeza e outros tipos de doações como roupas e livros para as famílias de estudantes e educadoras/es da Rede, que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e econômica e também para as famílias em geral nas comunidades em que o movimento atua, como se observa na imagem abaixo, registro feito durante a entrega de cestas básicas na Vila da Barca, onde funciona um dos cursinhos da Rede em Belém.

Figura 14: Rede Emancipa Belém na entrega de cestas básicas na Vila da Barca (2020)



Fonte: Arquivo virtual da Rede Emancipa Belém (2020)

Como parte fundamental da identidade e da história da Rede ao longo desses 15 anos, essa solidariedade ativa não pode ser confundida com o assistencialismo ou com a caridade, ela é uma ação política concreta protagonizada pelos de baixo, uma vez que as periferias historicamente sempre construíram suas próprias formas de enfrentamento das dificuldades, que são constantemente impostas por uma pequena parcela da população que detém o poder social e econômico. Para Maria da Glória Gohn (2011), dentro dos movimentos sociais:

A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. (GOHN, 2011, p.337).

A solidariedade feita pela Rede e por diversos movimentos sociais, busca compreender as necessidades mais urgentes e básicas do povo, com o objetivo de fortalecer os núcleos de solidariedade em seus territórios. Por isso, mais importante do que o número de doações, é o engajamento político e a participação ativa das pessoas na campanha. Essa Solidariedade Ativa é uma forma de lutar pela auto-organização e pelo fortalecimento dos núcleos periféricos, não se caracterizando apenas como uma simples doação de mantimentos.

Outra importante campanha nacional organizada em conjunto com movimentos sociais e cursinhos populares foi pelo Adia ENEM²³, pois não havia possibilidade de manter o calendário das provas diante da pandemia que se estendia, do número de mortes que só aumentava, com as escolas públicas fechadas e a dificuldade de acesso à internet por parte da maioria das/os estudantes. A manutenção do ENEM prejudicaria as/os estudantes de escolas públicas, que em sua maioria são negras e negros e vivem nas periferias, além de ocasionar uma contaminação em massa de estudantes e profissionais devido a aglomeração nas escolas.

Após muita pressão, o INEP adiou as provas para os dias 17 e 24 de janeiro de 2021, simbolizando uma vitória para as/os estudantes. Nos dois domingos de aplicações das provas, a Rede Emancipa Belém organizou uma campanha de distribuição de máscaras e álcool em gel para as/os estudantes que fariam as provas na UFPA. A distribuição foi feita em frente ao terceiro portão, principal entrada da Universidade e mais de 150 estudantes receberam os kits.

No primeiro ano de pandemia o Brasil também passou pelo processo eleitoral para escolha de prefeitas/os e vereadoras/es. A Rede Emancipa, como um movimento político que compreende a importância de se disputar as eleições e de ter candidaturas comprometidas com o povo e que representem as suas lutas, construiu uma plataforma eleitoral intitulada *Poder*

²³ <https://www.une.org.br/noticias/entidades-lancam-nota-conjunta-pelo-adiamento-do-enem/>

para as Periferias, com o objetivo de colocar a vida das pessoas e das periferias no centro dos debates, a fim de que as vozes e as demandas desses sujeitos sejam ouvidas e que a política passe a ser construída a partir do território em que estão. Essa plataforma possui cinco eixos programáticos e que sintetizam as lutas travadas pelo movimento.

1. NÃO CALARÃO NOSSAS VOZES: Justiça e poder para as periferias
2. NOSSA LUTA É PELA VIDA: Renda para comer, saúde para viver e segurança para não morrer
3. SEM JUSTIÇA, SEM PAZ: Pelo fim do genocídio da população negra e do feminicídio
4. EDUCAR PARA A LIBERDADE: Pelo direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade
5. NOSSOS QUILOMBOS, NOSSA HISTÓRIA: Pelo respeito à cultura popular e periférica, aos nossos santos e nossos ancestrais. (PLATAFORMA PODER PARA AS PERIFERIAS, 2020).

Nessa plataforma há um conjunto de reivindicações que são consideradas centrais e estratégicas para Rede Emancipa no que diz respeito à construção de um programa político em defesa das vidas periféricas e que reverbere a voz e as lutas populares pela emancipação nos territórios. É por meio da educação e da participação popular que novos caminhos possíveis são criados, caminhos esses que direcionam para um mundo sem desigualdades. A plataforma reflete a luta da classe trabalhadora por direitos, que não se define nas eleições, mas que é uma parte importante para seguir na luta com, para e pelo povo.

Com a política anticidência e negacionista de Bolsonaro, em 2021 a realidade do país se agravou pois, além de não priorizar a vacinação como a forma mais segura de controle do Coronavírus, ainda dificultou ao máximo a sua compra. Comprometido com a vida e a saúde das/os estudantes e educadoras/es, o movimento deliberou nacionalmente que as aulas presenciais nos cursinhos só aconteceriam quando todas/os ou a maioria estivessem devidamente vacinadas/os.

Diante dessa conjuntura, a Rede Emancipa seguiu com a Solidariedade Ativa nos estados e também lançou a *Cartilha Vacina para Viver, Educação e Luta para Transformar*²⁴, que explica a importância da vacina para combater a pandemia de COVID-19, em contraposição às campanhas antivacinação que foram criadas por bolsonaristas. A cartilha foi distribuída para as regionais com o objetivo de debater com as/os estudantes, educadoras/es e com a população em geral sobre a necessidade da vacina para salvar vidas, como mostram as imagens a seguir, feitas pela Rede Emancipa, durante a preparação das doações.

²⁴ https://autonomialiteraria.com.br/wp-content/uploads/2021/03/cartilhacovidflpei_final.pdf

Figura 15 e 16: Rede Emancipa organizando cestas básicas para doações (2021)



Fonte: Arquivo virtual da Rede Emancipa (2021)

Durante os anos de 2020 e 2021 também foi criada uma nova base, para além de educadoras/es e de estudantes que já faziam parte da Rede Emancipa. Essa base, formada por novas pessoas de todo o Brasil e vários países do mundo, era em sua maioria da área da educação e puderam se conectar durante a pandemia com a educação popular, a partir dos cursos nacionais *on-line* e gratuitos que foram oferecidos pela Universidade Emancipa em parceria com universidades públicas como UERJ, UFRJ, UFPA, USP, UNICAMP e UFABC.

Os principais cursos foram *a Pandemia e Periferias*, *o Saúde Coletiva e Periferias* e *100 anos de Paulo Freire*, cada um com mais de 15 mil inscritos. Os cursos desenvolvidos pela Universidade Emancipa, nesses dois anos de pandemia, possibilitaram com que o movimento se expandisse para novos lugares e abrisse trabalho nos estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Ceará, Espírito Santo e Bahia, totalizando a sua presença em 15 estados do Brasil, como é possível observar no mapa abaixo, produzido pela Rede.

Figura 17: Mapa da Rede Emancipa nos territórios em 2020.



Fonte: Arquivo virtual da Rede Emancipa (2020)

Além disso, o movimento também atravessou o Oceano Atlântico e chegou na África, inaugurando seu trabalho internacionalista intitulado Rede Emancipa Malês, em parceria com a UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola, países que possuem o Português como língua oficial.

Os impactos sociais da pandemia de COVID-19 foram enormes e sem precedentes no mundo todo. A atual crise que vivemos no Brasil se expressa em três grandes dimensões, por ser uma crise sanitária, econômica e política, agravada principalmente por conta do governo Bolsonaro. O número de pessoas em situação de pobreza bateu seu recorde com mais de 30 milhões²⁵ em insegurança alimentar, as compras no supermercado ficaram 31%²⁶ mais caras. A crise que se instalou no Brasil atingiu a todos, em diferentes níveis, mas foi a classe trabalhadora, composta em sua maioria por negros e negras e das periferias os que mais sentiram o peso dessa crise sanitária, econômica e política, como aponta os autores abaixo.

Os grupos mais pobres, em sua maioria formados pela população negra, podem ser os mais impactados, tanto pela exposição à doença em si, quanto pelos efeitos da perda de renda, da perda de postos de trabalho, pelas maiores dificuldades de gerar renda, já que são estes mais numerosos entre os trabalhadores/as informais, terceirizados, trabalhadores/as domésticos/as e os desempregados/as. (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020, p. 304).

Em Belém e Ananindeua, com os cursinhos sobrevivendo precariamente com aulas *on-line*, nos anos de 2020 e 2021 a campanha de Solidariedade Ativa conseguiu atingir as famílias de mais de 100 estudantes, a partir das doações de cestas básicas e materiais de higiene, de acordo com as listas de doações organizadas pelas coordenadoras/es dos cursinhos. Uma ação política que conseguiu manter o contato mínimo nos territórios por meio da auto-organização e das doações.

A fragilidade da nossa democracia, que sempre foi feita de altos e baixos, ficou ainda mais ameaçada a partir desse governo, com ameaças visíveis em vários campos, principalmente na educação pública, onde houve um grande retrocesso desde o ensino infantil até as universidades. A política de controle ideológico tem sido feita de forma extensiva tendo as redes sociais como ferramenta de desinformação. Exemplo disso, são inúmeros os ataques feitos a Paulo Freire, um dos maiores nomes da educação brasileira, por conta de seus estudos sobre a educação libertadora e a sua luta em defesa dos oprimidos.

²⁵ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/08/mais-de-33-milhoes-de-brasileiros.ghtml>

²⁶ <https://www.cnnbrasil.com.br/business/em-2-anos-de-pandemia-supermercado-subiu-31>

A implementação do novo ensino médio, da crescente militarização nas escolas, a aprovação do *homeschooling* no congresso nacional, as ameaças à educadoras/es partir do discurso da escola sem partido, além dos ostensivos cortes de verbas na educação pública, do combate à ciência, da perseguição às universidades públicas e às abordagens de gênero nas escolas, mostram o quanto a educação, como ferramenta de transformação, é vista como uma ameaça para os setores conversadores que buscam permanecer no poder a todo custo.

Outro ponto importante que não pode deixar de ser citado diz respeito ao ENEM mais desigual de todos os tempos, que aconteceu em 2021²⁷, quando a edição registrou o menor número de inscritos desde 2005, bem como menor número de inscritos negros e de escolas públicas dos últimos anos.

O ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, durante uma entrevista para a TV Brasil²⁸, quando ainda estava no MEC, disse abertamente que a universidade deveria ser um lugar para poucos, uma fala que exemplifica o elitismo dos que estão atualmente no poder, pois não suportam a presença do povo periférico no ensino superior, ocupando os espaços que lhe foram historicamente negados. É uma responsabilidade de todas/os que acreditam no poder da educação mostrar que a universidade é do povo e deve ser ocupada por ele em todas as suas esferas.

Diante do que já foi exposto, foi possível compreender que com a baixa participação das/os estudantes nas edições do ENEM durante a pandemia, ocasionada por diversos motivos sociais, políticos e econômicos aqui já apresentados, fica ainda mais nítido a importância que os cursinhos populares terão nos próximos anos ao proporcionar uma educação gratuita, de qualidade e transformadora para os milhares de jovens e adultos, mulheres e homens que sonham com a universidade. Foram dois anos de pandemia, mas com impactos que irão reverberar durante anos e os cursinhos populares juntamente com os movimentos sociais de educação popular terão um papel fundamental nessa reconstrução da periferia rumo à universidade.

²⁷ <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/enem-2021-desigualdades-na-educacao-publica/#page7>

²⁸ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>

4. EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES E EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA: O QUE DIZEM AS EGRESSAS?

Movimentos feministas futuros precisam necessariamente pensar em educação feminista como algo importante na vida de todo mundo. (HOOKS, bell, 2019b, p.46).

4.1 Diálogos sobre feminismos contra-hegemônicos na contemporaneidade

Nos últimos anos foi possível presenciar a popularização dos feminismos nos mais diferentes espaços sociais, com pautas diversas e algumas até mesmo históricas, esse momento demarcou novas formas de se pensar e fazer política para as mulheres. Na escola, no trabalho, em casa, nas mídias sociais, nas manifestações, na política, nunca se falou tanto sobre a condição das mulheres, as opressões que as atravessam e suas lutas pela emancipação social como a partir da segunda década dos anos 2000, não à toa a palavra *feminismo* foi considerada a palavra do ano²⁹ em 2017, em virtude do grande número de procura nos dicionários.

Nas primeiras décadas do século XXI, precipitaram-se formulações feministas com diferentes perspectivas conceituais e políticas, mas certamente o que mais se destacou foi o fenômeno das manifestações públicas massivas, as mobilizações que ocuparam ruas e praças protagonizadas por milhares de mulheres em diversas sociedades latino-americanas. Assiste-se a formas ampliadas do feminismo, uma demonstração inédita de adesões com a participação dominante de mulheres mais jovens, originando pela primeira vez na história um acontecimento em massa. (BARRANCOS, 2022, p.219).

Esse avanço é fruto de uma grande batalha que vem sendo travada por mulheres de todo o mundo ao longo dos séculos, em busca de direitos e de liberdade. Entretanto, faz-se importante dizer que a partir de 2010 as lutas das mulheres começaram a ganhar mais visibilidade, apoio e participação, saindo dos espaços tradicionais de debates como as universidades e os movimentos e criando novos espaços de interação e de luta como as redes sociais, que tiveram papel fundamental para essa massificação do feminismo, como aponta Rayza Sarmiento (2021, p.19):

Essas configurações adicionam elementos importantes aos debates sobre o *fazer feminista* no âmbito dos estudos de gênero. Estes, por sua vez, não podem prescindir das contribuições do campo da internet e política para compreender como o “online” – como *dimensão* de constituição desse ativismo e não apenas mais um *espaço* da militância – alterou significativamente a agência feminista.

²⁹ <https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-palavra-do-ano-dicionario/>

Em 2011, a *Marcha das Vadias* mobilizou, nas ruas e nas redes, mulheres do mundo todo em torno da pauta da liberdade do corpo feminino e contra a cultura do estupro. Paula Batista (2017, p.4-5) afirma que, muitas críticas foram feitas a respeito da Marcha, principalmente por não contemplar as mulheres em sua diversidade, por seu caráter mais liberal, branco e elitista e por utilizar um slogan pouco politizado do “*meu corpo, minhas regras*”. Apesar disso, o movimento foi legítimo e pode ser compreendido como um dos primeiros grandes atos internacionais de mulheres da segunda década dos anos 2000, um marco importante na luta das mulheres na contemporaneidade.

Segundo Heloísa Hollanda e Cristina Costa (2018, p.59), não há dúvidas de que sem o poder das redes sociais a popularização do feminismo não teria se concretizado. No Brasil, nas *Jornadas de Junho de 2013*, mulheres, principalmente as mais jovens, estavam na linha de frente dos atos de rua e em 2014, protagonizaram várias campanhas nas redes sociais que pautavam o fim da cultura do estupro e do assédio e a favor da legalização do aborto.

Figura 18: Rede Emancipa SP na Primavera Feminista (2015)



Fonte: Arquivo virtual da Rede Emancipa (2015)

A Primavera Feminista floresceu em 2015, com debates sobre direitos reprodutivos, assédios, racismo, violência contra as mulheres, além dos atos internacionais do Ni Una a Menos, que teve início na Argentina, denunciando o feminicídio, e dos atos por todo o país do Pílula fica, Cunha sai, contra a PL 5069, de autoria do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Essas ações localizaram as mulheres, ao lado da juventude, como um dos principais e mais mobilizados setores em torno da luta por direitos no Brasil e no mundo.

As ruas não mantiveram a temperatura de junho, mas o entusiasmo dos manifestantes que acreditavam nessas transformações definitivamente não se perdeu. Pelo contrário, desdobrou-se em outras marchas, outras demandas, outros movimentos,

estratégias e linguagens políticas, visceralmente ligadas ao éthos de junho. Foi nesse quadro que o feminismo ganhou terreno e se tornou o maior representante da continuidade da nova geração política. (HOLLANDA; BOGADO, 2018, p.18).

Ainda em 2015, no ápice da *Primavera Feminista*, os movimentos de mulheres negras construíram a primeira e histórica *Marcha Nacional das Mulheres Negras*³⁰, que aconteceu em Brasília, no dia 18 de novembro, e reuniu mais de 50 mil mulheres negras de todos os cantos do país em defesa da vida e pelo fim do racismo e da violência contra às mulheres negras. Sobre esse momento histórico não só para o Brasil, mas também para toda a América Latina, Nilma Bentes (2016, p.9), afirma que:

O esforço resultou em uma belíssima Marcha. Foi como se um pequeno olho d'água se transformasse em um belo, caudaloso e vigoroso rio. Mostrou, inclusive, que mulheres negras podem, sim, contar com a solidariedade de outras negras e emergirem como um sujeito político a ser respeitado. Milhares de nós foram possuídas por emoções nunca antes experimentadas. Com certeza, desde o início, nossas ancestrais estiveram ao nosso lado. Continuamos em Marcha.

A *Marcha das Mulheres Negras* intensificou um novo cenário de mobilizações relacionadas às mulheres negras e as suas interseccionalidades, possibilitando a expansão e o impulsionamento de edições em diversos estados do Brasil ao longo desses últimos anos, principalmente atos nacionais no *Julho das Pretas*³¹, criado em 2013 pelo Odara – Instituto da Mulher Negra. Esse mês tem o seu dia mais simbólico o 25 de julho, em que se celebra o *Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha* e o *Dia de Tereza de Benguela*.

Figura 19: Rede Emancipa na 6ª Marcha das Mulheres Negras em Belém (2021)



Fonte: Arquivo virtual da Rede Emancipa Belém

³⁰ https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_sep/pt-br/noticias/mulheres-ocupam-brasilia-na-primeira-marcha-nacional-das-mulheres-negras.

³¹ <https://www.geledes.org.br/julho-das-pretas-entenda-movimento-politico-de-mulheres-negras-inspiradas-por-tereza-de-benguela/>.

Para Heloísa Buarque de Hollanda e Cristiane Costa (2018, p.43), mesmo que “a força das ruas não possa ser atribuída integralmente às redes sociais, a *web* sem dúvida foi um fator estratégico e central das marchas feministas. Nunca as táticas e a militância das mulheres foram tão potencializadas e produziram reações e alianças na escala que se vê hoje.”

O número de revistas, sites e blogs com temáticas feministas cresceu de forma significativa, servindo como espaços de informação e formação política no meio virtual. Sites como *Não Me Kahlo*, *Escreva*, *Lola*, *Escreva*, *Capitolina*, *AzMina*, *Blogueiras Negras* e *Geledés* são alguns exemplos que tiveram grande alcance nas redes sociais e foram importantes para a disputa de narrativa sobre as lutas das mulheres, principalmente contra a extrema-direita no Brasil. (SARMENTO, 2021; HOLLANDA; COSTA, 2018).

No campo da educação, as mulheres também tiveram grande destaque, quando em 2016 e 2017 as ocupações de escolas e universidades tomaram o país contra a *Reforma do Ensino Médio* e a *PEC 241*. A juventude lutou contra a precarização dessas instituições, o baixo investimento no ensino público, os cortes de verbas destinados à educação, a retirada das disciplinas de sociologia e filosofia dos currículos, fundamentais para o exercício do pensamento crítico das/os estudantes, e por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Além disso, com o slogan *Lute como uma menina*, as estudantes que estavam nas ocupações, também colocaram em foco as discussões em torno de pautas importantes relacionadas às mulheres, como é possível observar no trecho abaixo.

ao lado das ocupações secundaristas, as iniciativas feministas, sejam as organizadas em coletivos ou as espontâneas e individuais, são a grande novidade no hoje efervescente cenário da juventude estudantil. São casos nascidos com base em uma ocorrência concreta ou da simples necessidade de discutir o papel da mulher na escola, de proibições veladas ou interdições explícitas, de garotas prestes a entrar na faculdade ou de meninas de apenas 10 anos, o que diz muito sobre as gerações que vêm por aí. (RODRIGUES, Revista Nova Escola. s.d).

Assim, temas como assédio, violência contra mulher, legalização do aborto e estereótipos de gênero, adentraram as discussões nas rodas de conversa e cines-debates, protagonizadas pelas próprias estudantes, agora não mais como ouvintes, mas como sujeitas ativas e participantes dos debates sobre a sua condição enquanto mulher e sobre as formas de enfrentamento das opressões cotidianas.

É notório que houve um aumento da participação das mulheres nos espaços historicamente negados, em especial no campo político. As mulheres passaram não só a participar, mas também a protagonizar os debates, os atos, as reivindicações, ocupar escolas e universidades; e debater sobre as questões de gênero dentro e fora da sala de aula.

Essa mudança de conjuntura a partir de um novo fazer político, novas experiências e estratégias de luta em defesa de direitos, mobilizou e reorganizou não só as mulheres, mas também outros movimentos sociais de igual importância, como o movimento negro e os movimentos de educação, que tiveram que se atualizar nas discussões, principalmente no que diz respeito ao feminismo, ao gênero e as opressões que atravessam as mulheres. Como afirma Marlise Matos (2010, p.87):

Assim, enquanto no passado, a diferença entre mulheres e homens serviu de justificativa para marginalizar os direitos das mulheres e, de modo mais geral, para justificar as desigualdades de gênero, atualmente a diferença das mulheres indica a responsabilidade que qualquer instituição de direitos humanos teria de incorporar uma análise de gênero em suas práticas e análises teóricas.

Nesse novo período, as pautas trazidas pelas mulheres, tornaram-se tão caras quanto outras, mais ligadas aos direitos trabalhistas, uma vez que já não é mais possível falar de classe trabalhadora sem falar das mulheres e principalmente das mulheres negras, como destacam Juliana de Oliveira e Mônica Kuwahara (2022, p.21) “As mulheres negras, especificamente, em maioria ainda recebem as menores remunerações e são alocadas em tarefas semelhantes às quais suas antepassadas escravizadas exerciam”. E Audre Lorde (2019, p.245) ao dizer que, “Como grupo, as mulheres de cor são os trabalhadores que ganham o menor salário da América.”

Da mesma forma, não há como lutar pela educação sem lutar também por uma educação antimachista, que proporcione às mulheres (professoras e estudantes) uma educação livre de misoginia, assédio e violência. Não há como falar de movimento negro sem incluir as mulheres negras, que são as maiores vítimas de feminicídio³² e que sentem de forma mais contundente as opressões que se interseccionam quando o patriarcado, o racismo, o colonialismo e o capitalismo exercem poder sistemático sobre seus corpos.

Esse novo contexto expôs a necessidade de se pensar e se fazer uma educação não-sexista e antimachista nos espaços formais e não formais de ensino. A Rede Emancipa, como um movimento social conectado às lutas, passou a construir essa educação com mais força e compreensão da sua necessidade em seus espaços de atuação.

A presença de mais mulheres coordenadoras e professoras foi colocada como uma prioridade, assim como a realização de debates ao longo do ano letivo com as estudantes dos cursinhos sobre as lutas e os direitos das mulheres e a participação nos atos de rua, entendido

³² <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48521901>

também como um importante espaço de formação política e social fora da sala de aula, em que a presença das estudantes, professoras e coordenadoras é essencial para a construção de um movimento antissexista, como é possível observar nas imagens presentes nesta seção, feitas pela Rede Emancipa durante alguns atos, protagonizados por mulheres, ao longo desses anos como a Primavera Feminista, o 8 de Março e a Marcha de Mulheres Negras.

Figura 20: Rede Emancipa Belém ato do 8 de Março (2017)



Fonte: Arquivo virtual da Rede Emancipa Belém (2017)

Diante disso, uma das principais tarefas das feministas revolucionárias que estão vivenciando esse processo é a de garantir que o feminismo não seja visto como um “estilo de vida” e uma atuação individual, como critica bell hooks (2019b, p.59), mas sim como um movimento político, um compromisso de vida e uma ferramenta política para a transformação da vida das mulheres e de suas realidades.

Autoras como Lélia Gonzalez (2020), bell hooks (2019a, 2019b) e Maria Lugones (2014; 2020), Audre Lorde (2019), Sueli Carneiro (2019a; 2019b), Yuderkys Miñoso (2020), Ochy Curiel (2020), Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020) escreveram vários textos sobre como o feminismo hegemônico está intimamente ligado ao sistema capitalista, racista, colonial e eurocêntrico, e sobre qual o papel das feministas revolucionárias na construção de um feminismo contra-hegemônico, especialmente na América Latina.

Segundo Maria Lugones (2020) e Ochy Curiel (2020), o poder colonial não se encerrou com a independência dos países da América Latina, ele continuou existindo a partir da colonialidade do poder, que diz respeito ao poder hegemônico eurocêntrico; a colonialidade do saber, que nega todos os conhecimentos vindo dos povos e os julga como inferiores; a colonialidade do ser, que desumaniza por meio da escravização, da perseguição e da exclusão

e a colonialidade de gênero, que coloca a maioria da população, as mulheres de cor, como apenas as reprodutoras da classe e sem protagonismo na luta pela libertação de seu povo.

Falo do conceito de “colonialidade do poder”, que é central aos trabalhos sobre colonialidade do saber, colonialidade do ser e decolonialidade. Fazer um cruzamento dessas duas linhas de análise me permite chegar ao que estou chamando, provisoriamente, de “sistema moderno-colonial de gênero”. (LUGONES, 2020, p.54).

Para Ochy Curiel (2020, p.145) essas formas pelas quais a colonialidade se materializa, também servem para ocultar o lado negativo da modernidade, que é, em sua essência, ocidental, lugar esse de onde o feminismo surge com a sua proposição de “empoderamento” para as mulheres, sem concretizar isso na prática, como a história comprova.

Essa é uma questão chave para o feminismo decolonial, que possui como principais bases os pensamentos criados a partir das práticas políticas, coletivas e ancestrais que as feministas de *Abya Yala*³³, nome que os povos originários e tradicionais usam ao se referir à América Latina, constroem em seus territórios e que estão diretamente relacionadas com os feminismos contra-hegemônicos e anticoloniais na contemporaneidade, segundo a autora.

O feminismo decolonial, para Ochy Curiel (2020), propõe, então, um olhar analítico e mais complexo para a compreensão das relações de poder presentes no cruzamento de raça, gênero, classe, território, sexualidade, tendo como protagonistas feministas indígenas, negras, lésbicas, do campo, das florestas entre outras, que vem questionando “as formas como o feminismo hegemônico, branco, branco-mestiço e com privilégios de classe entende a subordinação das mulheres, a partir de suas próprias experiências situadas, reproduzindo o racismo, o classismo e o heterossexismo em suas teorias e práticas políticas.” (CURIEL, 2020, p.137).

Essa análise sobre a colonialidade do poder pode ser feita a partir da interseccionalidade, categoria também bastante explanada por Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020), pois a disputa pelo poder na América Latina se deu de forma extremamente violenta, racista e sexista. Os povos tradicionais, especialmente os indígenas, seguem na luta e resistem contra o poder colonial, são homens e mulheres de cor que se colocaram na linha de frente do enfrentamento à exploração e opressão dos colonizadores, por isso faz-se necessário dizer que:

³³ <https://iela.ufsc.br/projeto/povos-originarios/abya-yala/>

Caracterizar esse sistema de gênero como colonial/moderno, tanto de maneira geral como em sua concretude específica e vivida, nos permitirá ver a imposição colonial em sua real profundidade; nos permitirá estender e aprofundar historicamente seu alcance destrutivo. Minha tentativa é a de fazer visível a instrumentalidade do sistema de gênero colonial/moderno em nossa subjugação – tanto dos homens como das mulheres de cor – em todos os âmbitos da vida. (LUGONES, 2020, p.55).

Maria Lugones (2014) afirma que a colonialidade, a partir do lugar do gênero, não é apenas uma categoria teórica, mas é, acima de tudo, uma prática que se materializa nas lutas sociais e políticas, propondo outras formas de viver, agir, pensar, capaz de criar fissuras no capitalismo. São dois processos de luta que se alinham de forma conceitual e pedagógica visando o bem-viver dos povos.

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir x resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. (LUGONES, 2014, p.940).

Para a autora, é necessária uma construção política feita pelas e pelos de baixo, mais especificamente pelas mulheres de cor, que constituem a maioria da população latino-americana, e que evidencia a forma como a interculturalidade e a decolonialidade estão para além de conceitos, sendo também apostas de projeto político, social e cultural pensado pelos movimentos indígenas, de mulheres e de afro-latinos. Essa disputa de poder contra-hegemônico deve ser feita a partir de práticas pedagógicas transformadoras, políticas e engajadas que surgem nos movimentos sociais e políticos, com o objetivo de estar a serviço das oprimidas e oprimidos e da sua libertação.

Audre Lorde (2019), destaca que, na sociedade atual, ainda existe um grupo que segue ocupando lugares inferiores e desumanizados, um grupo composto por mulheres, negros, pessoas do Terceiro Mundo, trabalhadores e idosos. Para ela, as mulheres possuem uma importância no desenraizamento de padrões que foram internalizados por opressões, com o objetivo de construir uma mudança social, ao reconhecer as diferenças existentes entre as mulheres e utilizar essas diferenças para o enriquecimento das lutas, pois o futuro da terra está diretamente ligado à capacidade das mulheres, em toda sua diversidade, de identificarem e desenvolverem novas propostas de poder e de modelos de convivência social.

Os velhos modelos, não importa o quão inteligentemente organizados para imitar o progresso, ainda nos condenam a repetições cosmeticamente alteradas das mesmas velhas trocas, da mesma velha culpa, de ódio, recriminação, lamentação e

desconfiança. Pois temos embutidos em nós velhos esquemas de expectativa e resposta, velhas estruturas de opressão, e esses devem ser alterados ao mesmo tempo que alteramos as condições de vida que são um resultado dessas estruturas, porque as ferramentas do senhor jamais desmontarão a casa do senhor. (LORDE, 2019, p.248).

A autora faz referência a Paulo Freire e a sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987), ao propor a reflexão de que o real “foco da mudança revolucionária nunca está simplesmente nas situações opressivas das quais buscamos fugir, mas sim naquele pedaço do opressor que está plantado no fundo de cada um de nós, e que só conhece as táticas do opressor, as relações do opressor.” (LORDE, 2019, p.248). É preciso romper com as estruturas de opressões historicamente impostas ao grupo das/os oprimidas/os para a construção de uma sociedade verdadeiramente nova e a educação é uma ferramenta importante para esse processo.

Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020, p.238) também mencionam a mesma obra de Paulo Freire (1987) para afirmá-la como um texto importante para o campo da interseccionalidade, uma vez que o autor, a partir da categoria *oprimidos*, propõe análises sobre as relações de poder que vão para além da classe. “Os oprimidos de Paulo Freire no Brasil do século XX são análogos aos de hoje: sem-teto, sem-terra, mulheres, pobres, pessoas negras, minorias sexuais, indígenas, imigrantes sem documentos, indivíduos em cárcere, minorias religiosas, jovens e pessoas com deficiência”.

Os termos *opressão* e *oprimidos*, utilizados por Paulo Freire (1987) simbolizam a existência de desigualdades de raça, classe, gênero, idade e entre outras, que se interseccionam a partir de domínios de poder e relações de poder estruturais, analisadas por Patrícia Hill Collins e Silma Bilge na obra *Interseccionalidade* (2020). Por meio desses termos, o autor reafirma a necessidade das/dos oprimidas/os de lutarem contra as desigualdades e por justiça social. Atualmente, mesmo com outros sinônimos para se referir a categoria *oprimidos*, tais como *privados de direitos*, *desfavorecidos*, *racializados*, *marginalizados*, *em vulnerabilidade econômica*, as condições sociais desses sujeitos continuam sendo frutos da desigualdade.

Segundo Lélia Gonzalez (2020), é inegável o papel fundamental que o feminismo hegemônico, como teoria e prática política, desempenhou para a luta das mulheres e que, graças a esse movimento, o mundo nunca mais foi o mesmo. Entretanto, se “tanto o racismo como o feminismo partem das diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação, cabe então, a pergunta: como se explica esse “esquecimento” por parte do feminismo?” (GONZALEZ, 2020, p.40). Esse esquecimento seria, para ela, o resultado do racismo por omissão, que tem suas raízes na perspectiva de mundo eurocêntrico e neocolonialista, ambos perpetuados até hoje.

Ainda que a sociedade diga que todos são iguais perante a lei, isso não acontece com relação a negros e indígenas, uma vez que o racismo, para a autora, é altamente sofisticado em perpetuar esses grupos na condição de subordinados, dentro da classe social mais explorada. Isso só pode ser concretizado a partir da ideologia do branqueamento, tão disseminada e aplicada nos países da América Latina. Essa ideologia permanece com a colonialidade e a modernidade, sendo transmitida nos meios de comunicação e nas relações sociais de poder, de forma a colocar os valores da cultura ocidental como superiores e universais.

As mulheres brancas e as mulheres não brancas, as quais ela denomina de *amefricanas* e *ameríndias*, ao serem classificadas por um sistema ideológico de dominação que se sustenta por meio da raça, do gênero e da classe, impõe a essas mulheres um lugar de inferioridade dentro da hierarquia das relações de poder, além de suprimir a humanidade das mulheres com o objetivo de negar o direito de serem sujeitas de seus próprios discursos e histórias. Por isso, Lélia Gonzalez (2020, p.42) aponta que, com relação às mulheres não brancas:

O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo: dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afro-latino-americano.

Nesse sentido, Lélia Gonzalez (2020, p.46) afirma que é no feminismo popular o espaço onde existe maior participação das mulheres amefricanas e ameríndias, mulheres que se organizam política e coletivamente, preocupadas com a questão da sobrevivência de suas famílias, de estarem, em sua maioria, no mercado de trabalho informal e que, por isso, possuem uma posição social em que raça, sexo e classe se cruzam e se articulam contribuindo para que essas mulheres sejam as que mais sofrem brutalmente os efeitos das crises econômicas, como acontece até hoje no Brasil e no mundo.

Sueli Carneiro (2019a) destaca em seus escritos que no Brasil, assim como em toda a América Latina, a violência colonial executada por senhores brancos contra mulheres negras e indígenas desencadeou a miscigenação, sendo essa a origem das construções em torno da identidade nacional brasileira, que possibilitou a estruturação do conhecido mito da democracia racial. Para a autora, “A violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades.” (CARNEIRO, 2019a, p.325).

Ainda que brasileiros vivam teoricamente numa democracia, inúmeros traços do período colonial se perpetuam a partir da colonialidade (LUGONES, 2020) e seguem vivos no

imaginário social e nas relações sociais, principalmente quando pautadas no cruzamento da raça e gênero. Em consonância com as demais autoras já aqui mencionadas, Sueli Carneiro (2019a) expõe que a unidade em torno da luta das mulheres não deve acontecer apenas para a superação das desigualdades produzidas pelo patriarcado, é fundamental que também ocorra a superação de ideologias estruturais e estruturantes como o racismo, que estabelece:

a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em especial, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial como a questão de gênero na sociedade brasileira. (CARNEIRO, 2019a, p.327).

O movimento de mulheres negras tem atuado para a superação das contradições interseccionais entre raça, gênero e classe, ao mesmo tempo em que contribui de forma teórica e prática, com as bandeiras levantadas pelo movimento negro e pelos movimentos de mulheres no Brasil, “enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro.” (CARNEIRO, 2019a, p.327).

Outro ponto importante nessa discussão é que os feminismos da América Latina, para Yuderkys Miñoso (2020), ainda são subalternizados ao feminismo hegemônico, que é moderno, ocidental e colonial, sendo urgente pensar em estratégias para romper com essa opressão histórica dentro do próprio movimento. A autora propõe a descolonização do feminismo, pois “o olhar produzido pelo feminismo branco e branco-mestiço sempre foi incompleto, iluminando apenas uma parte da história de como a opressão funciona.” (MINOSO, 2020, p.107).

Esse olhar limitado do feminismo hegemônico impede que as mulheres, em condições desprivilegiadas, possam visualizar as opressões que as atravessam, assim como também dificulta a compreensão delas sobre a complexidade da matriz de opressão em sua totalidade, impossibilitando que vejam que as relações sociais estão intrinsicamente ligadas aos projetos de dominação existente. (MIÑOSO, 2020, 108).

Para a autora, as críticas ao olhar incompleto do feminismo hegemônico partem do feminismo negro e de cor, que indicam as mulheres racializadas como aquelas que estão na base da pirâmide do poder, não sendo, então, qualquer mulher. Essas mulheres são as que verdadeiramente possuem um ponto de vista privilegiado das opressões e de suas lutas, pois

são elas subalternas, indígenas, afrodescendentes, camponesas, ribeirinhas, desterritorializadas e pobres, que vivenciam, cotidianamente, os enfrentamentos às opressões.

De acordo com Yuderkys Miñoso (2020, p.130), as feministas do Norte desenvolveram agendas globais de liberdade e a igualdade das mulheres, temas que tentam impor, de forma salvacionista, para todas as mulheres do mundo, sem levar em consideração sua cor, sexualidade, território ou classe social, com foco principalmente nas mulheres do Terceiro Mundo. Entretanto, aos poucos os feminismos críticos a esse processo vão costurando novas narrativas, com o objetivo de descolonizar esse feminismo normativo e eurocêntrico, rompendo com as estruturas também produzidas por ele.

Portanto, é por meio desse rompimento que as imagens das condenadas do mundo se constroem, assim como suas vidas e suas histórias, que durante muito tempo foram ocultadas. Da mesma forma acontece com os feminismos latino-americanos, como destaca Marlise Matos (2010, p.74), que “também possuiu suas próprias vicissitudes e idiosincrasias históricas e não foram (ou são) utilizados ou recrutados (não por inteiro) pelas estratégias de cunho neoliberal.”, uma vez que a força presente no Sul global foi criada exatamente a partir da sua negação, sua subversão e sua oposição aos avanços do neoliberalismo no continente.

4.2 “Pode entrar, a sala é sua”: apresentação das egressas do Cursinho Paulo Fonteles

Após ter sido realizado um histórico da Rede Emancipa como uma experiência de Educação Popular; das principais lutas sociais travadas nos últimos 10 anos e da discussão sobre os feminismos contra-hegemônicos como resistência e prática política das mulheres do Sul Global contra as opressões sistêmicas, nestas próximas seções serão feitas as apresentações das sujeitas dessa pesquisa, as egressas do Cursinho Popular Paulo Fonteles, dos anos de 2018 e 2019, e os seus discursos, a partir da Roda de Conversa, intitulada Educação Popular e Emancipação das Mulheres: o que dizem as egressas do Cursinho Paulo Fonteles.

A roda foi dividida em 3 eixos temáticos, sendo estes: 1. *Cursinho Popular Paulo Fonteles e Educação Popular*, 2. *Luta das Mulheres e Educação Popular* e 3. *Avanço de Consciência e Emancipação das Mulheres*, e ocorreu no dia 11 de janeiro de 2023, na sala do Cursinho Popular Paulo Fonteles, que fica no Campus Profissional da UFPA, no Bloco F do Curso de Pedagogia, com início às 17h30 e término às 19h30, totalizando 2h de atividade. Foram convidadas 8 egressas, sendo quatro do ano de 2018 e quatro do ano de 2019. Todas concordaram em participar, compareceram no dia definido e assinaram o termo de consentimento autorizando uso das falas, imagens e nomes próprios para a pesquisa.

Também é importante dizer que as egressas já se conheciam, por terem estudado juntas ou/e participado de várias ações do Emancipa como formações, aulas inaugurais, atos etc. A roda contou com a presença de duas coordenadoras do Emancipa, que foram convidadas pela pesquisadora para auxiliá-la na gravação do áudio, fotos, vídeos e organização estrutural da sala. A presença das coordenadoras não criou inibição nas participantes. Após a finalização da roda, houve a transcrição em documento Word de tudo que foi falado, um trabalho demorado, que demandou cerca de duas semanas para ser concluído.

No início da roda, a pesquisadora propôs que cada egressa fizesse uma breve apresentação de si com nome, idade, bairro, cor, se tem filhos, o que faz atualmente, além de responderem a seguinte pergunta: *1. Como conheceram o Cursinho Emancipa Paulo Fonteles?* Esse momento fazia parte do Eixo 1 da roda de conversa, intitulado *Cursinho Popular Paulo Fonteles e Educação Popular*. A organização da apresentação e da resposta à pergunta 1 foi desenvolvida nesta subseção a partir do nome de cada participante, por ordem alfabética.

³⁴*Meu nome é Fati, sou moradora do Guamá, sou negra, tenho 25 anos, tenho uma filha. Sou graduanda de Licenciatura Integrada, na UFPA e egressa do Emancipa. Foi uma vizinha que me falou do cursinho, eu fiz a inscrição, mas não passei na primeira chamada. Só que eu fiquei vindo assistir às aulas mesmo assim. Aí, um dia eu assinei a frequência... E não era pra ter assinado, porque a coordenação ia ver, né? Me chamaram e disseram: “Olha! Você tem que esperar a segunda chamada, você não pode ficar vindo.” Só que em casa não dá muito pra estudar. Então, aqui era um momento que dava. Mas até que um dia a coordenadora disse que eu podia vir. Aí, eu vim.*

Figura 21: Fatielly Silva – Egressa de 2019

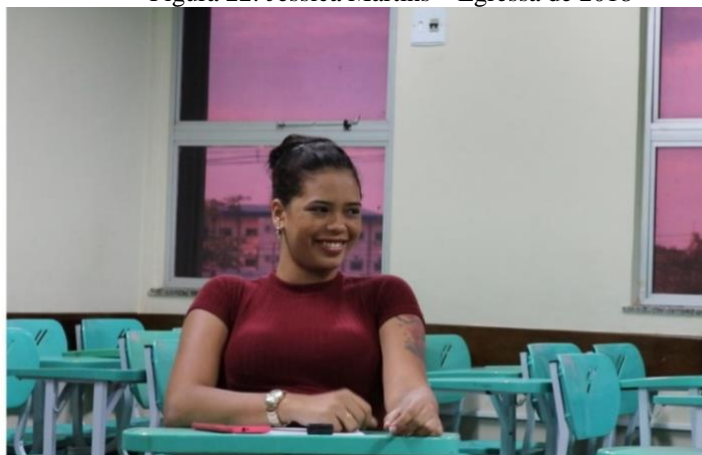


Fonte: Arquivo virtual da pesquisadora (2023)

³⁴ Nesta subseção, as falas das egressas foram transcritas de forma integral e colocadas no corpo do texto, intencionalmente, sem fazer uso de citação direta ou indireta, como se cada uma tivesse escrito a sua apresentação, subvertendo, um pouco, as regras da ABNT.

Meu nome é Jéssica. Eu tenho 26 anos, sou negra. No momento, estou trabalhando, não tenho filhos. E fui ex-aluna da Rede Emancipa, né? Eu conheci o Emancipa através de uma conhecida. Ela sabia que eu estava buscando um cursinho e, nesse tempo, não tinha condições financeiras. Então, ela me indicou o Emancipa e através dela eu entrei aqui. Fiz a inscrição, a entrevista e fui chamada.

Figura 22: Jéssica Martins – Egressa de 2018



Fonte: Arquivo virtual da pesquisadora (2023)

Eu sou a Jhenifer, sou ex-aluna do Emancipa, moro no Jurunas, sou negra. Atualmente, eu estudo Terapia Ocupacional aqui no UFPA. Eu estou grávida da minha segunda filha já. Eu tenho 20 anos. E uma curiosidade é que eu estava grávida quando eu cursei o Emancipa pela primeira vez. Gosto de estudar grávida, tá? (risos). O Emancipa, conheci através do meu irmão, que é professor e dava aula aqui. Então, não é uma história muito, muito longa. Como ele já dava aula aqui e eu entrei no ano de fazer o ENEM valendo, né? Ele falou que era pra eu tentar uma vaga aqui, foi quando, então, eu me inscrevi. Fiz a inscrição e consegui entrar.

Figura 23: Jhenifer Coutinho – Egressa de 2019



Fonte: Arquivo virtual da pesquisadora (2023)

Me chamo Katharine Miná. Eu sou estudante de Conservação e Restauro aqui da UFPA. Também sou microempreendedora, no ramo de papelaria. Eu escolhi esse ramo pra ajudar nos custeios da faculdade. Tenho 26 anos, sou uma mulher branca, moro no Tapanã e, por enquanto, não tenho filhos. Eu tinha saído do ensino médio e como fazia mais ou menos uns 2 anos que eu tinha perdido a minha avó pro câncer e há 3 anos eu tinha perdido a minha mãe, né? E era o meu sonho entrar na universidade. Só que eu não tinha, na época, condições financeiras nenhuma. Ai, uma amiga me indicou o Emancipa e eu vim fazer.

Figura 24: Katherine Silva – Egressa de 2018



Fonte: Arquivo virtual da pesquisadora (2023)

Eu me chamo Larissa, sou do bairro do Curió Utinga. Sou ex-aluna da Rede Emancipa, a unidade UFPA (Paulo Fonteles). Atualmente, estou cursando Geofísica, sou negra, não tenho filho e tenho 21 anos. Eu cheguei até aqui através da minha prima. Ela simplesmente viu na internet, nas redes sociais, bateu print e mandou pra mim. Isso foi em 2019, tinha acabado de terminar o ensino médio, eu fiz minha inscrição e aqui estou.

Figura 25: Larissa Santos – Egressa de 2019



Fonte: Arquivo virtual da pesquisadora (2023)

Meu nome é Maria Cleonice. Eu tenho 58 anos, tenho duas filhas, moro no Curió. Ainda não estou na UFPA, mas é o meu sonho. Estou no IFPA, fazendo um curso técnico de Turismo. Eu tenho o sonho de entrar na universidade. Só que eu com uma certa idade, já criei minhas filhas, né? Após 32 anos fora de uma sala de aula, já não sabia mais nada. Então, encontrei uma pessoa e disse: “olha, eu queria tanto fazer um cursinho, mas eu não posso pagar”. E ele disse: “olha, eu te dou o contato do Emancipa e você vai lá e procura”. Então, eu vim aqui em 2018, encontrei o Jorge e ele disse: “pode entrar, a sala é sua”.

Figura 26: Maria Sousa – Egressa de 2018



Fonte: Arquivo virtual da pesquisadora (2023)

Me chamo Raquel Ariane. Atualmente eu moro na Pratinha, sou uma mulher negra, sem filho, tenho 22 anos e sou estudante de Pedagogia, no IFPA. Eu conheci o Emancipa através da Larissa. Eu tava no terceiro ano. Entrar na faculdade, naquele momento, parecia impossível, porque além de eu estar passando por dificuldades, tanto financeira quanto familiar, eu não tinha condição de estudar. E, quando eu conheci o Emancipa, foi o caminho que se abriu pra mim, porque quando a gente está no último ano, sendo uma pessoa de família pobre, o único pensamento que a gente tem é de arrumar um emprego.

Figura 27: Raquel Pontes – Egressa de 2018



Fonte: Arquivo virtual da pesquisadora (2023)

Meu nome é Samara, tenho 24 anos. Atualmente, eu estou cursando Filosofia aqui na UFPA. Sou ex-aluna do Emancipa. Não tenho filhos, sou negra e sou lésbica. Moro na Guanabara, em Ananindeua. Eu conheci o Emancipa através de um amigo. Ele me indicou, na época que eu estava passando uma dificuldade, bem punk. Eu fiz a minha inscrição e fui chamada para estudar aqui na turma Paulo Fonteles.

Figura 28: Samara Sena – Egressa de 2019



Fonte: Arquivo virtual da pesquisadora (2023)

4.2.1 “O Emancipa não te prepara apenas para a prova do Enem”: a experiência das egressas como estudantes

Após as egressas terem respondido a primeira pergunta, que tinha o objetivo de saber como cada uma conheceu o cursinho, a mediadora fez a segunda pergunta: 2. *Como foi a experiência de participar do Emancipa como estudante?*, que também fazia parte do Eixo 1 – *Cursinho Popular Paulo Fonteles e Educação Popular*. As experiências das oito mulheres, apresentadas nesta subseção, foram organizadas a partir da ordem da fala de cada uma, ao responderem a referida pergunta.

Fatielly foi a primeira a pedir a fala e compartilhar, na roda de conversa, a sua experiência como estudante do Cursinho Popular Paulo Fonteles, no ano de 2019:

Então, eu achei uma experiência única e maravilhosa. Terminei o ensino médio em 2012. Tentei 2012, 13, 14, 15... Cinco anos e não passei no Enem. Aí 2017 não tentei, 2018 não tentei. Em 2019, entrei no Emancipa. O diferencial do Emancipa, foi a questão de ter escuta. Alguém pra contar além dos conteúdos. Tinha os conteúdos, mas também tinha assistente social, tinha psicóloga. Então ali, naquele momento, eu botava umas coisas pra fora e absorvia outras. Então, esse foi o diferencial do

Emancipa pra mim, o acolhimento. Como aluna, foi isso que eu acredito que me deu gancho para passar, tanto é que foi o ano que eu passei. (FATIELLY, 2023).

O relato de *Fatielly* mostra a face da desigualdade social do Brasil com relação ao direito ao ensino superior. A egressa fez a prova do ENEM durante cinco anos, em 2017 e 2018 não fez e em 2019 fez novamente a prova, dessa vez sendo aprovada no vestibular, ou seja, foram oito anos tentando acessar um lugar que é dela por direito. Um estudante de medicina passa, em média, seis anos estudando para se formar, a egressa passou oito anos só para conseguir acessar a universidade. Essa é a realidade de muitas/os estudantes que chegam para estudar no Emancipa.

O discurso meritocrático diz que todos podem acessar o ensino superior, basta se esforçar e estudar. Porém, a realidade mostra que isso é pura invenção de quem sempre teve tudo ao alcance as mãos. A fala da egressa expõe o quanto essa disputa por uma vaga na universidade é desigual, elitista e excludente, especialmente para aqueles e aquelas que são negros, da escola pública, vivem nas periferias e são atravessados pelas opressões de raça, classe social, gênero, sexualidade, território etc. Por isso, um dos princípios da Rede Emancipa é a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade como direito de todas e de todos.

Para *Fatielly*, o diferencial do Emancipa está no *acolhimento* que é feito com os alunos, a partir da escuta e do diálogo, tão necessários para quem está se preparando para uma prova como o ENEM, algo que não teve nos anos anteriores. Ela destaca, ainda, a importância de educadoras/es que trabalham para além dos conteúdos e a presença de profissionais da saúde como assistente social e psicóloga, que a ajudaram a lidar com situações que extrapolavam a sala de aula e afetavam diretamente a sua saúde mental.

Jéssica, que foi estudou no Emancipa em 2018, ao compartilhar a sua experiência como estudante, também resalta essa questão do *acolhimento*, já mencionada por *Fatielly*:

Bom, a minha experiência foi um divisor de águas para mim. No tempo, eu estava passando por uma situação muito difícil. Então, estava buscando algo assim pra mim que me desse um norte. E, eu queria muito ingressar na faculdade, porque, pra mim, era o que ia me direcionar. E, com muitas famílias, não tinha condições, não tinha dinheiro adentrar num cursinho, enfim... Foi aí que eu conheci o Emancipa. E, para mim, ele foi mais do que um cursinho, eu acho, que para todas aqui também, né? Ele foi tanto como um apoio, como uma família, que me acolheu e que me deixou assim, no eixo, vamos dizer, tá? (JÉSSICA, 2023).

A egressa identifica essa experiência como um divisor de águas, pois estava justamente a procura de um “norte” nessa caminhada rumo à universidade. Assim como todas/os que chegam ao Emancipa, *Jéssica* não tinha condições financeiras para pagar um cursinho. No

Emancipa, ela encontrou o apoio que precisava para seguir no sonho de acessar o ensino superior. Ela também destaca que, a partir das vivências no cursinho, começou a ter mais consciência sobre o seu meio social, saindo da “bolha” em que vivia, como mostra a continuação da sua fala:

Então, para mim, foi um cursinho que me abriu a mente demais para coisas que a gente tá preso naquela bolha e que a gente não consegue enxergar. Quando eu entrei aqui, eu saí completamente da bolha que eu vivia e assim, hoje em dia, eu tenho a plena certeza que eu entrei na faculdade por causa do Emancipa, porque foi ele que me ajudou em tudo. Tanto no mental, como também na instrução dos professores, que foi maravilhosa. Todos os professores eram excelentes, eles tinham suas didáticas. É um diferencial do Emancipa. Não é só o conteúdo, é tudo. (JÉSSICA, 2023).

A partir das falas das duas egressas, é possível compreender o que Paulo Freire (1987) diz a respeito da importância do diálogo para uma educação emancipadora, sendo este a peça-chave para a construção coletiva de novas relações pedagógicas e educativas. Assim, o diálogo só é possível a partir de uma relação horizontal, que possibilita a confiança, o acolhimento, o companheirismo e amorosidade entre os sujeitos, que nessa construção do saber e do ser, se tornarão, a cada dia, mais críticos e pensantes sobre o mundo, o seu lugar nele, bem como seu papel para a transformação dele. Diferente da educação tradicional, a educação emancipadora não se faz para os sujeitos, nem sobre eles, mas sim com eles, lado a lado.

Além da palavra acolhimento, outra palavra que também aparece nas falas das egressas é *família*. Ao compartilhar a sua experiência, a egressa *Jhenifer*, que estudou no Emancipa no ano de 2019, conta que via o cursinho como uma família, pois pode contar com o auxílio e o incentivo de todas/os quando estava grávida da sua primeira filha.

Ah, quando eu comecei a cursar aqui, fiz amizades e é realmente como uma família. Tem os amores, tem as intrigas, tem as broncas, mas também tem nossos momentos felizes, de confraternização e de amizade. Fiquei vindo pra cá até que descobri que estava grávida. Uma menina de 16 anos descobrir que estava grávida... Aí, o desespero bateu, meu irmão me ajudou muito, meus amigos daqui da época me ajudaram muito e conversaram comigo. O pai da minha bebê também foi um companheiro, falou que não era pra desistir. Então, continuei vindo. No começo foi até tranquilo, mas aí veio o segundo semestre, a barriga começou a pesar. Então, já tinha que ter ajuda para subir a escada, mas sempre estavam lá, duas pessoas desse lado e bora. Nunca, nunca, nunca deixaram eu desistir. Nunca foi uma opção eu desistir pro pessoal daqui do Emancipa, tanto dos professores, tanto quanto para os meus colegas alunos. (JHENIFER, 2023).

Para ela, a permanência no cursinho ficou mais difícil no segundo semestre, pois teve que conciliar a rotina cansativa de estudar no ensino médio de manhã, ir para o cursinho a tarde e ainda lidar com a gravidez na adolescência. O apoio das/os colegas e das/os professoras/es

foi muito importante para que continuasse estudando e conseguisse ser aprovada no vestibular, como é possível observar na continuação do seu relato:

E aí, cada vez que eu pensava, meu Deus, está tão difícil... Estudava de manhã, vinha para cá de tarde, outras vezes ainda tinha que encaixar uma consulta do pré-natal. Então, realmente o emancipa é como uma família. Se não fosse o Emancipa, com certeza não estaria na universidade. Hoje, já teria desistido de tudo. Porque realmente é difícil, né? Uma pessoa está vindo de um ensino público, terminando o ensino médio e descobrir que está grávida, e aí ter esse suporte foi de extrema importância na minha trajetória aqui acadêmica. (JHENIFER, 2023).

Pela fala da egressa, percebe-se como a educação emancipadora, segundo Maria da Glória Gohn (2010, p.58), pautada nos direitos humanos, também contribui para o desenvolvimento da personalidade das/os estudantes, ao ensinar, por meio da práxis, o respeito às diferenças, da tolerância, da construção de laços de amizade e do exercício da solidariedade uns com os outros, valores fundamentais e que devem estar presentes na formação das/os estudantes. A promoção da solidariedade e do coletivismo como valores fundamentais também são princípios da Rede, presente na sua Carta de Princípios.

Katherine foi a quarta egressa a compartilhar a sua experiência como estudante no ano de 2018. Para ela, o Emancipa foi muito importante em todos os sentidos, principalmente para a sua vida pessoal, uma vez que estava vivendo um processo de luto e não tinha o apoio da família para seguir nos estudos, como ela relata a seguir:

O Emancipa foi um divisor de águas na minha vida, assim, literalmente. Em todos os sentidos, porque, assim, na época que eu entrei no Emancipa, eu tava ainda sofrendo aquele luto, né, das perdas que eu tive. Pelo fato de eu ter perdido a minha base familiar, eu não via tantas chances para mim no futuro. Então, eu pensava assim, poxa, eu já perdi a minha mãe, já perdi meu pai, então... Quem é que vai me ajudar, né? Eu também me emociono em falar nisso... (pausa). É como se eu tivesse tido uma oportunidade. (KATHERINE, 2023).

É interessante observar como o cursinho acaba tendo várias funções para as estudantes, pois ao mesmo tempo que disponibiliza aulas para o ENEM, também é um espaço de acolhimento, de afeto, de apoio, de confiança, de inventivo, assumindo, inclusive, um caráter familiar. Ela conta ainda que, a partir das experiências no cursinho, pode tirar uma venda dos seus olhos, compreender melhor como funciona a sociedade e se reconhecer como uma pessoa de direitos, como sujeita crítica e pensante, alguém que deve lutar pelos seus direitos básicos, como o direito à educação superior para quem é da periferia.

E é muito interessante o que o Emancipa te promove, né? Ele te faz tu te entender na sociedade como pessoa e como mulher também. Por exemplo, eu vim de periferia. Eu morava na Cabanagem. Atualmente, moro no Tapanã, mas eu não tinha consciência de classe, por exemplo. Eu não sabia qual era o meu papel na sociedade, sabe? E quando tu entra aqui, tu reconhece isso. Então não é só te preparar para o vestibular, né? Mas, principalmente, esse conhecimento, essa noção social de onde tu vive, de quem tu és, do que tu pode fazer, pra onde tu vais, que tu tens sim direito a uma vaga na universidade, que tu tem que lutar por ela, porque é teu dever, é o teu direito, né? Então, o Emancipa foi muito importante para mim, porque eu vivia numa bolha, né? Te fazer, tipo assim, de tirar essas vendas dos teus olhos é muito importante, até mesmo para ti como indivíduo social. (KATHERINE, 2023).

Katherine também expõe algo já apontado pelas egressas anteriormente, que é o fato do *cursinho não preparar o estudantes apenas para o vestibular*, como acontece em cursinhos mercadológicos, que reproduzem a lógica da educação bancária das escolas, na qual as/os estudantes pertencentes à classe trabalhadora não são ensinadas/os a pensarem de forma crítica, pois o objetivo é fazer com que permaneçam no lugar que lhes foi permitido na hierarquia social, reforçando as desigualdades existentes, em que pessoas brancas e de elite continuam a ocupar os melhores lugares na sociedade e as pessoas oprimidas seguem nos locais de subordinação e submissão. (COLLINS; BILGE, 2020, p.239).

Nos cursinhos da Rede Emancipa, como o Paulo Fonteles, onde as egressas estudaram, são oferecidas aulas preparatórias para o ENEM e ao mesmo tempo contribuem para a emancipação social e política das/os estudantes, que são em sua maioria mulheres, negros e da periferia, ao proporcionar debates, rodas de conversa, cines-debates e atos em torno de diversas lutas. Por meio de uma educação popular, crítica e libertadora, o Emancipa luta pelo acesso das/os estudantes às universidades públicas e para a emancipação e transformação dos sujeitos em agentes modificadoras/es da sociedade. Uma educação corajosa baseada na prática da liberdade “propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo (...)” (FREIRE, 2009, p.67).

Maria da Glória Gohn (2010, p.58) também afirma que a educação, como um direito humano, deve estar a serviço da emancipação, para que os sujeitos ativos nesse processo compreendam que a realidade em que estão inseridos não é imutável e muito menos natural. Refletir sobre as suas realidades, se posicionar, emitir opiniões, intervir e construir novos rumos para as suas vidas são tarefas fundamentais na educação para a emancipação, que não pode ser vista como um horizonte futuro, mas como uma prática concreta, pautada no hoje e no agora.

Nesse sentido, para *Larissa*, egressa do ano de 2019, o cursinho foi um espaço que possibilitou com que elas pudessem reconhecer a sua voz, como aponta bell hooks (2019a,

p.110), principalmente no sentido de não se verem apenas como estudantes, mas, sobretudo, como sujeitas de direito, como ela relata a seguir:

Bom, pra ser muito honesta, eu não estava ansiosa ou animada para estar aqui no Emancipa. Até que eu vim para aula inaugural, né? Eu nunca esqueço a data. Dia 17/03/2019. Quando eu passei e comecei a sentar na carteira, a aprender com os professores, eu percebi uma diferença. E aí? No modo de ensinar, eu percebi que o Emancipa, ele não me ensinava apenas para a prova do Enem. É como eu costumo dizer para os alunos, que o Emancipa não te prepara apenas para a prova do Enem como os demais cursinhos. Até mesmo esses cursinhos públicos que o governo disponibiliza. Ele te ensina a enfrentar dificuldades que a gente passa aqui dentro da universidade e fora. Te ensina a te dar voz e dizer: não, eu tenho voz. Eu tenho direito de opinar. Eu posso falar, a minha palavra tem uma importância. Enfim, foi uma experiência boa. (LARISSA, 2023).

A fala da egressa converge com bell hooks (2019a, p.110), uma vez que, para a autora, a partir do diálogo em sala de aula, é possível permitir que todas/os, não somente os mais participativos, possam se sentir empoderados. Em seu relato, *Larissa* também mostra a importância que uma educação crítica tem na formação das/os estudantes, pois, como afirmam Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020, p.236), a educação, como um campo de poder, pode estar a serviço do domínio de poder estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal tanto para oprimir quanto para libertar. Assim, uma educação crítica, alinhada à práxis da interseccionalidade, tem grande potencial para a emancipação.

Por isso, para bell hooks (2019a, p.93) e Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020, p.239), quando a educação não desenvolve a consciência crítica para as pessoas oprimidas, torna-se difícil analisar, se opor e lutar contra a sua própria subordinação dentro desse sistema entrelaçado por múltiplas opressões. Assim, construir consciência crítica sobre a desigualdade e o sobre qual o lugar as/os oprimidas/os ocupam dentro dela é fundamental para que as/os estudantes possam resistir, transformar as suas realidades, contar suas próprias histórias, impulsionando um empoderamento coletivo desses grupos.

Maria foi a próxima egressa a compartilhar sua experiência como estudante do Emancipa, em 2018. Ela descreve que passou por muitas dificuldades no cursinho com relação a aprendizagem, em virtude de ter estado mais de 30 anos sem estudar e sem frequentar uma sala de aula. Entretanto, não desistiu do seu sonho de entrar na universidade e foi à luta.

Bom, eu estava passando por muita dificuldade na minha vida e o único caminho que eu vi, naquela época, era voltar a estudar. Uma certa idade, né? Hoje, não sou mais uma garotinha. E eu me olhava assim... Eras, eu posso, eu vou atrás, né? Então, pra quem terminou o ensino médio em 1982, com 30 e poucos anos fora de uma sala de aula, História, Geografia, Literatura e Português já não é mais aquilo que a gente deu há 30 anos. Então, tudo pra mim era muito difícil. Eu agradeço por ter conhecido o

Emancipa, ele me resgatou, me mostrou muita coisa que eu não sabia. Apesar de ser mãe, acompanhar minhas filhas, foi um grande conhecimento. Agora tô no curso técnico, mas passei na primeira repescagem da UFPA, só que não vi. Quando eu percebi, já não podia mais fazer minha matrícula. Mas eu estou aqui na luta, né? Eu não parei mais de estudar desde a época que eu decidi que voltaria para uma sala de aula. (MARIA, 2023).

É importante dizer que nos cursinhos da Rede Emancipa há muitas/os estudantes como a *Maria*, algumas com mais de 40 anos, outros com mais de 50, que, por motivos familiares ou de trabalho, não puderam seguir nos estudos, mas desejam entrar numa universidade. Segundo a egressa, o Emancipa a *resgatou* quando a trouxe de volta para uma sala de aula depois de tanto tempo, e nesse espaço, ela conseguiu aprender muito, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas por quem estava há anos sem estudar, tanto que finaliza seu relato dizendo não parou mais de estudar desde quando decidiu que voltaria para a sala de aula.

A experiência de *Maria* aponta que, para dialogar com o povo, é preciso sempre partir da sua realidade, do que lhe é visível, concreto. As/os educadoras/es que acreditam na educação para a emancipação, devem reconhecer e acolher o conhecimento de mundo das/os estudantes para o melhor entendimento e enriquecimento das aulas, para que se sintam mais a vontade e interajam com o conteúdo ministrado, de modo a obter um maior aproveitamento de ensino-aprendizagem. Formar sujeitos críticos requer dedicação, sendo necessário reconhecer a realidade dos alunos e entendê-los como capazes de relacionar a sua vida com o conteúdo abordado em sala de aula, como direciona Paulo Freire (1987).

Raquel, ao compartilhar sua experiência como estudante do ano de 2019, relata que viu no Emancipa uma forma de mudar a sua realidade e encontrar outro meio de viver a partir da educação. Ela destaca que, em muitos momentos, práticas como a solidariedade e o companheirismo entre estudantes e professoras/es do cursinho foram importantes para ela seguir estudando.

Por eu estar passando por muitos problemas, a educação ela foi o caminho que eu encontrei para sair daquilo. Eu lembro que no período que eu estava no Emancipa, teve muitos momentos que eu não tinha passagem e os professores me ajudavam. A gente tinha a caixinha, que ficava bem ali no canto da sala e sempre quando faltava passagem para alguém, inclusive eu, a gente ia lá na caixinha e pegava o dinheiro. Hoje em dia eu estou numa graduação, estou no meu último semestre, e já fiz a defesa do meu pré-projeto de TCC. E, toda vez que eu me encontro na universidade, eu me relembro do período que entrei no Emancipa, que eu entrei cheia de sonhos, mas mesmo estando aqui, tinha uma parte de mim que acreditava que aquilo era impossível, que eu não ia conseguir. E, hoje, eu vejo o quanto foi dificultoso, mas o quanto foi maravilhoso esse caminho que a gente, que eu percorri, né? E, hoje em dia, eu acho que não tem um momento na universidade que eu não esteja ali, que eu não lembre do Emancipa e de como ele realmente me ajudou na minha construção, não só como estudante, mas como pessoa. (RAQUEL, 2023).

Em seu relato, ela relembra que algumas vezes não tinha dinheiro para a passagem de ônibus e pegava da caixinha solidária que ficava em sala. Essa caixinha é uma forma de possibilitar a auto-organização das/os estudantes, a prática da solidariedade e do companheirismo dentro da sala de aula e é um recurso que utilizam quando não tem dinheiro para ir assistir a aula no dia seguinte. No cursinho, as/os estudantes são ensinadas/os a não se enxergarem como concorrentes e adversárias/os, algo muito estimulado em cursinhos particulares, e sim como amigas/os, que alcançarão juntos esse sonho coletivo.

A egressa, que está finalizando a sua graduação, lembra das vezes que achava que não ia conseguir entrar numa universidade, um sonho que para muitas/os parece tão distante, e finaliza afirmando o quanto o cursinho contribuiu para a sua vida como estudante e como pessoa. Lélia Gonzalez (2020, p.58), explica que esse pensamento se manifesta porque “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão.”

Indo contra a lógica sistemática da educação bancária ainda forte no Brasil, praticar uma educação emancipadora é compreender que “as ideias não são neutras, que ensinar de forma a libertar, expandir a consciência, despertar, é desafiar a dominação em sua própria essência.” (HOOKS, 2019a, p.106), é tratar as/os estudantes como sujeitos sociais e não como simples reprodutores de conhecimento, é ensinar a ler o mundo, é instigar a questionar e ver o que está em sua volta com outros olhares e perspectivas.

Essas questões também podem ser observadas na fala de *Samara*, última egressa a compartilhar a sua experiência como estudante do cursinho, em 2019. Ela faz o seguinte relato:

Bom, como aluna, quando eu entrei aqui, apesar de eu ser negra, lésbica. Eu tinha a mente muito fechada para muitas coisas. Muitas coisas, assim, eu não entendia e era contra. E o Emancipa fez com que eu saísse dessa bolha, que eu quebrasse a Matrix e entendesse o que acontece no mundo, na política, fez eu abrir a minha mente assim, de uma forma que, hoje em dia, eu tento trazer isso para a minha vida. E, como agora estou me tornando professora, para os meus alunos também. Isso tem me ajudado bastante e eu sou muito grata, de verdade, por ter feito parte dessa família. Espero continuar ajudando no que eu puder, é isso. (SAMARA, 2023).

Para a egressa, a partir das vivências no cursinho, ela pode romper com preconceitos que ainda tinha, mesmo sendo uma mulher negra e lésbica. Pode compreender o que acontece no mundo de forma mais aberta, crítica e consciente e procura levar os ensinamentos que teve para sua vida pessoal e profissional, uma vez que agora atua como professora e quer fazer a diferença na vida das/os estudantes.

As experiências das egressas expõem o que Paulo Freire (1987) falava sobre a educação emancipadora, que ela deve localizar o estudante como sujeito do processo de construção do conhecimento, a fim de que os possibilite repensar os sistemas de opressões existentes e propor novas formas de enxergar o mundo, a partir da sua realidade. Uma proposta que vai no sentido oposto da educação bancária, que prioriza apenas a transmissão do conhecimento e ainda reforça as relações sociais e os domínios de poder, impedindo a conscientização dos sujeitos.

Compreender como a educação popular, a partir do Cursinho, contribuiu na vida das egressas é parte fundamental desta pesquisa, por isso, as experiências vividas por elas foram lembradas na roda de conversa. Cada uma pode relatar a sua experiência como estudante e trouxe a sua perspectiva sobre esse processo, sendo interessante observar que, em todas as falas das egressas, o fato de terem participado do cursinho foi algo marcante e transformador para suas vidas.

Assim, educação crítica construída pela Rede Emancipa e inspirada nos ensinamentos de Paulo Freire (1987), pode ser entendida como um exemplo de movimento social de educação popular que procura fazer com que a sua prática seja libertadora e tem como horizontes de lutas a emancipação social, o fim das desigualdades sociais, das opressões sistêmicas e por justiça social, a partir de uma educação emancipadora.

4.2.2 “Ser mulher, além de ser desafiador, é cansativo”: a experiência das egressas como mulheres amazônidas

Após as egressas terem respondido a segunda pergunta da rodada do Eixo 1, que objetivava saber como foi a experiência de cada uma como estudante do cursinho, a mediadora deu início ao *Eixo 2 - Luta das Mulheres e Educação Popular*, com a pergunta 3. *Como vocês percebem a vida das mulheres no contexto amazônico?* As percepções das egressas, apresentadas nesta subseção, foram organizadas a partir da ordem da fala de cada uma, ao responderem a referida pergunta.

As respostas foram diversas e refletem as perspectivas de cada uma a partir da sua realidade. Algo que foi unânime em todas as falas é que ser mulher é muito difícil e cansativo. Quando se pensa no contexto amazônico, a vida das mulheres amazônidas é marcada por várias violências e negações de direitos. Segundo dados do Atlas da Violência³⁵ (2021), o estado do Pará, assim como outros que estão na região norte do país, é um dos que mais mata mulheres,

³⁵ <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>

principalmente mulheres negras, algo que se agravou ainda mais durante a pandemia. Também é um dos estados com os piores índices³⁶ de educação no Brasil, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Isso indica que, além das mulheres amazônidas estarem sujeitas a serem mais violentadas e mortas, ainda há a negação de uma educação pública de qualidade, pontos que interferem diretamente na luta pelo acesso ao ensino superior.

As mulheres desta pesquisa são atravessadas por diversas opressões que se interseccionam e atuam nas relações sociais de poder, como bem pontuam Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020). São mulheres, negras, mães, periféricas, oriundas da escola pública, pertencentes a classe trabalhadora, com idades, religiões e vivências diferentes e que, no cursinho, possuíam um mesmo sonho, o de entrar na universidade.

Raquel foi a primeira a falar nesse segundo bloco, ela afirma que ser mulher no contexto amazônico é muito difícil por conta de toda violência e desigualdade que as mulheres sofrem. Em diversos momentos, ela ouviu que não tinha a capacidade de entrar numa universidade e de ter um bom emprego, e que, por ser uma mulher preta, LGBTQIA+ e estudante universitária, precisa sempre validar a sua fala e a sua posição, como afirma a seguir:

É bem difícil ser uma mulher num contexto amazônico, porque além de ser mulher, tu precisa validar todo o tempo a tua fala, a tua posição, onde tu tá. Fora todo o preconceito que a gente sofre, assédio e a falta de igualdade mesmo. Tem gente que acha que a gente não tem a capacidade de entrar numa universidade, de ter um emprego bom, de estar numa posição boa, de ter uma independência financeira. Então, eu sendo uma mulher preta, LGBT, estudante, todo tempo eu preciso validar o que eu estou falando e sempre tem alguém para dizer que “tu está equivocada”. Eu odeio quando alguém fala que eu tô equivocada! Não, querido, eu sei muito bem o que estou falando. Eu tenho que reafirmar cinco vezes a minha posição, é cansativo. (RAQUEL, 2023).

Para bell hooks (2019a, p.56) quando diferentes grupos de mulheres chamam atenção para a intersecção de sistemas de opressões como raça, classe, sexualidade, como é possível observar na fala de *Raquel*, elas estão reconhecendo o quão diverso e complexo é a experiência de ser mulher e das suas relações com o poder e a dominação.

Jéssica traz em seu relato a questão do *mercado de trabalho*, ao observar que as mulheres são muito mais cobradas que os homens. Por já ter trabalhado em algumas empresas, vivenciou situações desgastantes como comparações e julgamentos, quando, por exemplo,

³⁶<https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/02/22/seis-dos-dez-estados-com-pior-qualidade-de-educacao-investem-menos-por-aluno.htm?cmpid=copiaecola>índices de educação no brasil

estava no seu período menstrual e os homens não entendiam a problemática disso para as mulheres, como conta a seguir:

Então, é bem como todo lugar, né? Ser mulher é difícil. A gente está tem que estar sempre se afirmando. Não basta a gente falar algo, a gente tem que provar, tem que ser, tem que estar sempre buscando o impossível para ter o mínimo. Então, acho que não só em relação à educação, mas eu vejo também em relação ao mercado de trabalho. Eu já trabalhei em empresas que eu era muito posta à prova, sempre comparada, sempre julgada, porque eu tinha menstruação. E eu, pelo menos, a minha menstruação é bem difícil. Então, tinha dias que eu estava muito mal e eu não conseguia fazer meu trabalho da maneira que deveria ser feito e eles não gostavam. Então, ser mulher sempre foi difícil. Hoje em dia, a gente luta, a gente tenta ter voz, porque, como ela falou, a gente tá sempre tendo que reforçar, sempre tendo que dizer, gritar pra gente poder ser ouvida. Então, ser mulher é difícil, mas a gente vai à luta, a gente consegue, a gente pode. (JÉSSICA, 2023).

A fala de *Jéssica* apresenta fatos que são explicados por bell hooks (2019b, p.82), quando afirmar que isso acontece porque as mulheres, ao longo dos séculos, conquistaram mais direitos no que diz respeito a salários e cargos de trabalho, a partir das reivindicações feministas. Entretanto, essas conquistas não eliminaram por completo a discriminação de gênero, o que faz com que as mulheres permaneçam em baixas posições, comparadas aos homens, principalmente as mulheres negras. “Ainda assim, autossuficiência econômica é necessária se mulheres quiserem ser livres para escolher o contrário da dominação masculina, para serem totalmente autorrealizadas.” (HOOKS, 2019b, p.86).

A *maternidade* foi outro ponto mencionado pelas egressas que são mães e precisam lidar, diariamente, com o machismo estrutural dentro de casa, muitas vezes secundarizando os estudos para fazer as tarefas do lar. Em sociedades que veem as mulheres apenas como cuidadoras, esposas e mães, não faz sentido que elas priorizem a educação. O estudo não é visto como importante e é estimulado apenas para um grupo: os homens, principalmente os brancos e com maior poder aquisitivo. (COLLINS; BILGE, 2020, p. 239).

Nesse sentido, *Fatielly* inicia sua fala contando que ser mulher é cansativo e ela, por ser mulher, mãe e estudante universitária, tem uma rotina sobrecarregada, deixando, às vezes, o estudo por último na sua escala de prioridades. Ela também compara a sua rotina com a de seu tio, que mora na mesma casa que ela, mas não exerce tarefas básicas ou parte delas por ser homem.

Assim, eu vejo que ser mulher também é cansativo. A mulher, ela acorda, faz café, cuida da casa, lava-louça. Eu, particularmente, pela minha rotina, é essa. Tenho que acordar, fazer café, lavar louça, arrumar a casa. Então o estudo é algo que, se eu for fazendo pela ordem hierárquica do dia, o estudo vai ficar lá de madrugada e eu tenho que ir pra de madrugada, entendeu? Tem almoço e tem filho, tem isso, tem aquilo. E, então, comparado a um homem, por exemplo, o meu tio, ele acorda, vai lá pro pátio,

senta e pega vento e a minha avó na cozinha fazendo as coisas pra ele. (FATIELLY, 2023).

O relato da egressa é a representação concreta do que Flávia Biroli (2018, p.67) diz sobre as *tarefas domésticas* serem, por séculos, destinadas às mulheres, sendo a chave disso a associação direta entre mulher e domesticidade. “A alocação das tarefas tem o gênero como um eixo. Ancora-se na naturalização de habilidades e pertencimentos, definidos de acordo com uma visão binária, não apenas simplificada, mas também ilusória, da conexão entre sexo biológico e comportamentos.”

Então, assim eu vejo que a mulher, ela é guerreira. Se a mulher quer, como ela falou, tem que ir atrás, tem que fazer, né? Isso é ser mulher, é difícil, é cansativo. Mas também... Nós merecemos muita honra, né? Porque mesmo com tudo isso, a gente não desiste, né? Se gente tem que provar, a gente prova. E, então, é isso, mulher é inspiração, é força. (FATIELLY, 2023).

No final da fala de Fatielly, apresentada acima, ela comenta sobre a força das mulheres frente às dificuldades. Algo também discutido por Lélia Gonzalez (2020, p. 64), ao afirmar que:

Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência nos transmite a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mais ainda porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel, apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder. (GONZALEZ, 2020, p.64).

Maria também reflete sobre essa diferença entre homem e mulher com relação às tarefas domésticas dentro de casa e conta que, apesar de ter ficado anos sem estudar, nunca deixou de incentivar as filhas a enxergarem o estudo como uma oportunidade de ter uma profissão e uma vida melhor, para que não dependessem financeiramente de um homem.

Assim, eu, por exemplo, tenho 3 filhas, então eu sempre trabalhei duramente, lavo roupa. Ontem, foi o dia, comecei lavar a roupa às 6h da tarde. Eu estava tão cansada e terminei 10h da noite, né? É o tempo que eu tenho, porque hoje eu tinha outras prioridades, não tenho hora pra fazer as coisas na minha casa, mas eu dou conta. Eu faço o meu horário, é diferente do homem. O homem chega do trabalho, a comida tem que estar pronta, a roupa tem que estar lavada, né? E a mulher é escravizada. Então, eu sempre mostrei para minhas filhas, olha, vocês tem que se valorizar. Não esperem que o homem vai valorizar vocês. Vocês têm que se posicionar, estudar. Vão em busca da liberdade de vocês, que é o estudo. Essa é a nossa competência, onde nós podemos medir força com os homens e com a sociedade. (MARIA, 2023).

A egressa, que está com 58 anos, trabalha lavando roupas. Esse fato chama atenção nessa discussão sobre trabalho doméstico, pois Flávia Biroli (2018, p.69), explica que “as mulheres negras, em especial, estão concentradas em atividades vistas como extensão das atividades domésticas não remuneradas e, como tais, desvalorizadas e menos formalizadas”.

Ainda sobre a maternidade e cuidado da casa, *Jhenifer*, outra egressa que também é mãe, rememora que quando ficou grávida, seu pai falou que ela teria que parar de estudar e ela o questionou o porquê teria que abandonar os estudos e ficar só cuidando da casa, se iria morar com o seu companheiro e os dois teriam as mesmas responsabilidades.

Quando eu fiquei grávida, fui contar pro meu pai. E aí, ele olhou assim pra mim e falou: agora vai ter que parar de estudar, cuidar da casa. Eu falei “não, porque eu teria que parar de estudar, porque eu teria que cuidar da casa sozinha?”. Tanto que até hoje é dividido as tarefas claramente. Se um faz a comida, o outro lava-louças; se um arrumo o quarto; o outro arruma a cozinha e assim vai. (JHENIFER, 2023).

A egressa também relata sobre as cobranças vindas de outras pessoas da sua família a respeito da forma como ela e o marido cuidam da filha e organizam a rotina de tarefas e cuidados em casa, com falas machistas que sempre dão a entender que é uma mãe negligente, enquanto o pai é elogiado por fazer as mesmas tarefas.

Ai, a minha sogra geralmente chega do serviço e, às vezes, ela vai lá na minha casa. E quando ela chegava lá: “olha o cabelo dessa menina, arrupiado, a cara dessa menina, ela não tem mãe não?”. Eu falava: “tem, mas eu estava na UFPA e quem estava com ela era o pai.” Quer dizer que para mim era obrigação, mas para ele era opção pentear o cabelo dela, entendeu? E aí, tanto quando eu passei no vestibular, parece que foi justamente isso, essa questão da reafirmação. Quando eu passei, várias pessoas diziam “olha, né, tu conseguiu”. Eu não sabia se era um elogio ou uma crítica. Tipo, eu passei o ano todo me matando estudando, né? Que bom que eu consegui. É cansativo ter que ficar todo tempo ouvindo que ele por cuidar dela, por fazer o mínimo, que é ser pai, é o melhor pai do mundo e eu, por estudar na UFPA, sou considerada uma mãe ruim. (JHENIFER, 2023).

Nesse sentido, bell hooks (2019a, p.56) afirma que, diferente de outras formas de opressão, o machismo constitui, diretamente, as relações sociais de poder na vida privada das mulheres, pois é dentro da casa, no contexto familiar mais íntimo, que a dominação coerciva se manifesta e se engrandece, sendo as mulheres ensinadas a aceitá-la, seja a partir da dominação do pai ou da mãe sobre a criança, seja da dominação do homem sobre a mulher.

Para Paulo Freire (1987) a educação para emancipação objetiva que as/os estudantes possam analisar criticamente a sociedade, fazer reflexões sobre si e seu papel no mundo e transformar suas realidades. Não abordar determinados assuntos vistos como polêmicos é perpetuar uma educação alienadora e não transformadora. Por isso, temáticas como violência

contra mulher, racismo, direitos reprodutivos, machismo e entre outras, são discutidas no cursinho não só pela sua importância, mas, principalmente, porque o público é composto majoritariamente por mulheres negras e periféricas.

O *assédio* também foi um tema trazido pelas egressas durante esse momento da roda de conversa. *Katherine Silva* conta que trabalha em uma obra de restauração e o assédio com as estudantes é diário, com assovios, olhares e frases que constroem a equipe, composta somente por mulheres, como relata a seguir:

Bom, alguém falou aqui que ser mulher é cansativo. Eu concordo também, viu? Eu vejo também em obra, por exemplo, a gente tá trabalhando numa obra aí de restauração. E, nossa! É diariamente assédio. É assoviando, é gente olhando para as tuas partes íntimas, assim, na cara dura, sabe? O nosso curso majoritariamente é mulher e isso incomodou tanto que a gente foi chamar a atenção e tal. Eles fizeram até uma palestra com os operários, pra ver se diminuía os assédios e tudo mais, até que diminuiu, né? Mas como se fosse uma ameaça também para eles. Olha, se não vocês não pararem, vão perder o cargo de vocês. Uma ameaça nesse sentido, sabe? Não por respeitar a gente, mas por respeitar o cargo deles. É complicado. Assim, falando dentro dos meus privilégios pela minha cor. (KATHERINE, 2023).

Ela destaca que, o fato de os assédios terem parado, não foi porque os homens refletiram e entenderam o quanto isso é problemático, mas por medo de perderem o emprego e por um respeito pelos seus superiores, que chamaram atenção sobre isso. Um respeito que é destinado somente de homem para homem, a partir dos pactos históricos perpetuados pelo patriarcado.

A egressa *Larissa* relata que cursa Geofísica, um curso majoritariamente composto por homens, inclusive no corpo docente, pois desde que entrou, teve apenas uma professora. Ela relembra que, em 2022, também foi vítima de assédio no grupo de *WhatsApp* da turma, quando estudantes propuseram uma dinâmica de apresentação.

Olha, eu faço geofísica, então o curso é, literalmente, coberto de homens. Até mesmo professores. Desde quando eu entrei no curso, eu só tive apenas uma professora, que eu nem tive oportunidade de conhecer pessoalmente em sala, porque foi no EAD. Mas sobre o resto, é só homem. E a gente teve que trocar de grupo, porque juntou com a turma de 2022. E lá, eles pediram para a gente se apresentar, falar nossa idade, falar nosso nome, e pediram para a gente colocar o nosso perfil para que todos os alunos pudessem ver. Todo mundo fez isso. Quando eu fui me apresentar, falei meu nome, o ano que eu era e tudo mais. Um dos meninos do curso falou assim mesmo para mim: “agora se apresenta no pv da galera e sem calcinha, tá?”. Serio! Meu Deus! Eu saí do grupo, óbvio. (LARISSA, 2023).

Impossível não se solidarizar e se indignar com o relato de *Larissa* sobre o que aconteceu. São estudantes universitários que praticam o machismo, o sexismo e a misoginia sem nenhum medo, um espaço que deveria ser de acolhimento das/os estudantes, mas que acaba

sendo de reprodução de inúmeras violências. Ela conta, ainda, que, pelo fato de as pessoas associarem o curso a um perfil masculino, várias vezes ouviu que o curso não era pra ela, sendo criticada pelas suas escolhas e sem receber o reconhecimento esperado.

E, quando eu falo para as pessoas, quando me perguntam “qual o curso que tu faz?”, eu digo: “eu faço geofísica”. Ah, mas esse curso não é um curso pra ti; é um curso pra homem. Não é um curso para o teu perfil e tudo mais. Então, já começa daí. E, às vezes, isso vem até mesmo de mulher, Em casa, todo mundo trabalha, apenas a minha a minha irmã que não trabalha, Então, a gente é tão corajosa, a gente tenta fazer algo sem depender dos homens. E quando as pessoas me perguntam: “ah, mas o que que tu faz da tua vida?” Eu digo que eu trabalho à noite, pego meia-noite, largo 6h00 da manhã, quando eu chego, eu tenho que ir para universidade, eu faço parte de um movimento social. Eu estudo pro Enem. E, mesmo assim, eu sou criticada. Tu não tem o reconhecimento das pessoas, porque tu, principalmente dos homens, porque tu é mulher e eles acham que a gente não tem esse poder. (LARISSA, 2023).

Samara foi a última a responder a pergunta, ela cursa Filosofia e relata que o número de mulheres estudantes e professoras no curso também é baixo. Na grade curricular, as mulheres são invisibilizadas e colocadas como menos importantes quando comparadas aos “grandes” filósofos.

É, aproveitando a fala dos cursos, meu curso também é formado por muitos homens. Eu acho que tem umas 2 ou 3 alunas mulheres e 2 professoras. E isso vem também da raiz do curso, dos próprios filósofos. Um exemplo, Kant era totalmente misógino, machista. Era um cara que acreditava que a mulher não tinha pensamento suficiente para pensar além dos homens. (SAMARA, 2023).

Os assédios sexuais e morais, frutos do machismo, ainda são frequentes nos espaços acadêmicos. A egressa cita como exemplo no seu curso as disputas por bolsas de estudo, em que as estudantes são sempre questionadas se tem filhos, como se não pudessem ser mães e pesquisadoras ao mesmo tempo.

E isso fez com que é a filosofia se tornasse apenas para homens, tanto que é um curso cheio de homens e cheio de preconceito também, principalmente quando a gente vai disputar alguma bolsa. Por exemplo, o professor logo pergunta, “você tem filhos?” Se você falar que tem filho, você não consegue a bolsa. E é bem complicado lidar com isso todos os dias, é bem difícil. Na sala de aula, também tem piadas de mau gosto que a gente ouve diariamente. Isso vai desgastando a gente psicologicamente também. E é uma luta diária, é uma autoafirmação todos os dias, dizer que: você é isso, você luta para aquilo, para que isso seja melhor, para que venha melhorar. (SAMARA, 2023).

As falas das egressas destacam o quanto o machismo está entranhado nas relações sociais, se interseccionando com outras formas opressões a partir da raça, da classe, da faixa etária etc. bell hooks (2019b, p.164) chama a atenção para a necessidade de diálogo com os

homens para acabar com a opressão machista, pois mesmo que todas as mulheres do planeta se tornem feministas, se não houver luta para que os homens deixem de ser sexistas, a vida das mulheres seguirá desvalorizada e o mundo continuará injusto.

Por isso, para a autora, é urgente que os homens se comprometam com o feminismo contra-hegemônico e desafiem o patriarcado, mesmo que esse sistema os proporcione uma infinidade de privilégios e poder. Os movimentos feministas contra-hegemônico avançam sempre que mulheres e homens atuam pelo fim do sexismo. “Podemos trabalhar em nome do feminismo do lugar onde estamos. Podemos começar a fazer o trabalho pelo feminismo em casa, exatamente onde moramos, educando a nós mesmos e às pessoas que amamos.” (HOOKS, 2019b. p.164).

Um dos princípios da Rede Emancipa é a promoção dos Direitos Humanos e o combate a qualquer forma de opressão para o exercício da cidadania, por esse motivo construir uma educação popular numa perspectiva feminista contra-hegemônica é um horizonte presente na práxis do movimento, que oferece aulas não só para o ENEM, mas aulas para transformar vidas.

Para finalizar o Eixo 2, após as egressas compartilharem suas percepções sobre a vida das mulheres no contexto em que vivem, a mediadora fez a pergunta 4. *Durante a participação como estudantes, vocês identificaram a presença debates sobre as lutas das mulheres e as opressões de gênero, raça, classe, sexualidade etc.?* e pediu para que elas comentassem alguns desses momentos, nem todas as egressas falaram nesta rodada, pois se sentiram contempladas com as falas das demais.

Nesse momento, as egressas lembraram de alguns debates que tiveram no cursinho e que foram mais marcantes. *Jéssica*, afirma que o debate sobre a descriminalização do *aborto* foi o mais marcante para ela, por conta do clima “fervoroso” em que ficou a sala de aula, como relata a seguir:

Ao longo do nosso ano, né? Teve bastante debate, mas acho que o que me marcou e marcou a minha turma, em si, foi o debate do aborto, que foi um debate assim, que foi muito fervoroso, vamos dizer assim. [Interrupções]. É. Foi bem, porque cada um tinha sua visão, cada um tinha o seu entendimento sobre o assunto, principalmente em relação à religião e outro já tinha uma visão mais sobre a mulher. Então, foi um debate, assim, que foi o divisor. Tivemos outros também. O do júri, né, [interrupções]. Mas eu acho que esse foi o que marcou. (JÉSSICA, 2023).

Para *Fatielly*, o júri simulado sobre o tema do aborto, organizado pela professora de Redação, foi a atividade mais marcante:

A atividade que me marcou, não foi bem o debate, foi uma atividade, mas que gerou um debate, foi o júri simulado. Tínhamos que julgar, né? Tinha a defesa e a acusação. Era uma moça que tinha abortado. Então, eu achei interessante essa atividade que levantou muitas opiniões, né? Nesse dia, dessa atividade, eu percebi, assim, que eu como mulher, eu também julguei outra mulher, né? Coisas assim, que só o Emancipa mesmo proporciona pra gente ter uma visão mais ampla de um determinado assunto. (FATIELLY, 2023).

Com relação a essa temática destacada pelas egressas, Flávia Biroli (2018, p.135) afirma que “o direito ao aborto é um eixo central da autonomia das mulheres. Sem o direito a controlar sua capacidade reprodutiva, a autonomia na definição de sua trajetória de vida fica fundamentalmente comprometida”. Por ser uma pauta importante e histórica para o movimento de mulheres, debater sobre esse tema nos espaços de ensino formal e não formal, como o caso do Emancipa, mesmo que ainda seja visto como polêmico, é essencial para combater a morte de mulheres, sobretudo de mulheres negras, que morrem diariamente em abortos ilegais no Brasil³⁷. Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020, p.146) afirmam que:

Como pessoas pobres, mulheres de cor e outros grupos desfavorecidos vivem em geral em comunidades, regiões e contextos nacionais que carecem de serviços de saúde, eles apresentam mais problemas de saúde reprodutiva. Por exemplo, taxas mais altas de mortalidade materna e infantil, falta de acesso a serviços de contracepção e barreiras ao acesso a serviços básicos de saúde são fatores que afetam a saúde da mulher. Garantir a saúde reprodutiva tem sido um pilar fundamental do movimento pela saúde da mulher.

A partir disso, é possível compreender que, a questão do aborto está diretamente ligada à raça e a classe das mulheres, pois “uma multidão de mulheres pobres e da classe trabalhadora perde acesso ao aborto quando não há subsídio do governo disponível para direitos reprodutivos no sistema de saúde.” (HOOKS, 2019b, p.43). As mulheres brancas e com privilégios de classe, por terem muito dinheiro, possuem acesso fácil, rápido e seguro ao aborto, sem qualquer ameaça de prisão ou morte.

Portanto, a luta pelo aborto legal é para que este seja um direito de todas as mulheres, independente se sua raça ou classe social, pois a partir dela é também levantada questões importantes para a cidadania e a democracia, entendendo que “não se trata de um problema das mulheres, mas de problema das sociedades democráticas e de como impedem ou possibilitam aos indivíduos do sexo feminino o controle sobre o que se passa no e com o próprio corpo.” (BIROLI, 2018, p.146.).

³⁷ <https://azmina.com.br/reportagens/precisamos-falar-de-aborto-e-como-ele-mata-mulheres-negras/>

Katherine relata que o debate que mais a marcou quando era estudante do Emancipa foi um sobre *racismo*, na aula de *Atualidades*.

Teve um debate que eu acho que foi o que mais me marcou e o que eu mais lembro, foi do Jorge, ele falando sobre racismo. E a primeira pergunta que ele fez na turma, assim, que eu tenho assim, gravada em mente, ele falou “quem é racista, quem se considera racista?” Bem, ninguém levantou a mão. E depois ele começou a falar e mostrar que a gente tem uma raiz, né? Infelizmente a gente tem uma raiz racista e ele deu o exemplo de quando a gente tá caminhando na rua. A gente vê um rapaz negro com uma vestimenta diferente e tal, e tu começa a desconfiar dele. Isso é um ato de racismo. Assim, esse foi o debate que mais me tocou, que eu mais lembro, foi isso. Ele falou sobre racismo e da importância da gente ser antirracista. (KATHERINE, 2023).

O relato da egressa, lembra o que Lélia Gonzalez (2020, p.80) questiona sobre uma série de falas de cunho racista contra pessoas negras, “Por que será que dizem que preto correndo é ladrão? Ladrão de quê? (...) Por que vivem dizendo pra gente se pôr no lugar da gente? (...) Por que será que se tem ‘o preconceito de não ter preconceito’ e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados?” A egressa também cita a importância do debate ao fazê-la refletir sobre essas atitudes racistas e sobre a necessidade de as pessoas brancas combaterem o racismo e serem antirracistas.

Para Lélia Gonzalez (2020, p.67), o lugar em que cada um está é o que vai determinar a nossa interpretação a respeito do cruzamento entre racismo e sexismo. Segundo a autora, o racismo se constrói como uma manifestação da neurose cultural brasileira, a autora usa o termo *neurose* para afirmar que há um conjunto de comportamentos carregados de fobias, obsessões, histerias, compulsões e preconceitos, que atuam de forma intensa, ativa e cultural, na mentalidade das pessoas brancas, principalmente. Por isso, a articulação dessa problemática com o sexismo cria efeitos violentos sobre as mulheres negras, de forma particular.

Raquel conta que tiveram dois momentos marcantes para ela, o debate sobre o aborto e o sobre o protagonismo das mulheres negras na política, como relata a seguir:

Eu acho que teve dois momentos que marcaram muito no Emancipa, o primeiro foi esse é do aborto. Eu lembro que a sala ela ficou bem dividida. Foi uma tensão assim, no ar, eu lembro que teve gente dizendo que esse era um tema que não deveria ser abordado, que era igual discutir religião, política e esporte porque cada um tinha sua opinião. Lembro que a sala ficou num clima pesado durante um mês inteiro. E teve um que era sobre mulheres negras na política. A gente tava no período dos atos do EleNão, a gente tava na rua. E, também, foi um debate muito pesado, porque, apesar da gente estar no cursinho popular, tinha muita gente que não tinha ainda essa consciência de classe e a consciência política também de entender de que forma nossas escolhas, digamos, que, de candidato político, influência na vida do todo, né? Então, lembro que foi um debate bem forte. Eu lembro que muita gente falou nos

debates. Dificilmente tinha alguém que ficava calado. Sempre tinha alguém para defender o seu ponto de vista. (RAQUEL, 2023).

Os relatos das egressas são a materialização do que bell hooks (2019b, p.15) destaca ao afirmar que é necessário acabar com o racismo, o sexismo e outras formas de opressão. Entretanto, isso só será possível se todas as pessoas, mulheres e homens, sejam autorrealizadas e capazes de construir a possibilidade de viver em comunidade, com sonhos de justiça social, liberdade para todas e todos.

Devemos ter coragem para aprender com o passado e trabalhar por um futuro em que princípios feministas serão o suporte para todos os aspectos de nossa vida pública e privada. As políticas feministas têm por objetivo acabar com a dominação e nos libertar para que sejamos quem somos – para viver a vida em um lugar onde amamos a justiça, onde podemos viver em paz. O feminismo é para todo mundo. (HOOKS, 2019b, p.167).

Nesse sentido, a educação popular, com que as egressas tiveram acesso, segundo Maria Lugones (2020, p, 58), é um método coletivo que possibilita uma exploração crítica sobre o sistema de gênero em todos os seus caminhos, para que seja possível compreendê-lo, a partir da sua realidade concreta no espaço e tempo das mulheres do Sul, de forma detalhada, para que possam se mover de forma organizada, rumo a uma transformação das relações sociais com objetivo de romper com a dominação colonial, racista e sexista.

Por fim, para encerrar a roda de conversa, a mediadora deu início ao *Eixo 3 - Avanço de Consciência e Emancipação das Mulheres*, com as seguintes perguntas: 5. *O que vocês aprenderam com esses debates em sala de aula?* e 6. *Após as vivências que tiveram no Emancipa como estudantes, o que mudou na vida de vocês e se conseguiram intervir na realidade de vocês, de alguma forma, é a partir desses dessas experiências?*

Para construir uma pedagogia feminista revolucionária é importante desatar as amarras que fazem parte da educação tradicional e que reforçam a dominação. (HOOK, 2019a, p.109). Por isso, as egressas relataram que aprenderam muito durante o período que eram estudantes do cursinho, pois a partir das aulas, dos debates e da participação nos atos foi possível compreender a realidade em que estão inseridas, refletir sobre si mesmas, sobre o mundo e a atuarem de forma ativa na transformação de suas vidas como sujeitas de direitos.

Samara conta que, na época em que era estudante, tinha muitas atitudes machistas e racistas, mesmo sendo uma mulher negra e lésbica. Por meio dos debates, pode desconstruir vários preconceitos que tinha com ela mesma, conseguiu sair da bolha em que vivia para entender melhor o mundo e mudou a forma de se relacionar com a família.

Durante os debates eu aprendi muito a abrir minha mente. Eu tinha a mente muito fechada. Eu era machista, eu era racista. Eu tinha vários preconceitos comigo mesma. E através desses debates, eu fui saindo da bolha, fui entendendo o mundo como realmente é. E isso também me ajudou dentro de casa, porque o meu avô, ele é muito machista. Ele me acordava às 5h da manhã para fazer café pra ele e eu ficava revoltada. Aí, teve um tempo que a gente brigou feio mesmo. E, hoje em dia, ele faz o café dele. [interrupções]. Também tem a questão do meu primo, eu tenho um primo que é negro, aí ele vive falando “não, eu sou moreno”, e eu falo que ele é negro, que moreno não existe. Eu tento desmistificar isso da mente dele e hoje em dia ele já tá se autoafirmando como negro. E eu tento trazer isso muito pro meu dia a dia. Lembro sempre dos debates, das conversas, das rodas, de conversas, por exemplo, a questão de cor, que eu vim entender também que não basta só a pessoa ter a pele clara, mas também tem a questão do cabelo, a questão física, fisionomia. (SAMARA, 2023).

Ela relata também que aprendeu a se defender nos diversos espaços onde convive, como no local onde trabalha, em há pessoas que são muito cristãs e ela, como umbandista, tem que lidar com várias de situações como piadas e falas ofensivas partindo de professoras/es. Ela tenta desmistificar e mostrar que é preciso ter respeito a todas as religiões. Na faculdade, disse que não tem medo de ser questionadora e de enfrentar professoras/es autoritárias/os no dia a dia do curso.

Bom, eu aprendi a me defender também, principalmente na questão relacionada à política e no trabalho também, principalmente porque eu trabalho num local onde as pessoas são cristãs demais e eu sou umbandista. Lá eu escuto muito piadinhas de mau gosto e eu tento abrir a mente deles, porque são professores e eu acho é uma coisa muito de mau gosto ficar falando piadinhas. Eles falam macumba, né? Macumba é do mal, não sei o quê, blábláblá. Aí eu tento muito desmitificar isso lá dentro. Tento falar que as coisas não são assim, que não funcionam do jeito que eles pensam. Também na faculdade, a questão do machismo. Eu enfrento professor. Eu falo, eu brigo. Porque apesar de eu ser tímida, mas eu, quando é para falar, eu falo. (SAMARA, 2023).

O relato da egressa exemplifica o que bell hooks (2019a, p.107) aponta sobre a importância de uma sala aula que proporcione emancipação para as estudantes. “Quando a luta feminista é o alicerce central para a educação feminista, os estudos sobre mulheres e a sala de aula feminista (...) podem ser lugares onde a educação é a prática da liberdade, o lugar para a pedagogia libertadora.”

Nesse sentido, para que as salas de aula feministas sejam um espaço de variadas experiências de ensino-aprendizado transformadoras, é necessário que se construam novos métodos e novas abordagens (HOOKS, 2019a, p.113). Larissa cita a importância da disciplina de *Atualidades* e dos debates realizados nesse espaço, pois pode se entender melhor como mulher negra, romper com preconceitos internalizados pelo racismo e o sexismo. Essas

discussões são fundamentais para o processo de enfrentamento de opressões cruzadas e internalizadas nas pessoas e na sociedade como um todo.

Assim, quando eu entrei na emancipa, eu não vou mentir, eu era também preconceituosa. Eu tinha preconceito com a minha própria cor. Eu era racista. É racista? É? Eu era machista. E aí teve um, teve um debate em das aulas de atualidade sobre isso. Que a questão do cabelo tudo mais e eu comecei a abrir minha mente, entendeu? Questão de gênero, também, para mim só existia gay e lésbica. Pra mim, eu não entendi o que era ser trans. Para mim, eu não entendi o que era ser bi. Na escola, não tinha nada disso. Eu aprendi aqui. (LARISSA, 2023).

A partir do relato da egressa, reafirma-se o pensamento de Sueli Carneiro (2019b, p.237) ao afirmar que, com a politização das desigualdades de gênero vividas, principalmente, pelas mulheres negras, o feminismo as transforma em novos sujeitos políticos. Essa condição as leva a assumir, a partir do lugar em que estão inseridas, diferentes olhares sobre si mesmas, outros sujeitos e grupos presentes nas relações sociais.

Jéssica expõe que, antes de estudar no cursinho, não sabia qual era sua cor, uns diziam que era preta, outros que era parda e ficava extremamente confusa. Os debates no cursinho também a ajudaram no processo de se conhecer melhor, se reconhecer como mulher negra e compreender mais sobre isso, principalmente sobre a sua cor e as opressões que sofria.

É, para mim, o que eu aprendi com os debates foi muito na questão de me identificar. Porque, até então, eu não sabia que eu era, eu não sabia qual era a minha cor. Eu não me entendia como negra. Principalmente a cor, porque eu tinha muita dúvida da minha cor, uns diziam que eu era preta, outro diziam que era parda. Então, assim, eu acho que os debates me ensinaram muito a me conhecer, me identificar e saber o que eu sou. Também eu não posso dizer assim “eu sou racista”, mas sim que eu tinha atitudes racistas. Atitudes, né? Algumas falas que estão no nosso cotidiano, que a gente não entendia. Mas que, hoje, a gente já sabe que isso são falas problemáticas, que hoje a gente sabe que pode ofender. (JÉSSICA, 2023).

Segundo a egressa, a partir do conhecimento que teve nesse espaço, ela também pode se defender em casa, questionar estereótipos que a sua família, mesmo sendo formada só por mulheres, ainda compreendia como ideais para as mulheres, além de defender também as pessoas que estão em sua volta e contribuir para um avanço de consciência dessas pessoas.

A gente tem muita essas coisas assim dentro de casa, porque na minha casa, graças a Deus, é só mulher. Mas tinha muito essa coisa de “ah, tu tem que te dar respeito, tu é menina, tu não pode fazer isso, tu tem que se comportar.”. Aí eu sou uma pessoa espalhafatosa, eu falo, eu brinco, então, tipo assim, eu era muito criticada, isso me reprimia muito. Eu acho que aqui dentro eu tive um conhecimento que eu pude me defender e defender também as pessoas que estão a minha volta. Não são todas as pessoas que a gente consegue abrir a mente, né? Não são todas as pessoas que a gente consegue mudar, mas acho que, assim, algumas eu consegui. (JÉSSICA, 2023).

A egressa afirma que, com o conhecimento que adquiriu, conseguiu contribuir também na vida da pessoa com quem tem um relacionamento, a incentivando-a a estudar e a olhar com outros olhos algumas situações carregadas de machismo dentro da sua casa. Também expõe que, hoje em dia, é uma mulher que consegue se posicionar e expor a sua opinião, sem medo, principalmente no trabalho.

Eu entrei numa família também, que era demais machista, em que me relacionava com uma pessoa e a família dela era muito machista. Eu acho que é mais a questão do machismo que a gente enfrenta muito, né? Eu trouxe ela depois também pra cá pra estudar. Ela abriu a mente dela. Hoje em dia, eu, eu creio que eu também tive uma participação na mudança da vida dela, da família dela. Quanto a mim também, né? Que hoje em dia eu não sou mais aquela pessoa acanhada que, dentro de casa, era uma coisa e fora de casa era uma pessoa completamente diferente. Eu era quieta, eu não falava. Hoje em dia, não. Eu sou espalhafatosa em qualquer lugar, eu sou doida assim, eu falo alto, eu grito e eu não me importo com o que os outros vão dizer, só porque eu sou mulher, não posso fazer isso? Eu posso, eu sou assim, eu não vou mudar o meu jeito por causa de terceiro. Eu consegui me defender não só dentro de casa, mas também nos meus locais de trabalho. Hoje em dia, eu sou uma pessoa que eu consigo me posicionar, consigo expor a minha opinião e ninguém vai me calar. (JÉSSICA, 2023).

O fato das egressas *Samara*, *Larissa* e *Jéssica* só terem passado pelo processo de se reconhecerem como mulheres negras durante o cursinho, chama a atenção, pois, não se reconhecer como uma pessoa negra é algo recorrente no Brasil, em virtude da falsa democracia racial instalada no país, que perpetua, durante séculos, a ideia de que não existe racismo e que todos são iguais, ao mesmo tempo em que entender-se como negro é algo negativo. Lélia Gongalez (2020, p.86) diz que “tem gente acredita tanto nisso que acaba usando creme pra clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta.”

Esse rompimento com o racismo internalizado, relatado pelas egressas, também lembra a poesia potente de Victoria Santa Cruz (1960)³⁸, apresentada num protesto, na África do Sul, segue abaixo alguns trechos:

Tinha sete anos apenas, apenas sete anos,
 Que sete anos!
 Não chegava nem a cinco!
 De repente umas vozes na rua
 me gritaram Negra!
 Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!
 “Por acaso sou negra?” – me disse
 SIM!
 “Que coisa é ser negra?”
 Negra!
 E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia.

³⁸ Poesia completa no site: <https://feminismo.org.br/2015/03/21/me-gritaram-negra-poema-de-victoria-santa-cruz/>

(...)
 Negra! Negra! Negra! Negra!
 E daí?
 Negra!
 Sim
 Negra!
 Sou
 (...)
 E como soa lindo!
 NEGRO
 E que ritmo tem!

Esse avanço de consciência das egressas só foi possível porque foi construído de forma coletiva. A resignificação dos sujeitos e suas identidades são vivenciadas em grupo. Quando se pensa que determinado problema acontece apenas com uma única pessoa, tende-se a achar que solução é individual, mas quando se politiza o problema, como é feito no Emancipa junto com as/os estudantes, quando se politiza a fome, o racismo, o acesso à educação, isso ganha uma dimensão coletiva, sendo esta a chave para o empoderamento coletivo.

Também é no trabalho coletivo de expandir a consciência das mulheres sobre sexo, raça e classe como sistemas que se cruzam no processo de dominação, que se aprende sobre o verdadeiro significado da solidariedade, como aponta bell hooks (2019a, p.63). *Fatielly* destaca que aprendeu a ouvir o outro e a dialogar, principalmente durante as aulas de Atualidades.

Acho muito importante ouvir, a escutar, né? Aprender a ouvir o tempo do outro. Eu lembro na aula de Atualidade. Era a aula que tinha mais espaço para quem quisesse falar, né? Então aprender a ouvir, achei interessante isso, porque antes do Emancipa, quando começavam os assuntos que não me interessavam, né, eu me levantava, saía ou então não dava atenção. Mas no Emancipa, eu aprendi a ficar, a escutar pra depois eu opinar, não ser ignorante, falar o meu ponto de vista, não ouvi o outro. Então, a importância desses debates foi ouvir o próximo. (FATIELLY, 2023).

O diálogo, para Paulo Freire (1987) se faz pela palavra e, também, pelo ato de ouvir o outro, simboliza o encontro entre os sujeitos fazedores de suas práxis e se constrói de forma amorosa, libertária e compromissada com a transformação da realidade, a partir daqueles e daquelas que se propõem a dialogar sobre a sua realidade concreta, como é possível observar na fala da egressa.

Ela também relata que o Emancipa interveio diretamente na sua vida, pois acredita que a maior mudança que ocorreu em sua vida foi ser aprovada na UFPA, como uma forma de afirmação para ela e sua família de que é possível realizar sonhos e fala da felicidade de ter sido um orgulho para sua mãe, que faleceu em 2021.

A minha aprovação foi uma forma de afirmação, né? De que eu vinha pra cá de fato estudar, mesmo existindo um julgamento de que eu não vinha. Interferiu de forma positiva. Minha mãe viu eu se aprovada, meu nome saiu na rádio, né? Ela ouviu meu nome no listão. Ela já estava doente, mas ainda chegou a ver, me abraçou. Viu a festa do Emancipa lá na frente de casa, ela não vai ver eu me formar, né? Mas lá, pelo menos, viu eu passar. Então acredito que ela foi feliz e alegre, né? Pelo menos uma parte ela ficou feliz. Agradeço ao Emancipa por ter me dado essa porta. Agradeço a mim também por ter aproveitado cada momento. O Emancipa, ele me marcou, e ainda vai marcar muito na vida de outras pessoas, que essa porta não se feche. (FATIELLY, 2023).

De acordo com bell hooks (2019a, p.108), na pedagogia feminista, o importante é que mulheres e homens possam pensar de forma crítica, pois é essa ação que possibilita o processo de intervenção feminista não só na sala de aula, mas sobretudo na vida dessas estudantes. Para *Jhenifer*, a vivência no cursinho a ensinou sobre a importância de respeitar as diferenças entre as pessoas e também do respeito às mulheres.

Os debates, né? Eu acho que, em primeiro lugar, ensinaram muito a gente a ter respeito. A entender as diferenças, a entender as diversidades, a entender as milhares de opções que existem no mundo. E, também, a respeitar nós como mulheres. Esses debates foram muito importantes. Acho que a frase que fica mesmo deles, é o respeito que a gente aprende a ter conosco e com o próximo. (JHENIFER, 2023).

A ação que possibilita o processo de intervenção na realidade, apontada por bell hooks (2019a), aparece na fala da egressa, ao contar que passou a ser mais crítica e a ter uma postura mais firme nos seus posicionamentos, como ao questionar falas de colegas da escola e fazê-los compreender que eram problemáticas.

Com os meus colegas também passei a ser aquela que eles consideram problematizadora. Sim, tudo deve ser problematizado. Algumas falas racistas, algumas falas homofóbicas que tinham eu falava: “olha, isso não é legal, porque pode ofender, para ti é engraçado, mas pra outra pessoa pode não ser, então? Mas, de certa forma, ajudou também, porque eu abri a cabeça de muitos colegas meus, que não se consideravam homofóbicos, mas eram muito homofóbicos. Então eu me meti, falava: “olha, isso não é brincadeira. Isso é homofobia. Isso daí é crime. Então, principalmente, nesse sentido de ser crítica, de ser pertinente, de ser certa nas minhas atitudes e falas. (JHENIFER, 2023).

Maria conta que teve uma educação muito tradicional e que naquela época não se falava desses debates. Hoje, com seus 58 anos, às vezes fica decepcionada com algumas falas e atitudes machistas. Também relembra das duas figuras masculinas, o pai e o marido, que eram muito machistas e exerciam o poder patriarcal na família.

Bom, eu venho de uma educação assim... Lá daquela época, eu não aprendi nada dessas coisas em sala de aula, né? Eu vim do interior com 19 anos pra cá e depois fui

estudar no Paes de Carvalho. Então, depois casei. Arrumei um homem muito crente. Retrógrado, né? E aí, aquilo tudo era pecado. Apesar de ter uma certa idade, às vezes, fica decepcionada com umas falas. Eu penso “será que o sou desse mundo mesmo?” E, assim, o Emancipa foi mostrando, né? Ensinando. E, hoje, muita pessoa diz assim pra mim “tu aprendeu a te defender, né? Se for olhar para nossos avós, nossos pais, né, aquele machismo que mulher não podia fazer isso, por exemplo, o meu pai, ele acha que mulher não tem que estudar pra medicina veterinária. A minha filha queria. E ele disse: “Tu é doida de deixar ela cursar medicina veterinária. Isso é profissão pra macho.” É assim que ele diz! (MARIA, 2023).

Katherine relata que o cursinho foi muito importante para ela, pois possibilitou com que tivesse maior consciência do seu papel na sociedade, se que compreendesse como uma mulher que tem direitos e que as lutas sociais existem para assegurar esses direitos e combater desigualdades.

Bom, só para complementar. Você entra aqui com uma cabeça e sai com outra. Foi muito importante para mim ter consciência do meu papel na sociedade, de me entender como mulher, me entender que eu tenho direito, que eu tenho que lutar, que a gente não pode desistir, entender que a gente precisa ser antirracista, que a gente precisa combater vários males na sociedade ainda. Então, assim, parece que a minha cabeça explodiu quando eu cheguei aqui e vi outras perspectivas, né? Então é isso, a cada debate que saem um pouco mais crítico, sabe? Entender um pouco mais sobre o mundo, sobre a sociedade, sobre quem tu és, tu o papel. (KATHERINE, 2023).

É nesse sentido que bell hooks (2019a, p.108) destaca que a educação feminista, isto é, a sala de aula feminista, é e deve ser um espaço onde esse senso de luta se faz presente, onde há a união entre a teoria e a prática, com educadoras/es e estudantes trabalhando em conjunto para superar a alienação. A pedagogia feminista precisa envolver, principalmente, as/os estudantes, a partir de um processo de aprendizado que as/os ensine a enxergar o mundo e suas realidades, algo que é possível observar nas falas das egressas.

Então, tudo isso foi muito importante para mim, para eu entender e para questionar certas atitudes, né? Eu tenho uma irmã, eu tenho uma influência na vida dela muito grande. Ela é negra, só que a família dela, por exemplo, considera ela branca. Então, dessa minha consciência e através de mim ela começou a se ver como negra. Tu vai sendo porta na vida das pessoas, né? Enfim, eu acho que o mais importante é isso, é o impacto que tu que tu tem aqui dentro, mas que tu pode refletir na vida das outras pessoas e uma que eu mais influencio, nesse sentido, é a minha irmã, né? Até levo ela para os movimentos sociais quando eu vou e quando ela pode. (KATHERINE, 2023).

A egressa termina sua fala dizendo que, a partir dos conhecimentos que teve, pode contribuir na formação da sua irmã, influenciando-a positivamente por meio de ações que a façam refletir sobre o mundo e sobre si mesma. Patrícia Hill Collins e Silma Bilge (2020, p.146) também afirmam que desenvolver a consciência crítica, a partir da educação, para que os

sujeitos compreendam como as identidades individuais e coletivas se organizam e se fazem presentes nos domínios da estrutura de poder, pode mudar uma vida.

Nesse sentido, *Raquel*, diz que os debates em sala de aula a ajudaram a defender seus posicionamentos com firmeza, sem medo de dizer sua opinião, como explica a seguir:

Pra mim, os debates me ajudaram não só na questão do ouvir, mas na defesa do pensamento. E hoje em dia eu sei que tem coisas que precisam ser discutidas e defendidas. Eu acho que hoje eu não consigo entrar em nenhuma conversa de diversos temas que eu não fiquei uma hora argumentando e defendendo meu ponto de vista. Eu acho que os debates, eles me ajudaram muito nisso. (RAQUEL, 2023).

Na fala da egressa é possível identificar um dos princípios da Rede Emancipa, que é o de educar para a liberdade, desenvolver o pensamento crítico das/os estudantes contra a doutrinação e promover o protagonismo estudantil. Por fim, a egressa também comenta sobre o quanto a sua vida mudou desde que estudou no Emancipa. Ela conseguiu ser aprovada numa universidade, pode romper com as violências que vivia em casa e ter uma vida melhor.

É, sempre quando eu estou na faculdade com meus amigos, eu falo que a minha vida, ela realmente mudou, assim, drasticamente. Quando eu passei no IFPA, uma instituição federal, me abriu muitos caminhos e a mudança começou comigo dentro de casa, saí de uma situação abusiva dentro da minha casa e passei a morar sozinha. Do Emancipa para cá, a minha vida mudou como se eu tivesse vivido 10 anos. (RAQUEL, 2023).

A partir das falas das egressas, apresentadas e analisadas nestas subseções, é possível compreender o que Maria da Glória Gohn (2010, p.57) afirma sobre o processo de emancipação, que este só é possível por meio da formação de uma consciência crítica em torno de um projeto de mundo alternativo ao que se vive, que seja o oposto desse projeto hegemônico que reproduz a dominação cotidianamente. Essa nova forma de pensar o mundo deve ser construída a partir de novos significados, sentidos, valores e práticas que não reproduzam as relações sociais de poder que têm como objetivo a dominação de uns sobre os outros.

Portanto, esse capítulo encerra-se confirmando que um dos valores mais importantes para que a emancipação aconteça é o da resistência, que se materializa a partir da força de resistir, de enfrentar, de recriar, de refazer e de ressignificar as realidades concretas presentes na vida cotidiana. As egressas que falaram nesta pesquisa, são atravessadas por diversas opressões e possuem realidades particulares. Entretanto, cada uma é um exemplo dessa resistência e de como uma educação emancipadora, mesmo que em curto período, pode promover a consciência crítica, construir sujeitos políticos e transformar vidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou apresentar as experiências das egressas do Cursinho Popular Pré-Universitário Paulo Fonteles, da Rede Emancipa Belém, de 2018 e 2019, a fim de investigar como as práticas e os discursos, nesse espaço de educação popular, se relacionam com as lutas contemporâneas das mulheres e com uma pedagogia feminista e contra-hegemônica, possibilitando um avanço de consciência sobre as opressões, politização e emancipação social das mulheres.

A interseccionalidade, como lente metodológica, possibilitou compreender como as relações de poder intervêm, de forma significativa, nas relações sociais marcadas pela diversidade e por experiências individuais e coletivas no cotidiano, uma vez que ela atua no campo teórico e prático, ao considerar que as categorias como raça, classe, gênero, sexualidade, faixa etária etc., estão intrinsicamente cruzadas e conectadas.

Os movimentos sociais, como a Rede Emancipa, que utilizam a educação popular como instrumento de luta para a emancipação dos sujeitos e a transformação social, são um exemplo de como as pessoas comuns podem se organizar politicamente para se opor a essas relações de poder, mantidas para prejudicar aqueles e aquelas que se encontram na base da pirâmide social e econômica. Esses grupos sociais engajados e comprometidos com a luta contra as opressões resistem as várias formas de desigualdade social e trazem o ensinamento de como os movimentos sociais possuem papel importante nas análises e práticas interseccionais ao longo dos anos.

A pesquisa também possibilitou identificar a relevância da roda de conversa como um instrumento metodológico, pois, as egressas puderam se expressar mais livremente nesse formato e trocar experiências e reflexões sobre o período em que estiveram no cursinho como estudantes. Foi um espaço de escuta e de fala, em que interagiram umas com as outras, fizeram revelações, complementações e questionamentos, a partir do diálogo fraterno e também do silêncio acolhedor e reflexivo.

Foi possível compreender, por meio de um breve histórico sobre a construção da Rede Emancipa, a nível nacional e regional ao longo dos seus 15 anos de fundação, as experiências desenvolvidas por esse movimento social de educação popular, os principais caminhos percorridos durante esses anos, bem como seus processos de organização interna e metodologias, que tem como sul a pedagogia de Paulo Freire, em defesa da luta pelo direito à educação, contra as desigualdades e pelo fim das opressões.

Como a parte dessa pesquisa foi desenvolvida durante uma pandemia mundial da COVID-19, fez-se importante falar desse período neste texto, uma vez que a crise política, econômica e sanitária que aconteceu afetou a todos, em diferentes níveis, e alterou a realidade social, não só de pessoas, mas também de escolas, universidades, movimentos, como a Rede Emancipa, que precisou se readaptar a esse contexto.

A Rede Emancipa, como movimento social de educação popular, pode ser entendida como um espaço de organização política, que atua de forma teórica e prática contra as opressões e desigualdades existentes, principalmente a partir da luta pelo acesso ao ensino superior, possibilitando que as estudantes sonhem coletivamente com a universidade e subvertam as relações de poder que se estruturam para que elas não ocupem esse espaço.

A educação popular é, portanto, uma ferramenta política de subversão fundamental para as oprimidas e oprimidos. É uma educação para a liberdade, que luta para desconstruir e descolonizar, junto com os sujeitos sociais, que são construtores da resistência ao projeto capitalista, que atua para transformar a educação em mercadoria a ser vendida para os mais ricos, enquanto precariza e enfraquece a educação pública, lugar destinado à classe trabalhadora.

Fatielly Silva, Jhenifer Coutinho, Jéssica Martins, Katharine Silva, Larissa Santos, Maria Sousa, Raquel Pontes e Samara Sena são as egressas que falam no último capítulo desta dissertação. Oito mulheres que possuem a mesma classe social, mas que se diferenciam na cor, na sexualidade, na religião, na idade, no território e que, a partir das experiências que tiveram no Emancipa, puderam compreender melhor sobre as opressões que as atravessam e as suas origens, sobre a importância de lutar contra esse sistema e tiveram suas vidas transformadas por meio da educação popular.

Como um dos objetivos específicos, buscou-se discutir a respeito dos feminismos contra-hegemônicos, tendo como base teórica pesquisadoras que possuem um olhar voltado, principalmente, para as mulheres da América Latina e suas formas de resistência e enfrentamento contra o feminismo hegemônico, o racismo, o patriarcado e o colonialismo e de como essas lutas se cruzam com as práticas da educação popular feminista, presentes na Rede Emancipa. Essas práticas se fizeram presentes nas falas das egressas, ao destacarem os debates em sala de aula sobre temas relacionados às lutas das mulheres e o combate as violências sistêmicas que sofrem diariamente.

Também foi possível compreender, a partir das falas apresentadas e discutidas nas duas últimas subseções, que a educação popular, praticada no cursinho, contribuiu de forma significativa na vida das egressas, tanto no sentido da aprovação no vestibular, como na

mudança de perspectivas sobre diversos assuntos, ao proporcionar momentos como debates em sala de aula, atos de rua, rodas de conversas que contribuíram para se tornarem mais críticas, questionadoras, pensantes sobre si mesmas e seu papel na sociedade.

Os princípios da Rede Emancipa se fizeram presentes ao longo dessa dissertação, principalmente nas falas das egressas, tais como: a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade como direito de todas/os; a educação para a liberdade e o desenvolvimento do pensamento crítico contra a doutrinação; o compromisso com a luta da classe trabalhadora por direitos e pela transformação social; a promoção dos Direitos Humanos, contra todas as opressões e a promoção da solidariedade e do coletivismo como valores fundamentais.

De acordo com cada relato presente nesta dissertação, o cursinho contribuiu para um avanço de consciência delas sobre a luta das mulheres e as opressões sistêmicas, pois avançaram ao se compreenderem como mulheres numa sociedade altamente machista e sexista, avançaram também ao se reconhecerem como mulheres negras, atravessadas pelo racismo e pelo machismo, além de compreenderem que a luta é um elemento fundamental para a garantia e manutenção de direitos, como o direito à educação. Assim, as experiências que tiveram nesse espaço de educação, que tem como horizonte a emancipação, refletiu diretamente no processo de politização, emancipação social e intervenção na realidade em suas vidas.

Os resultados presentes no último capítulo desta dissertação, mostram que as egressas possuem compreensão política e capacidade de intervenção sobre as diversas opressões como o racismo, o sexismo, a homofobia, a intolerância religiosa, sobre a forma como elas atuam na vida individual e coletiva das pessoas e sobre suas realidades como mulheres periféricas, que passaram por uma série de negações durante a vida, incluindo um direito básico, que é uma educação de qualidade.

Dessa maneira, é possível afirmar que os objetivos dessa pesquisa foram alcançados, pois, nas falas das egressas, do início ao fim da roda de conversa, observou-se que houve um processo de avanço de consciência, politização e emancipação dessas mulheres, um processo que não se iniciou e nem se findou no Emancipa, mas que foi fundamental para que elas sigam na luta por uma vida mais justa não só para elas, mas para todas e todos.

Importante dizer que muitas/os estudantes que passaram pelo Emancipa, retornam para o movimento na condição de coordenadoras/es e/ou professoras/es, para contribuir com a educação popular e com a luta pelo acesso ao ensino superior. Exemplo disso são as participantes desta pesquisa, *Fatielly Silva*, *Katharine Silva*, *Larissa Santos* e *Samara Sena* que estão atualmente como coordenadoras nos Cursinhos Paulo Fonteles e Marielle Franco. O

retorno é uma forma de gratidão ao movimento, mas, acima de tudo, a demonstração do compromisso coletivo com a luta por um mundo mais junto, sem desigualdades e opressões.

Mesmo com os limites e as contradições que se fizeram presentes durante a escrita deste texto, a pesquisa também comprovou a importância de uma sala de aula feminista nos espaços de ensino para a formação de sujeitos críticos, pensantes e ativos no processo de intervenção de suas realidades concretas. E aponta como fundamental o papel das construções e lutas coletivas, por meio dos movimentos sociais como a Rede Emancipa, pela emancipação de jovens e adultos, homens e mulheres que constituem a base da pirâmide social.

Por fim, espera-se, que esta pesquisa de mestrado, que não se finaliza aqui, possa contribuir tanto para a academia como para os movimentos sociais de educação popular e de mulheres, para maior compreensão acerca da educação popular numa perspectiva feminista contra-hegemônica, como uma ferramenta de transformação social e política na vida dos sujeitos, principalmente das mulheres do Sul global, da América Latina, do Brasil e do Pará.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Talita. **O mapa das ocupações de escolas e faculdades contra Temer.** Exame, Brasil, 27 de out. de 2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/o-mapa-das-ocupacoes-de-escolas-e-faculdades-contra-temer/>. Acesso em 28 de março de 2021.
- ARRAIS, Amauri. **Protesto “Marcha das Vagabundas” chega ao Brasil neste sábado.** G1, São Paulo, 04 de junho de 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/06/protesto-marcha-das-vagabundas-chega-ao-brasil-neste-sabado.html>. Acesso em: 25 de março de 2021.
- ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, Outras Pedagogias.** Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- ÁVILA, Ana. **Protestos no Chile incentivam estudantes na América Latina.** Sul21, Brasil, 23 de dez. de 2011. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticiasinternacionalnoticias/2011/12/protestos-no-chile-estimulam>. Acesso em 28 de março de 2021.
- BARRANCOS, Dora. **História dos Feminismos na América Latina.** 1. Edição - Rio de Janeiro : Bazar do Tempo, 2022.
- BARROS, Angélica. *et al.* Educação Popular na Amazônia: dez anos de Rede Emancipa Belém. In: VASCONELOS, Joana; MENDES, Maíra; MUSSI, Daniela. **Paulo Freire e educação popular: esperar em tempos de barbárie.** 1. ed. São Paulo : Elefante, 2022. p.353-370.
- BATISTA, Paula Nogueira Pires. **Que Vadia Branca é Essa? Reflexões sobre Feminismos, Branquitude e Tradução Politicamente Investida a partir da Marcha das Vadias de Goiânia/Go.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.
- BENTES, Nilma. Entrevista. **In: Marcha das Mulheres Negras.** Articulação de Mulheres Negras Brasileiras. 2016, p.9.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil.** 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2018.
- BIMBATI, Ana Paula. **Enem mais desigual.** UOL, São Paulo, 14 de nov. de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/enem-2021-desigualdades-na-educac>. Acesso em 08 de maio de 2022.
- BLAS, ELSA GARCÍA DE. GÁLVEZ, J. JIMÉNEZ. **Os “indignados” da Espanha avaliam seu legado quatro anos depois.** EL PAÍS, Madri, 15 de maio de 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/15/internacional/1431679318_951340.amp.html. Acesso em 25 de março de 2021.
- CARNEIRO, Sueli. A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a, p.325-333.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b, p.271-289.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Silma. Interseccionalidade. 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2020.

COSTA, Maurício. Entrevista. In: **Rede Emancipa - Mas vale o que será!** Revista 10 anos. São Paulo, 2017.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p.137-157

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf> Acesso em: 18 janeiro de 2023.

Dicionário americano elege ‘feminismo’ como palavra do ano de 2017. Revista Cult. São Paulo, 15 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-palavra-do-ano-dicionario/>. Acesso: 20 de setembro de 2019.

ELIAS, Juliana. **Em 2 anos de pandemia, supermercado subiu 31%, conta de luz 33% e gasolina, 44%**. CNN, São Paulo, 08 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/em-2-anos-de-pandemia-supermercado-subiu-31>. Acesso em 08 de maio de 2022.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo. Autores associados: Cortez, 1999. Ed.3.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOLEGO, Thaís. **Criminalização do aborto mata mais mulheres negras**. Revista AzMina. Brasil, 28 de set de 2017. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/precisamos-falar-de-aborto-e-como-ele-mata-mulheres-negras/> Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres em 2021**. 2022, p.1-14. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contramulheres-em-2021/ Acesso em: 15 de maio de 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**. São Paulo : Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. In: Revista Brasileira de Educação. v. 16. n. 47. maio-ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo : Cortez, 2013.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.39-51.

GOULART, Roberto. Entrevista. **In: Rede Emancipa - Mas vale o que será!** Revista 10 anos. São Paulo, 2017.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista**. Companhia das Letras : São Paulo, 2018.

HOLLANDA, Heloísa.; COSTA, Cristina. Rede. In: HOLLANDA, H. **Explosão feminista: arte, cultura política e universidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2018, p. 43-60.

HOLLANDA, H.; BOGADO, M. Ruas. In: HOLLANDA, H. **Explosão feminista: arte, cultura política e universidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2018, p. 43-60.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019a.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro. 2019b.

IODETA, Paula Adamo. **Atlas da Violência: Brasil tem 13 homicídios de mulheres por dia, e maioria das vítimas é negra**. BBC News Brasil. São Paulo, 2019, 5 de junho. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48521901> Acesso em: 22 de junho de 2022.

JÚNIOR, Jorge Martins Evangelista. **A criação do Cursinho Popular Emancipa Condor, da Rede Emancipa Belém**, Belém, 14 de junho de 2022, Entrevista oral concedida à Paula Maíra Cordeiro.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.239-249

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n.3, setembro-dezembro, 2014.

LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p.53-83.

KAUR, Rupí. **O que o sol faz com as flores**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

MATOS, Marlise. **Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global?** Revista de Sociologia e Política. V. 18, Nº 36: 67-92 Jun. 2010.

MÉLLO, Ricardo. et al. **Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa**. Psicologia e Sociedade, v.19, n.3, p. 26-32, 2007.

MENDES, Maíra Tavares. **INCLUSÃO OU EMANCIPAÇÃO? um estudo do Curso Popular Chico Mendes/rede emancipa na Grande São Paulo'** 01/04/2011 103 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE.

Ministro da Educação defende que universidade seja 'para poucos'. G1, 10 de ago. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml> Acesso em: 30 de setembro de 2022.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica da América Latina. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p.109-134.

MOURA, Adriana Ferro Moura; LIMA, Maria Glória. **A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível**. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014.

Movimento Occupy Wall Street faz um ano protestando. Unisinos, RS, 19 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/513696-movimento-occupy-wal>. Acesso em 25 de mar. de 2021.

Movimentos sociais protestam contra Belo Monte. G1, Agência Estado, 07 de set. de 2011. Disponível em: <http://glo.bo/q3f5SL>. Acesso em: 28 de março de 2021.

Mulheres ocupam Brasília na primeira Marcha Nacional das Mulheres Negras. GOV.BR – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. 18 de nov de 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_sep/pt-br/noticias/mulheres-ocupam-brasilia-na-primeira-marcha-nacional-das-mulheres-negras. Acesso em: 29 de janeiro de 2023.

OLIVEIRA, Juliana Santos de; KUWAHARA, Mônica Yukie. **Mulheres Negras na Pandemia de Covid-19: as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho**

brasileiro. Sociedade Brasileira de Economia Política. XXVII Encontro Nacional de Economia Política. 2022, p.1-29.

PAIVA, Vitor. **Julho das Pretas: entenda movimento político de mulheres negras inspiradas por Tereza de Benguela.** Geledés. 18 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/julho-das-pretas-entenda-movimento-politico-de-mulheres-negras-inspiradas-por-tereza-de-benguela/> Acesso em: 29 de janeiro de 2023.

Primavera feminista no Brasil. EL PAÍS, Brasil, 12 de nov. de 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html. Acesso em: 28 de março de 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Abya Yala. IELA. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/projeto/povos-originaarios/abya-yala/> Acesso em 13 de janeiro de 2023.

RED EMANCIPA. **Carta de Princípios.** São Paulo, 2017.

REDE EMANCIPA. **Mas vale o que será!** Revista 10 anos. São Paulo, 2017.

REDE EMANCIPA. **Plataforma Poder para as periferias.** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://periferias.redeemancipa.org.br/>. Acesso em: 13 de fev. de 2021

REDE EMANCIPA. **Vidas nas periferias importam.** Brasil, 19 março. 2020. Instagram: @redeemancipa. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B968xnBHwKE/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

REDE EMANCIPA. **Vacina para viver, educação e luta para transformar.** Brasil - Autonomia Literária, 2021. Disponível em: https://autonomialiteraria.com.br/wp-content/uploads/2021/03/cartilhacovidflipei_final.pdf Acesso em: 20 de junho de 2022.

RODRIGUES, Juliana. **As meninas estão mudando a escola.** Revista Nova Escola. Não paginado e sem data. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/465/feminismo-genero-meninas-mudam-escola>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

ROQUE, Tatiana. PATRÍCIO, Mariana. **As pautas e os ecos de junho de 2013.** Revista Cult, Brasil, 13 de junho de 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/as-pautas-e-os-ecos-de-junho-de-2013/>. Acesso em: 28 de março de 2021.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia; GRAGNANI, Juliana. **#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos.** BBC News Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro e Londres, 30 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013> Acesso em: 20 de março de 2022.

SARMENTO, Rayza. **Ativismo Feminista Online: mapeando eixos de atuação.** Revista Sul-Americana de Ciência Política, 2021, p.19-37.

SILVA, Lúcia Isabel; MORAIS, Eduardo; SANTOS, Mateus. **COVID-19 e população negra: desigualdades acirradas no contexto da pandemia.** Revista Thema. Rio Grande do Sul, v.18 Especial, p.301-318, 2020.

SILVA, Lucia Isabel; CORDEIRO, Paula Maíra; JÚNIOR, Jorge. **Processos de Educação Popular das Juventudes Negras e Periféricas: significados e contribuições da Rede Emancipa de cursinhos populares em Belém–Pará.** Revista Momento–Diálogos em Educação, v.31, n.1, p.57-74, jan./abr., 2022.

SILVEIRA, Daniel. **Fome no Brasil: número de brasileiros sem ter o que comer quase dobra em 2 anos de pandemia.** G1 — Rio de Janeiro, 08 de abril de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/08/fome-no-brasil-numero-de-brasileiros-sem-ter-o-que-comer-quase-dobra-em-2-anos-de-pandemia.ghtml>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

SIMÕES, Rogério. **O que foi e como terminou a Primavera Árabe?** BBC, Londres, 20 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502>. Acesso em: 12 de dez. 2021.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Entidades lançam nota conjunta pelo adiamento do Enem.** Educação, 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/entidades-lancam-nota-conjunta-pelo-adiamento-do-enem/>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

UNIVERSIDADE EMANCIPA. **Manifesto da Universidade Emancipa.** São Paulo, 2017. Disponível em: <https://sites.google.com/site/apoiouniemancipa/home?authuser=0>. Acesso: 27 de nov. 2021.

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
 MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada *Educação Popular e Emancipação das Mulheres: o que dizem as egressas do Cursinho Paulo Fonteles (Rede Emancipa Belém-PA)*, conduzida pela mestrandia Paula Maíra Alves Cordeiro, do Programa de Pós-graduação em Educação - PPGED, sob orientação da Profa. Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva. O objetivo deste estudo é investigar como as práticas e os discursos socioeducativos se relacionam com as lutas contemporâneas das mulheres, de forma a contribuir para um avanço de consciência sobre as opressões, buscando compreender se e como essas práticas, realizadas dentro desse espaço, influenciaram no processo de politização e emancipação social das egressas.

Sua participação nesta pesquisa se dará por meio de uma roda de conversa com outras egressas, haverá registro de imagens e o áudio será gravado e transcrito para análise. A roda de conversa será orientada por um roteiro e você terá liberdade para responder as perguntas que forem dirigidas. A pesquisadora tornará públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos nesta pesquisa, bem como as fotos e o nome próprio das egressas, sem uso de pseudônimos. Sua participação não é obrigatória, você poderá desistir a qualquer momento e retirar seu consentimento, sem prejuízo.

Caso você concorde em participar, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável. Segue o telefone e o endereço institucional da referida pesquisadora, para que você possa tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento. Paula Maíra Alves Cordeiro, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Adolescência, Juventudes e Fatores de Vulnerabilidade e Proteção (GEPJUV), E-mail: paulamaira16@gmail.com, Telefone: 982540064.

Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Belém/PA, _____ de _____ de _____.

Assinatura da participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

APÊNDICE B

Roteiro - Roda de Conversa

Mediadora: Paula Maíra Alves Cordeiro (Mestranda)

Tema: Educação Popular e Emancipação das Mulheres: o que dizem as egressas do Cursinho Paulo Fonteles (Rede Emancipa Belém-Pa)

Participantes - 2018

1. Raquel Pontes
2. Jéssica Martins
3. Katherine Silva
4. Maria Sousa

Participantes - 2019

1. Fatielly Silva
2. Jhenifer Coutinho
3. Larissa Santos
4. Samara Sena

Planejamento da Roda de Conversa

Local: Sala de Aula do Emancipa na UFPA

Horário: 17h

Sugestão de Data: 11 de janeiro de 2023

Número de Pessoas: Quatro a oito participantes

Tempo Previsto: 1h30 a 2h

Tempo de Fala: 3 a 5 minutos para cada participante

Contato: convite pelo *WhatsApp*

Preparo do Material: bandeira do emancipa, notebook, canetas, câmera, gravador, cadeiras e lanche

Primeiro Momento: Abertura

- Entrega do Termo de Consentimento
- Fala da Mediadora

- Apresentação das Participantes

Segundo Momento: Desenvolvimento da Roda de Conversa

- Perguntas Abertas (Roteiro)

Terceiro Momento: Fechamento

- Falas finais de reflexão das participantes

Objetivo Geral:

A partir das estudantes egressas de 2018 e 2019, do Cursinho Popular Pré-Universitário Paulo Fonteles, da Rede Emancipa Belém, o objetivo geral deste estudo é investigar como as práticas e os discursos socioeducativos, presentes no cursinho, se relacionam com as lutas contemporâneas das mulheres, de forma a contribuir para um avanço de consciência sobre as opressões e possibilitar um processo de politização e emancipação social das mulheres.

Objetivos Específicos:

- Analisar de que forma a educação popular praticada no cursinho contribuiu na vida das egressas.
- Discutir a relação entre feminismos contra-hegemônicos e educação popular numa perspectiva feminista na Rede Emancipa.
- Compreender, a partir das falas das egressas, se a participação no cursinho contribuiu para um avanço de consciência sobre a luta das mulheres e se refletiu (ou não) no processo de politização, emancipação social e intervenção na realidade em suas vidas.

Roteiro de Perguntas da Roda de Conversa

Eixo 1 - Cursinho Popular Paulo Fonteles e Educação Popular

Atividade Inicial: Apresentação das Egressas

Pergunta 1: Como foi a aproximação de vocês com o Cursinho Paulo Fonteles? - Como vocês conheceram o Emancipa? (2 minutos)

Pergunta 2: Como foi a experiência de participar do Emancipa como estudante? (2 minutos)

Eixo 2 - Luta das Mulheres e Educação Popular

Pergunta 3: Como vocês percebem a vida das mulheres no Brasil, na Amazônia?

Pergunta 4: Antes de estudar no Cursinho, vocês já tinham entrado em contato com debates sobre as lutas das mulheres e as opressões de gênero, raça, classe, sexualidade etc; se sim, onde foi? (3 minutos)

Pergunta 5: Durante a participação como estudantes, vocês identificaram a presença desses debates no Emancipa? - vocês se lembram de algum debate sobre isso? podem citar alguns exemplos? (3 minutos)

Eixo 3 - Avanço de Consciência e Emancipação das Mulheres

Pergunta 6: Qual o significado desses debates em sala de aula, o que vocês aprenderam com eles?

Pergunta 7: Após as vivências que tiveram no Emancipa como estudantes, o que mudou na vida de vocês, com relação a comportamento, postura?

Pergunta 8: Encerramento – De que forma o Cursinho contribui para intervenção na realidade da vida de vocês? (3 a 5 minutos)